

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865
11 de Fevereiro de 1993
Preço: 120\$00
(IVA incluído)
N.º 999
Director:
Carlos Brito

O RETRATO DA POLÍTICA CAVAQUISTA

• A crise

Presidência Aberta na Area Metropolitana de Lisboa traz a primeiro plano o agravamento das condições de vida, o desemprego, o ressurgimento dos salários em atraso, as falências

• A ruína

Os agricultores viram os seus rendimentos reduzidos em 30% nos últimos seis anos

• A repressão

O Governo mostra a sua face autoritária e o real carácter de Schengen e Maastricht com a sua inaceitável acção face aos cidadãos brasileiros e aos imigrantes em Portugal

O PCP denuncia, apela à luta e propõe medidas

Nota da Comissão Política
Conferência de Imprensa sobre a situação na agricultura

Pág. 3

Pág. 22

CGTP convoca jornada de luta

Pág. 5

*
Lisboa, 4 / 5 / 6 de Março de 1993

7º CONGRESSO
CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

Os comunistas e o VII Congresso da CGTP-IN

— artigo de
Domingos Abrantes

Págs. 18 e 19

*



Governo e Lusomundo

As grandes manobras no cinema e na TV

Pág. 23

*

Este fim-de-semana JORNADA DE ESCLARECIMENTO DO PCP

EDITORIAL

Em vez do sucesso a degradação

A té há pouco eram só os comunistas que afirmavam e demonstravam que em vez da «democracia de sucesso», apregoada por Cavaco Silva, o que se verifica realmente é a generaliza-

da degradação da situação socioeconómica do País.

Vêm agora apontá-la e reconhecer a justa e alarmada o Presidente da República, Bispos e outras altas figuras da Igreja Católica, comentadores de diferentes quadrantes e até a grande comunicação social se tem feito eco de algumas situações especialmente chocantes.

É a calamitosa situação na agricultura e a ruína visível dos agricultores a demonstrarem que com a política que tem sido seguida não há saída para a actividade agrícola no nosso país.

É a dramática situação social assinalada pelas piores pragas e os sinais correspondentes - o regresso em força dos salários em atraso, o desemprego que assume proporções que nada têm a ver com os números oficiais, as manchas da fome e de miséria de novo a alastrar, os pobres de mão estendida, as sopas dos pobres, as barracas e outras formas indignas de habitação.

São as situações menos gritantes, mas que apontam também para a degradação das condições de vida do nosso povo - a contenção salarial, os despedimentos colectivos, os «disponíveis», o acesso dificultado à saúde e ao ensino, a precariedade da segurança social, a inexistência de uma política de habitação social.

Há sem dúvida também a outra face desta situação. Há uns tantos que medram e enriquecem à custa dela e fazem gala em ostentar o desafogo, a fortuna e o luxo.

Apetece recordar a interpelação (tão actual) que Almeida Garrett deixou gravada nas páginas de «As Viagens na Minha Terra»: «Eu pergunto aos economistas-políticos, aos moralistas, - são as palavras do grande escritor oitocentista - se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça inventível, à penúria absoluta, para produzir um rico?»

Os barões e as clientelas do cavaquismo, como no século passado os barões e as clientelas do constitucionalismo, prosperam com as misérias e as desgraças dos seus concidadãos.

São naturalmente meritórias todas as contribuições para denunciar o processo de degradação que atinge as condições de vida do nosso povo, mas serão muito pouco eficazes se ficarem por aqui.

É preciso identificar as suas causas, lutar resolutamente contra elas e apontar soluções alternativas.

Em relação às causas é importante verificar que alguns sectores, que até agora não o tinham feito, começam a reconhecer os impactes extremamente negativos do processo de integração europeia. A gestão deste processo pelo PSD e, especialmente, entre outras, a sua obediência submissa às normas sobre a convergência nominal imposta pelo Tratado de Maastricht, agravam aqueles impactes da integração e tornam-se verdadeiramente ruinosas para as condições de vida

É no desenvolvimento da luta popular que devem concentrar-se os esforços para travar o processo de degradação das condições socioeconómicas e é também nele que reside a esperança de uma alternativa democrática.

da maioria dos portugueses e para vários sectores da nossa economia.

A propósito tem manifesto interesse referir que os Bispos do Alentejo e do Algarve fizeram questão em salientar na sua Carta Pastoral sobre a situação que ameaça o futuro da agricultura que ela se deve não só à seca e à desertificação, mas também à «concorrência internacional, no contexto da nossa integração na União Europeia».

A outra causa central do presente processo de degradação socioeconómica é a política de restauração monopolista que ocupa um lugar privilegiado na estratégia do Governo de Cavaco Silva.

Esta política, desenvolvida especialmente através do processo de privatizações, é responsável pela desorganização do aparelho produtivo, pela desestabilização e paralisação de importantes áreas do sector industrial e pela entrega de empresas-chave da nossa economia ao capital estrangeiro. Promovendo a centralização de capitais e a concentração da riqueza, esta política é também responsável pelo aprofundamento das desigualdades e das injustiças na sociedade portuguesa.

Não é por acaso que a grande comunicação social sob o controlo do Governo e dos grupos económicos monopolistas - ou conjuntamente por ambos como acontece com a RTP desde que ficou sob a direcção de Freitas Cruz - silencia ou ignora esta causa fundamental do presente agravamento da situação socioeconómica do nosso país.

Não é por acaso também que numa situação de tão grande conflitualidade social, o PS tem uma atitude tão discreta em relação à luta dos trabalhadores. Nesta atitude do PS não pode deixar de pesar a sua comunhão com o PSD nas grandes orientações em relação a Maastricht e às privatizações.

No actual quadro da vida nacional reveste destacada importância a semana de luta convocada pela CGTP, a partir do próximo dia 15, que compreenderá paralisações, greves, concentrações e manifestações, envolvendo vastos sectores profissionais na luta comum: «por melhores salários, pelo emprego, pelos direitos dos trabalhadores, pelo direito à saúde e à segurança social, pelas 40 horas semanais e contra a destruição do aparelho produtivo».

Com crescente importância afirma-se também a luta dos agricultores na continuidade das manifestações da Batalha, Óbidos, Pombal e Chaves.

Com grande vigor prossegue a luta dos estudantes contra o aumento das propinas.

É no desenvolvimento da luta popular que devem concentrar-se os esforços para travar o processo de degradação das condições socioeconómicas e é também nele que reside a esperança de uma alternativa democrática.

Por isso mesmo, em declarações do Secretário-Geral e em posições da Comissão Política, o PCP tem saudado e apoiado a semana de luta da CGTP e outras acções dos trabalhadores e, bem assim, a luta dos agricultores e dos estudantes, salientando sempre que o que está errado não é apenas este ou aquele aspecto sectorial da política do Governo, muito embora seja inteiramente justa a luta por objectivos concretos e sectoriais.

O que está errado é a política de direita, toda a política do Governo do PSD, na sua expressão, nos seus fundamentos e na sua estratégia.

O que é preciso, por isso, é pôr cada vez mais em causa a própria existência do Governo do PSD.



Conferência de Imprensa do PCP, com José Casanova e Daniel Branco

RESUMO

3 Quarta-feira

Produtores de batata do Alto Tâmega cortam a fronteira em Vila Verde da Raia protestando contra a falta de escoamento da sua produção ■ Na segunda audiência do julgamento de Xanana Gusmão o advogado de defesa contesta a competência dos tribunais indonésios para julgar este caso ■ Comentando o «inquérito da virgula», o Sindicato dos Jornalistas afirma em comunicado que «teria sido mais sensato abordar a questão pelo ângulo dos princípios éticos da profissão do que deslocá-la para sede judicial e, muito menos, transformá-la em objecto de inquérito parlamentar» ■ Prossegue, com um debate a bordo de um cacilheiro acerca da nova ponte sobre o Tejo, a Presidência Aberta na Área Metropolitana de Lisboa ■ Ao garantir 63,5% da participação no capital da UBP na privatização parcial de hoje, o BPA retoma o lugar de maior grupo privado português ■ A Comissão Europeia reconhece que a taxa de desemprego nos doze vai subir em 1994 ■ Alegando «reciprocidade», o presidente brasileiro revoga os privilégios concedidos aos portugueses no estatuto dos estrangeiros ■ David Owen critica a posição da nova administração norte-americana que «reduz as possibilidades de pôr termo à guerra na Bósnia-Herzegovina» ■ O Papa João Paulo II inicia uma viagem ao Benim, ao Sudão e ao Uganda.

4 Quinta-feira

Dados do ICEP revelam que em 1992 o investimento estrangeiro diminuiu significativamente, sobretudo no que toca a projectos de grande envergadura ■ O dia da Presidência Aberta na margem sul é marcado por manifestações de estudantes no Seixal e na FCT da Universidade Nova ■ Freitas Cruz aceita o convite do Governo para ocupar a presidência do CA da RTP ■ O Conselho de Ministros decide criar um comissariado para a coordenação das acções da Expo-98 e aprova a lei-base para ao audiovisual e um novo regime para as federações desportivas ■ É anunciado para 18 de Maio o segundo referendo sobre Maastricht na Dinamarca.

5 Sexta-feira

Trabalhadores da Segurança Social concentram-se junto ao MESS, em Lisboa, e marcam greves, para dias 15 e 19, contra a «lei dos disponíveis» ■ Na primeira reunião, desde que tomou posse, com os representantes dos trabalhadores, a administração da TAP prevê para 1993 prejuízos de 12 milhões de contos ■ A ASPP/PSP aprova no Porto o caderno de aspirações para 1993, a apresentar ao Governo e ao comando-geral ■ Respondendo ao desmentido do Governo, o ex-presidente da RTP afirma que «a tutela já sabia de tudo e aprovava» o acordo com o Benfica ■ Em Dili circulam rumores de que a resistência timorense abateu cinco soldados indonésios em Viqueque ■ Intensificam-se os combates em Angola, enquanto se mantém para dia 10 a nova ronda de negociações entre o Governo e a Unita, em Adis Abeba ■ Em Ierevan tem lugar uma manifestação contra o presidente da Arménia ■ Começa em Madrid o XI Congresso do Partido Popular

6 Sábado

O PCP realiza jornadas autárquicas de Lisboa nas freguesias de Benfica, Carnide e S. Domingos de Benfica ■ O Conselho Nacional do PSD decide concorrer às autárquicas sem coligações ■ Abre ao trânsito o túnel do Campo Grande, em Lisboa ■ No «DN» é divulgada uma nota pastoral dos bispos da província eclesiástica de Évora (que abrange ainda os distritos de Beja e Faro) e da Guarda exigindo soluções para a situação na agricultura e nas minas da Panasqueira ■ O Congresso brasileiro decide «engavetar» sine dia a assinatura do acordo ortográfico ■ A pedido da Unita, é anunciado o adiamento da segunda ronda de negociações em Adis Abeba.

7 Domingo

O Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes» anuncia no Porto que vai integrar a CDU nas próximas eleições autárquicas ■ Helmut Kohl defende o plano de paz Vance/Owen para a Bósnia-Herzegovina e diz-se decidido a actuar para conter o alastramento do conflito ■ Avião angolano ataca o aeroporto de Uíge depois de a Unita ali ter entregue à Petrofina os estrangeiros que raptara.

8 Segunda-feira

José Casanova apresenta à comunicação social as conclusões da reunião da Comissão Política do PCP ■ No 10º dia de Presidência Aberta, em Oeiras e Cascais, Mário Soares anuncia que vai ser prorrogado o prazo para a regularização extraordinária dos imigrantes clandestinos ■ A Tapol anuncia em Londres que recebeu uma carta de mulheres timorenses denunciando torturas e violações sistemáticas levadas a cabo por militares indonésios ■ Inicia-se em Estrasburgo um plenário do Parlamento Europeu que vai discutir o programa de trabalho da Comissão Europeia ■ George Vassiliou, candidato independente apoiado pelo AKEL, vence com 44 por cento as eleições presidenciais no Chipre ■ A colisão de um caça-bombardeiro com um avião civil provoca 134 mortos nos arredores de Teerão.

9 Terça-feira

CGTP protesta contra o facto de o Governo não ter definido os novos valores do salário mínimo ■ Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu, é eleito presidente do Grupo de Coligação de Esquerda ■ Telecom elabora plano de «racionalização de efectivos» que pode levar ao despedimento de dois mil trabalhadores em dois anos ■ No Parlamento, o PS acusa o Governo de «tráfico de influências» na Agricultura ■ Marcolino Moco, primeiro-ministro angolano, considera a situação que se vive no Huambo como «uma catástrofe» ■ Amnistia Internacional denuncia discriminação por parte do sistema judicial australiano em relação aos aborígenes ■ Desemprego aumenta em Espanha, ascendendo a mais de 2,4 milhões de pessoas ■ Relatório anual da ONU indica que a economia mundial deverá ter alguns progressos em 1993, prevendo-se um crescimento de 2%

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 396 87 93; Telex: 65 791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77. Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilhões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heská Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 número: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 número: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 número: 8.326\$00

MACAU — 50 número: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____, Telef. _____

Morada _____, Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

Nota da Comissão Política do PCP

Agrava-se
situação económica

1. Avaliando o agravamento da situação em todas as áreas da vida nacional, a Comissão Política sublinha, como dado relevante, o avanço na consciência nacional da noção não só desse agravamento como da correcta localização das suas causas: a política de direita do Governo de Cavaco Silva.

A Comissão Política concluiu que a situação social se agrava de forma extremamente preocupante. Os casos dramáticos vividos na Área Metropolitana de Lisboa e que agora ganharam maior ressonância no quadro da Presidência Aberta, vivem-se em várias outras regiões, nomeadamente na Área Metropolitana do Porto, no norte do País, no Alentejo e no Algarve, com o aumento do desemprego, com o alastrar da chaga dos salários em atraso, a crise da agricultura, a ofensiva contra a saúde e a segurança social e o avolumar das carências habitacionais.

O Governo prossegue uma política de baixos salários e ilegalmente continua a não actualizar o salário mínimo nacional.

O Governo teima em eludir os problemas reais com que se debate o País. A gravidade da situação não se resolve com miríficos projectos para o século XXI. A situação exige medidas imediatas, exige que seja posto fim à política de direita.

A Comissão Política apela aos trabalhadores e ao movimento sindical para que intensifiquem a luta contra a política do Governo e façam da jornada de luta da CGTP-IN (15 a 20 deste mês) uma afirmação do profundo descontentamento e da determinação de lutar por melhores condições de vida.

Tendo em conta a importância de que se reveste a realização do VII Congresso da CGTP-IN, a ter lugar nos próximos dias 4, 5 e 6 de Março e a responsabilidade dos comunistas para com o movimento sindical, a Comissão Política apela a todos os militantes do Partido que actuam no movimento sindical para uma participação activa nos trabalhos preparatórios e para contribuírem decisivamente para a elaboração de orientações e decisões capazes de assegurar as características essenciais da CGTP-IN, o reforço da organização sindical e da sua unidade, condições para que a central dos trabalhadores portugueses, continue a manter a vitalidade, combatividade, influência e prestígio que a caracterizam.

Manifestando a sua activa solidariedade para com todos os sectores sociais em luta, chamando a atenção para o agravamento do conjunto dos problemas nacionais e identificando as correspondentes responsabilidades da política de direita, o PCP promoverá no próximo fim de semana uma jornada nacional de informação e esclarecimento, traduzida num amplo conjunto de acções de contacto com a população.

2. A Presidência Aberta que decorre na Área Metropolitana de Lisboa, e a informação que tem propiciado, tem trazido para o domínio público o conhecimento mais vivo das potencialidades e bloqueios de uma região onde vive cerca de 1/4 da população do País.

A par do trabalho das autarquias traduzido em inúmeras obras e realizações e da iniciativa e esforço de muitos agentes económicos, sociais e culturais da região que têm contribuído para o seu desenvolvimento e para a melhoria das condições

de vida da população, Área Metropolitana de Lisboa apresenta visíveis as marcas e consequências deixadas pela política do governo do PSD.

Novas bolsas de pobreza, fenómenos de exclusão social, o regresso dos salários em atraso e o aumento do desemprego, as falências e encerramento de empresas, milhares de famílias mal alojadas, a degradação do sistema de transportes públicos, o congestionamento das acessibilidades, a falta de segurança, a ausência de respostas a graves situações ambientais aí estão a desmentir cruamente a apregoada "democracia de sucesso" do actual governo.

Um rasto de problemas e de acumulações de difi-

A actuação do referido Serviço para além de injustificável é inadmissível pela sua desumanidade viola o quadro legal das relações entre Portugal e o Brasil e inspira-se nos Acordos de Schengen e no Tratado de Maastricht que, legalmente, não se encontram ainda em vigor.

A Comissão Política decidiu encarregar o Grupo Parlamentar do PCP de apresentar, na Assembleia da República, uma proposta de inquérito parlamentar às práticas do Governo, da Administração Pública e em particular do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

4. A Comissão Política manifesta a sua preocupação face à forma como tem estado a desenvolver-se o processo de Regularização Extraordinária de Cidadãos não Comunitários bem como em relação aos métodos intimidatórios utilizados nesse processo ou anunciados para o futuro imediato.

O facto de, a menos de uma semana do encerramento do prazo de regularização, o número de processos entregues estar muito aquém de metade do universo total de imigrantes, é, só por si, elucidativo do falhanço da acção governamental. Falhanço que assume ainda maiores proporções se se tiver em conta que dos processos entrados apenas cerca de

25% foram até agora deferidos.

Esta situação, da total responsabilidade do Governo, tende a impedir a boa solução de um problema reconhecidamente complexo e de sérias incidências humanas e abre caminhos a eventuais situações conflituosas que desde já deveriam ser acauteladas.

São motivos de acrescida preocupação, nomeadamente, a anunciada criação de Centros de Instalação Temporária (configurando uma situação em que milhares de cidadãos ficariam privados de liberdade); a utilização, por parte do serviço de Estrangeiros e Fronteiras, de dados informáticos respeitantes aos imigrantes; e os poderes discricionários que a nova lei da imigração pretende conferir a esse Serviço.

Tudo isto confirma a justeza da reivindicação do PCP, das associações de imigrantes e das várias organizações sindicais, sociais, cívicas, religiosas, no sentido de prorrogar o prazo de regularização que expira a 12/02.

Nesse sentido, a Comissão Política sublinha a importância da discussão, amanhã, na Assembleia da República, de um projecto de lei do PCP propondo a prorrogação desse prazo por mais 90 dias.

5. A Comissão Política apreciou a intensa actividade desenvolvida pelo Partido nas últimas semanas, sublinhando como elemento altamente positivo o vasto conjunto de encontros, plenários, sessões e visitas, inseridas na preparação das eleições autárquicas e levadas a cabo, quer no âmbito partidário, quer no âmbito da CDU.

A Comissão Política sublinha igualmente a importância e o significado do elevado número de iniciativas já programadas em todo o país com vista à comemoração do 72º Aniversário do PCP, com destaque para os Comícios de Lisboa e do Porto a 5 e 7 de Março, respectivamente.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 1993

A Comissão Política do
Comité Central do PCP

Inaceitável a acção governamental quanto aos cidadãos brasileiros e à situação dos imigrantes

culdades impossíveis de eludir, que não sendo exclusivas da Área Metropolitana de Lisboa e estendendo-se com expressões diversas ao conjunto do país, constituem por si uma viva condenação à política do PSD e do seu Governo.

As expressivas manifestações de protesto e responsabilização do Governo que têm marcado a participação popular no decurso desta primeira semana, revelam a alargada consciência e determinação de largos sectores da população - dos trabalhadores aos estudantes, dos idosos aos pequenos e médios empresários - para contribuírem para uma viragem na política nacional indispensável à melhoria das condições de vida e ao desenvolvimento do País.

3. A Comissão Política apreciou o desenvolvimento da situação conflitual que opõe as autoridades brasileiras ao Governo Português, em resultado do tratamento ultrajante e desrespeitador dos direitos humanos dispensado a cidadãos brasileiros pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, na dependência do Ministério da Administração Interna.



José Casanova e Daniel Branco na conferência de imprensa para divulgação da nota da Comissão Política do PCP

TRABALHADORES

Greves prováveis na Segurança Social

Três mil trabalhadores da Segurança Social concentrados sexta-feira em frente ao Ministério do Emprego e Segurança Social em Lisboa aprovaram várias acções de luta, incluindo greves a efectuar na próxima semana, se o Governo não atender algumas reivindicações. Em questão está sobretudo a «identificação dos disponíveis».

Em quase todos os Ministérios, afirma-se numa moção aprovada durante a concentração, «mesmo nos casos evidentes em que não existem trabalhadores subutilizados», como é o caso do sector da Segurança Social, dependente do Ministério do Emprego (titular Silva Pene-

da) a «intenção é “dispensá-los” custe o que custar».

Trabalhadores estupefactos

O que se passa nas instituições dependentes da Segurança Social, lê-se numa moção divulgada sexta-feira pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, «está a deixar os trabalhadores estupefactos». Poucos meses depois da apresentação de propostas de «alargamento dos quadros», os conselhos directivos aparecem agora com um «processo de criação artificial de “disponíveis” que, numa primeira fase, atingirá cerca de 5000 trabalhadores».

Os trabalhadores recordam na moção, documento aprovado por unanimidade e aclamação sexta-feira passada, que, «no decurso do ano de 1992, uma boa parte dos conselhos directivos dos Centros Regionais de Segurança Social enviaram à respectiva Secretaria de Estado propostas de alargamento dos seus quadros de pessoal». Além disso, foram solicitadas aos trabalhadores, ano passado, «milhares de horas extraordinárias».

Por isso, o Decreto-Lei 247/92 (diploma dos disponíveis) «não é um instrumento para facilitar a mobilidade de alguns funcionários públicos subocupados». A verdade é que «o Governo

impôs cortes substanciais em quase todos os Ministérios e estes procederam agora à identificação dos seus disponíveis».

Os trabalhadores e os sindicatos exigem do Governo que «suspenda, de imediato, a aplicação do Decreto-Lei 247/92 ao sector da Segurança Social».

De outro modo, a força laboral do sector recorrerá à greve.

Calendário anunciado

«Caso o Governo persista nas suas intenções», os sindicatos da Segurança Social convocam uma greve para os trabalhadores com regime de horário de trabalho por turnos, das zero às 24 horas» em 19 de Fevereiro.

Para os restantes trabalhadores, das 8 e 30 às 13 horas do dia 15 de Fevereiro e das 13 às 18 horas do dia 19.

Se depois destas formas de luta, o Governo persistir no mesmo:

Trabalhadores com regime de horário por turnos, das zero às 24 horas de 26 de Fevereiro.

Restantes trabalhadores, das 8 e 30 às 13 horas de 24 de Fevereiro e das 13 às 18 horas de 26 de Fevereiro.

Desemprego e lutas em vários sectores

Têxteis, vestuário e lanifícios, empresas como a Telequipo, profissionais como os técnicos do emprego, a região de Setúbal com desemprego em massa, a Torralta, a Casal, a Fábrica de Parafusos Fluorescentes, a AEP, a UTIC, a Pasteur, a DSM/Resinas de Portugal, a ex-Setenave, hoje Solisnor, estão sob permanente ameaça de desemprego, baixos salários, despedimentos, recorrendo a formas de luta e a protestos públicos constantemente.

Vinte empresas do têxtil e afins, abrangendo 7 mil tra-

balhadores, com maior incidência nas zonas da Guarda/Manteigas e Castelo Branco, estiveram novamente em greve segunda-feira. Após a paralisação de 22 de Janeiro, houve acordos salariais em 32 fábricas com um total de 11 500 trabalhadores.

É de destacar que, das 10 maiores empresas têxteis do País, quatro não deram qualquer aumento salarial. São a Riopelle, Somelos, Coelima e Fitor.

Depois de outras acções, na Telequipo era marcada para ontem uma greve e concentração em frente à resi-

dência oficial do Primeiro-Ministro.

Os técnicos do emprego, formadores, monitores do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) pararam em 1 do corrente com uma adesão superior a 70 por cento.

A greve estava marcada também para os dias 8, 9, 10, 11 e 12 do corrente deste mês.

Na Solisnor continuavam sob ameaça centenas de postos de trabalho.

Na Casal, os trabalhadores continuavam em greve de uma hora à terça-feira deste 9 de Janeiro.

A Parafusos Fluorescentes de Cabo Ruivo encerrava completamente.

Ainda em Lisboa, na zona oriental, verificava-se largo número de encerramentos, entre eles o da AEP, UTIC, Pasteur, e DSM/Resinas de Portugal.

Os trabalhadores do comércio retalhista de Lisboa movimentavam-se contra os baixos salários (aumentos propostos são os do Governo) e defendiam a semana inglesa.



O próprio Centro não estaria livre dos «disponíveis» (arquivo)

9500 vagas por preencher na enfermagem

O ministro não responde

Continuavam sem resposta a semana passada os sucessivos pedidos de audiência e de apresentação de propostas ao ministro da Saúde, Arlindo de Carvalho, por parte do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. O SEP reclama contra:

- A não resolução de graves injustiças relativas de carácter remuneráveis em que, entre enfermeiros com igual tempo de carreira, tem vencimento menor aquele que é hierarquicamente superior;
- A restrição colocada pelo Governo às admissões de enfermeiros na Função Pública quando existem mais de 9500 vagas nos quadros das instituições de Saúde que necessitam destes profissionais para acorrer às necessidades permanentes dos serviços;

- A aplicação da carreira dos docentes do Ensino Superior Politécnico aos docentes de Enfermagem;

- A não regulamentação das zonas de periferia previstas na carreira de Enfermagem;

- O não esclarecimento de questões relacionadas com o novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde;

- O não pagamento de dívidas aos enfermeiros, decorrente da não aplicação de descongelamentos de escalões de vencimentos em muitas instituições;

- A não regulamentação do exercício profissional (Estatuto do Enfermeiro). A proposta apresentada pelo SEP em 1989 ainda não teve resposta governamental.

Derrota do tecto salarial

Aumentos de nove por cento

Os trabalhadores da indústria farmacêutica e a associação patronal nortenha concordaram no princípio deste mês em aumentar em nove por cento a tabela salarial. Fonte sindical disse à Lusa em 2 do corrente que a revisão do CCT (contrato colectivo de trabalho) representa uma «derrota do tecto salarial do Governo».

Além do aumento salarial, os trabalhadores alcançaram outras regalias. Destaca-se a aplicação de uma tabela salarial única a todas as empresas. É assim eliminada a «tabela B». O salário mínimo no sector passou para 51 900 escudos e o máximo para 141 900 escudos.

De acordo com a fonte citada pela Lusa, as diuturnidades foram fixadas em 1100 escudos, o abono para falhas

em 3700 escudos, o subsídio de refeição em 290 escudos, a refeição por trabalho extraordinário em 1170 escudos e a diária dos trabalhadores em serviço externo em 7315 escudos.

A licença de maternidade passou para 14 semanas, nos termos de uma directiva recente da Comunidade Europeia.

A negociação envolveu o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos (STICF) e a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás (FEQUIFA).

Pelo lado patronal negociou a Associação do Norte dos Importadores-Armenistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos.



A Utic fechou

TRABALHADORES

Jornada de luta da CGTP

Salários e emprego
são as razões principais

A CGTP, que mantém convocada para ter início na segunda-feira da próxima semana uma jornada nacional que terminará a 19, poderá anunciar entretanto uma manifestação em Lisboa no sábado dia 20. Os objetivos são conhecidos: «por melhores salários, pelo emprego, pelos direitos dos trabalhadores, pelo direito à saúde e segurança social, pelas 40 horas semanais e contra a destruição do aparelho produtivo». Silva Peneda, ministro do Emprego, etc., atribuiu entretanto e publicamente aos «parceiros sociais» o atraso verificado este ano na actualização do salário mínimo nacional. A CGTP-IN contestou essa posição.

Numa nota à imprensa, de 3 do corrente, a Intersindical Nacional acusa Silva Peneda de, no programa «De Caras» da RTP 1, ter procurado «lançar a confusão nos espectadores».

Sob o título «CGTP-IN contesta Silva Peneda», o gabinete de imprensa (DIF) sublinha que a Central recusa qualquer responsabilidade pelo «atraso que injustificadamente se verifica na actualização do salário mínimo nacional».

A CGTP, que como se sabe faz parte do Conselho Permanente de Concertação Social, acrescenta que as afirmações do ministro naquela matéria «não correspondem à verdade».

Pelo menos no que à CGTP diz respeito, assinala a nota da Inter, «ainda no passado dia 28 de Janeiro solicitou ao presidente do Conselho Económico e Social a convocação urgente» daquele CPCS para tratar da questão dos mínimos nacionais.

Mínimo superior a 55 contos

Através do seu departamento de informação (DIF), a Central sublinha:

«O salário mínimo deveria ter sido actualizado no início do ano e, se tal não aconteceu ainda, isso deve-

-se, em primeiro lugar, ao Governo que tem assumido uma atitude de imposição e de fuga ao diálogo na concertação social, que tanto diz defender. Este atraso está a prejudicar milhares de trabalhadores, sobretudo jovens. A CGTP-IN apresentou, ainda no ano passado, uma proposta de aumento do SMN para 55 400 escudos, proposta justa atendendo aos baixíssimos valores actualmente em vigor (44 500 escudos) e à necessidade de fazer crescer o salário mínimo acima dos salários médios no nosso país, tal como foi acordado em sede de concertação por todos os parceiros sociais».

Ainda sobre o assunto, a CGTP facultou-nos o seguinte (ver quadro).

A actualização para 55 400 escudos justifica-se pelos «valores dos aumentos médios dos restantes salários desde 1985».

Entretanto reunida, a comissão executiva da União dos Sindicatos de Aveiro (CGTP) decidia, entre outros pontos, convo-

As organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFAS) aderem à jornada de luta da CGTP e apelam à participação e concentração de todos no dia 18 de Fevereiro às 18 e 30 na Praça da Figueira. Na foto de arquivo, um dos aspectos do Arsenal do Alfeite, um dos mais antigos estabelecimentos pertencentes ao sector



car para 18 do corrente, às 15 horas, uma concentração junto ao Centro Regional de Segurança Social naquela

cidade.

Ainda no que respeita a salários, as conclusões do plenário nacional das orga-

nizações representativas dos trabalhadores (ORTs) dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFAS) destacam a participação na semana de luta da CGTP (15 a 19 do corrente), sobretudo através de concentrações em 16 e 17 em frente aos ministérios das Finanças e do Emprego e Segurança Social.

Para o próximo dia 15, segunda-feira, a União dos Sindicatos de Lisboa anunciava, entretanto, para as 16 horas um encontro com órgãos da comunicação social. «Dirigentes sindicais dos sectores mais problemáticos e com lutas em curso» estarão disponíveis para responder a todas as questões num «encontro que decorrerá de modo informal».

Crescimento dos salários e do salário mínimo

	Salários Var. %	SMN Var. %	Salários 1985-100	SMN 1985-100	SNB Verific. (esc.)	SMN (esc.)
1992	12	11	262.6	231.9	44.5	50.4
1991	17.7	14.6	234.4	208.9	40.1	45.0
1990	17.3	13.8	199.2	182.3	35.0	38.2
1989	12.6	13.1	169.8	160.2	30.8	32.6
1988	9.8	7.9	150.8	141.6	27.2	29.0
1987	16.2	12	137.3	131.3	25.2	26.4
1986	18.2	17.2	118.2	117.2	22.5	22.7
1985	21	23.1	100.0	100.0	19.2	19.2

SMN admitindo que cresce na mesma média que os salários.

Fonte: Salários: Banco de Portugal excepto 1992.
SMN: D. República.

Manifestação do STAL

Junto do edifício onde se encontrava reunido o Conselho de Ministros de quinta-feira, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa efectuaram uma manifestação conjunta contra os baixos salários e ainda mais baixos aumentos que o Governo tenta impor.

Num comunicado distribuído no local, quinta-feira passada, os sindicatos desta-

cam: «A acção de luta e protesto que hoje concretizamos vem na sequência de outras importantes e vigorosas lutas e pretende deixar ficar claro que os trabalhadores da Administração Local não consideram nem podem considerar encerrado o processo para a revisão salarial do corrente ano».

Os manifestantes protestaram contra os aumentos salariais de 5/5,5 por cento, preconizados pelo Governo, e reclamaram 12 por cento para o ano corrente.



Em Lisboa, sexta-feira



A ofensiva do Governo encontrará resistência e luta (imagem de um plenário na Carris)

Autêntica guerra nos Transportes

«O Governo declara guerra aos trabalhadores», destaca o Organismo de Direcção do Sector de Transportes da ORL do PCP ao atacar «a política de desastre» que o Executivo adoptou para aquele sector.

Na Carris — lê-se num comunicado recente daquele Organismo —, «a administração aplicou uniliteralmente 5 por cento na tabela» salarial; na TAP, «expirados os prazos legais (da contratação) ainda não há contraproposta»; na CP, «a proposta do conselho de gerência é de 4 por cento»; no Metro, devido à «determinação dos trabalhadores, a administração propôs já um adiantamento que, em média, atingia 9,4 por cento, mas recuou na sua proposta»; na RN, «vão ser pagos mais de 100 mil contos aos alternativos, em vez de se ter empregue essa verba na satisfação das reivindicações que motivaram as recentes greves»; na LAR, «os 300 trabalhadores ainda não receberam os salários de Dezembro».

E continua o comunicado: «Na CP, mais de 1500 trabalhadores receberam cartas de excendatários e a empresa pretende atrair vários milhares de trabalhadores para a pré-forma»; na TAP, não foram renovados os contratos de 750 trabalhadores a prazo e pretende-se enviar mais de 1500 para a pré-reforma»; a Air Atlantis «encerrou, destruindo 300 postos de trabalho»; a LAR «encaminha-se a passos largos para a mesma situação».

O Organismo da Direcção do Sector de Transportes da ORL do PCP, depois de reafirmar que «os trabalhadores têm força bastante para responder a esta ofensiva», alerta os trabalhadores do sector para que «não se deixem intimidar pelas medidas repressivas, designadamente as que se ligam à recusa dos chamados "serviços mínimos" por serem absolutamente abusivas e ilegais. Os trabalhadores podem e devem continuar a exercer o seu direito à greve».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Privilégios e tráfico de influências Governo dá tudo à CAP e exclui outras organizações

Ao inviabilizar na passada semana a aprovação de um projecto de lei do PCP destinado a garantir a participação dos trabalhadores rurais e dos agricultores na definição da política agrícola, a maioria PSD mostrou não estar interessada em acabar com uma relação de preferência e exclusividade entre o Governo e a CAP, na base da qual estão verdadeiros escândalos em matéria de privilégios e tráfico de influências.

Para a bancada comunista, de quem partiu a iniciativa do projecto, trata-se de definir um quadro legal que "termine com as exclusões de uns à custa dos privilégios de outros", permitindo simultaneamente, como na ocasião salientou Lino de Carvalho, que a "agricultura portuguesa tenha a representatividade plural que emana das organizações existentes".

Um objectivo que, pelos vistos, a avaliar pelo seu comportamento no debate, está longe de agradar ao Governo e à sua maioria par-

lamentar, tudo indica mais interessados na manutenção do estatuto de privilégio actual.

"O Governo afirma defender o pluralismo na vida social e política mas consagra, contraditoriamente, o princípio da unicidade na representatividade da agricultura portuguesa", observou a propósito Lino de Carvalho, acrescentando que deste modo o Executivo reduz, inclusivamente, a sua própria capacidade negocial, "ficando dependente das estratégias de um único parceiro, a CAP, cuja representatividade se reduz hoje quase ao universo dos grandes proprietários - e não todos - do Alentejo e Ribatejo e aos negociantes intermediários do sector.

Uma reduzida expressão territorial que o Governo pretende colmatar - foi ainda Lino de Carvalho a lembrá-lo - concedendo "artificialmente a uma organização uma representatividade que esta não conseguiu alcançar pela via do associativismo", com as vantagens

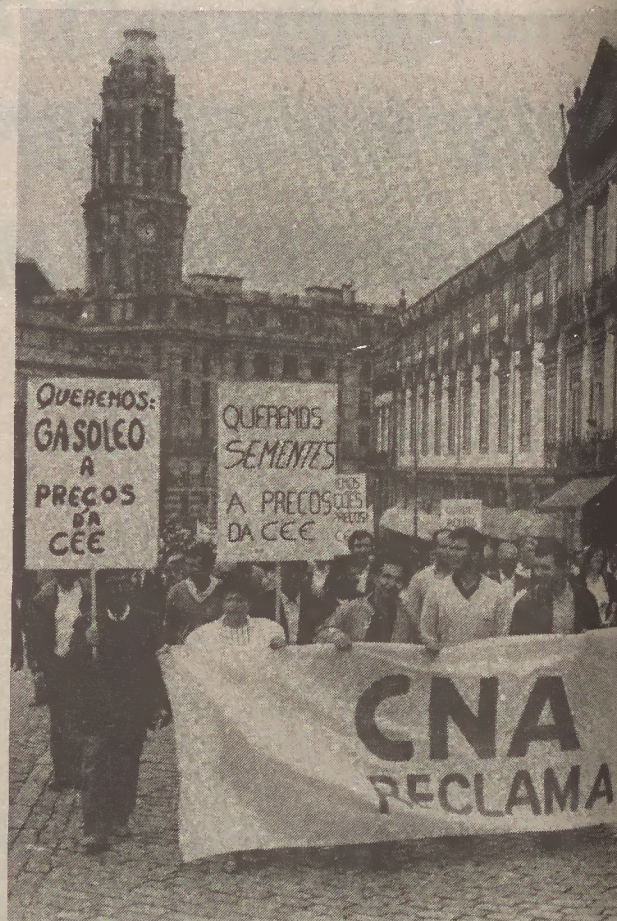
daí decorrentes, em termos de ter na mão "organizações dóceis" num momento em que "a agricultura está reconhecidamente em crise".

Neste contexto se compreende, por conseguinte - e estes foram apenas alguns dos escândalos referenciados no decorrer do debate -, que à CAP tenha sido atribuído o exclusivo de gerir uma linha de crédito sem juros de 150 mil contos para apoio às estruturas associativas de agricultores, e que lhe tenham sido entregues várias infra-estruturas do Estado afectas à agricultura como, por exemplo, o parque de recolha e leilão de gado de Palmela, várias infra-estruturas da EPAC, edifícios públicos, centros de formação profissional.

Mas o tráfico de influências não se fica por aqui. Assinalados por Lino de Carvalho foram ainda outros importantes instrumentos e estruturas do Estado que estarão em vias de ser entregues à CAP ou a associações desta com grupos multinacionais, no quadro da

reestruturação em curso no MAP, para não falar dos privilégios concedidos àquela organização no polémico processo de privatizações dos matadouros que envolve um negócio de milhões de contos, do conluio entre a CAP e a ACEL para o controlo ilegítimo da produção de eucalipto, das centenas de funcionários do MAP que trabalham para ou nas instalações da CAP, e dos mais de 300 mil contos do PRO-AGRI que terão sido entregues à CAP para a construção da sua futura sede.

"A CAP funciona assim como um lobby de interesses próprios mais do que uma verdadeira estrutura representativa do sector", concluiu Lino de Carvalho.



Urge acabar com as discriminações de que são vítimas organizações representativas da nossa agricultura

Zona Crítica Alentejana PCP quer debater medidas que respondam aos problemas

O Grupo Parlamentar do PCP entregou recentemente na Mesa da Assembleia da República um projecto de resolução destinado a apreciar um conjunto de medidas capazes de fazer face à grave situação económica e social

na margem esquerda do Guadiana.

Como é sabido - e esta foi a razão que esteve na origem da iniciativa dos parlamentares comunistas, que requereram igualmente junto do Presidente do Parlamento a

adopção do respectivo processo de urgência - vive-se hoje uma grave situação na região do Baixo Alentejo, cujas causas são diversas, com particular incidência nos concelhos de Barrancos, Moura, Mourão, Serpa e Mértola.

Correspondendo a uma área periférica, com uma agricultura praticada em moldes extensivos e uma estrutura fundiária desajustada, com um tecido industrial incipiente, sujeita a um acelerado processo de desertificação humana, estes concelhos viram a sua situação agravada com a prolongada seca que se tem feito sentir no País, estio que no caso vertente só veio pôr a nu as debilidades estruturais da região.



Vila de Mértola

Sequestros e raptos da UNITA condenados em voto do PCP

O rapto e sequestro de cidadãos portugueses pela UNITA foi objecto de um voto de condenação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP no qual se afirma que a situação criada por aquela organização armada "constituiu uma flagrante violação" dos direitos dos nossos compatriotas e uma "afronta à legalidade do Estado angolano e à ordem jurídica internacional".

O texto do voto, que contou para além do partido proponente com os votos favoráveis do PS e do Partido "Os Verdes" (PSD e CDS votaram contra e PSN absteve-se), considera

"chocante" o facto de as autoridades portuguesas não terem condenado "de forma expressa e veemente aquele acto de rapto e sequestro".

"Actuando como um grupo armado, a UNITA viola os Direitos Humanos de forma inaceitável", sublinha ainda o documento apresentado pelo PCP, para quem a "situação é tanto mais inaceitável" quanto o próprio Conselho de Segurança da ONU, em resolução aprovada, exige à organização de Jonas Savimbi a libertação de todos os reféns, condenando-a vigorosamente pelo facto.

PSD volta a negar eficácia ao subsídio de inserção na vida activa

Os deputados do PSD e do CDS reprovaram na semana passada o projecto de lei apresentado pelo PCP para reformular a lei que criou o subsídio de inserção de jovens na vida activa.

Os comunistas pretenderam, com esta iniciativa, «conferir alguma eficácia social» ao diploma que o Governo do PSD fez aprovar em 1988 «como mero pretexto para revogar a lei (35/87) que na altura se encontrava em vigor e que atribuíra um subsídio social de desemprego aos jovens à procura do primeiro emprego e que, para além de ser de montante mais elevado, tinha um âmbito de aplicação mais alargado» - afirmou o deputado António Filipe, ao apresentar no plenário da AR o projecto do PCP.

O alcance social do actual subsídio, para o jovem deputado comunista, «é diminuto, tais são as restrições estabelecidas na legislação em vigor quanto ao respectivo âmbito de aplicação». Só que, acusou António Filipe, este resultado é «aquele que obviamente o Governo esperava» quando aprovou a lei 50/88 e está comprovado por factos que o deputado e dirigente da JCP expôs no plenário: respondendo a um requerimento de Março de 1990, o Governo informou que eram 220 (duzentos e vinte!) os beneficiários daquele subsídio; nos últimos anos, o executivo laranja já nem sequer se preocupou em inserir no Orçamento de Estado verbas para suportar estes encargos (quando a AR chegou a aprovar 750 mil contos para aplicar em 1987 a lei 35/87).

No projecto dos comunistas propunha-se que o subsídio de inserção na vida activa abrangesse os jovens a partir dos 16 anos, bem como os que tenham concluído cursos de formação profissional mas não tenham obtido colocação. Pretendia-se ainda eliminar a obrigatoriedade de inscrição num centro de emprego há seis meses e alterar o rendimento *per capita* do agregado familiar (dos actuais 60% para 80% do salário mínimo nacional), entre outras condições de acesso ao subsídio.

O PCP propôs também que o montante do subsídio, hoje equivalente ao do regime não contributivo da Segurança Social, passe a 70% ou 80% do salário

mínimo nacional para os requerentes sem ou com pessoas a cargo, respectivamente.

Associação de menores

Sem ser submetido a votação, baixou ao trabalho em comissão o projecto apresentado pelos comunistas sobre direito de associação de menores, que foi apreciado em plenário também no passado dia 4.

«Trata-se de conferir aos jovens menores de 18 anos, mas com idade não inferior a 14, a capacidade civil necessária para, por si, sem necessidade de qualquer autorização ou tutela, participar no acto constitutivo de associações que visem a defesa e promoção dos seus direitos e interesses e não tenham fins lucrativos», precisou António Filipe.

Ao apresentar o projecto, o jovem deputado comunista descreveu a realidade do associativismo juvenil que «não foi criado por leis nem por decretos» e que é «um espaço de afirmação diária da liberdade em democracia», sublinhando que «o associativismo sempre encontrou nos jovens os seus dinamizadores mais generosos e mais disponíveis», enquanto «os jovens sempre encontraram no associativismo o espaço privilegiado para a afirmação da sua criatividade, para o convívio, para o seu desenvolvimento físico e intelectual, para o estreitamento de laços de amizade e solidariedade».

Apesar de o associativismo juvenil assentar «em muitos milhares de jovens menores de 18 anos» que têm «maior disponibilidade pessoal para a participação associativa de natureza essencialmente juvenil», estes jovens «por falta de legislação que regule especificamente o seu livre exercício do direito de associação, vêem-se impossibilitados de dar largas ao seu poder de iniciativa de carácter associativo e de constituir as suas próprias associações».

António Filipe recordou que sobre esta matéria «já existiram projectos anteriores do PCP, do PS, do CDS, do PRD e mesmo uma proposta de lei do Governo, mas nunca o processo legislativo se concluiu». No plenário da AR o PSD assumiu o compromisso de igualmente apresentar um projecto de lei sobre o direito de associação de menores.

Imigrantes em risco de expulsão

PSD recusa prorrogação do prazo proposto pelo PCP

A Assembleia da República apreciou terça-feira um projecto de lei do PCP visando a prorrogação por mais três meses do período de vigência do decreto-lei que abriu em Outubro do ano passado um processo de regularização à situação dos imigrantes clandestinos, cujo prazo termina no próximo sábado, dia 13.

Na base desta iniciativa, que não colheu o apoio do PSD, o facto de os números

relativos ao andamento do processo, de acordo com as informações disponíveis, estarem aquém do que era previsível, tendo em conta os objectivos inicialmente proclamados.

A poucos dias da conclusão do prazo estabelecido - e foi esta circunstância que teve um efeito mobilizador na decisão da bancada comunista - torna-se evidente que a grande maioria dos cidadãos imigrantes

potencialmente abrangidos não terão possibilidades práticas de proceder à regularização da sua situação.

O deputado comunista António Filipe, já em declaração política proferida em nome da sua bancada, no dia 19 de Janeiro, chamava a atenção para os perigos reais de malogro na concretização dos objectivos visados pelo diploma, lembrando que na área da Grande Lisboa, onde vivem

dezenas de milhares de imigrantes em situação irregular, existem apenas três locais de recepção de documentos.

“Os trâmites burocráticos que estão a ser impostos pelos serviços, longe de facilitar o processo estão a dificultá-lo seriamente”, alertava então António Filipe, pedindo desde logo a prorrogação do prazo, sem a qual, observava, o “Governo PSD assumirá a pesada

responsabilidade de inviabilizar a regularização da situação de muitos milhares de cidadãos residentes em Portugal com o objectivo evidente de os expulsar do País”.

Face à posição da bancada da maioria, na véspera da conclusão do prazo estabelecido, torna-se pois evidente que grande número dos cidadãos imigrantes não terão possibilidades práticas de proceder à sua regularização, correndo o sério risco de vir ser abrangidos pela legislação já aprovada pelo Governo que ordena a expulsão e a detenção em “centros de acolhimento” daqueles que se encontrem irregularmente em Portugal.

Uma legislação que, recorde-se, mereceu já a total discordância parte da bancada do PCP, que afir-

mou a sua disposição de requerer a sua apreciação pela Assembleia da República em sede de Ratificação.

Enquanto se aguarda pelo agendamento de um outro diploma da formação comunista sobre medidas de apoio à regularização extraordinária da situação ilegal dos cidadãos não comunitários em Portugal, resta a esperança que a maioria e o seu Governo reconsiderem a sua posição, em ordem a que não sejam gorados os objectivos do diploma que regulariza a situação dos imigrantes clandestinos, evitando assim que cerca de 90 mil cidadãos, originários na sua maioria de países de língua oficial portuguesa, venham a ser expulsos do nosso país.



Os trâmites burocráticos e o pequeno número de locais de recepção da documentação têm vindo a dificultar o processo de regularização de muitos cidadãos imigrantes

Ética dos profissionais de Saúde

Insinuações de Macário Correia repudiadas pela bancada do PCP

As posições defendidas pelo deputado Macário Correia no programa “Conta Corrente” emitido na passada semana pela SIC, onde foi apresentado na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde da Assembleia da República, mereceram a “total discordância e frontal oposição” dos deputados comunistas Luís Peixoto e Apolónia Teixeira, também eles membros da mesma Comissão.

Para os parlamentares do PCP, o comportamento e as declarações do deputado do PSD naquele programa televisivo, onde apareceu como “convidado-surpresa” na entrevista conduzida por Margarida Marante ao professor Machado Caetano, correspondem a uma sistemática desculpabilização da política de Saúde do Governo e a uma prática simultânea de transferência de responsabilidades para os técnicos

de Saúde, em particular os médicos, “por tudo o que de errado vai em Portugal no sistema de saúde”.

Repudiando essas afirmações de Macário Correia, bem como as insinuações por si levantadas de suspeição geral ao comportamento ético dos médicos, os referidos parlamentares comunistas fizeram entretanto saber em nota emitida a propósito que, sem prejuízo de outras iniciativas que consi-

derem pertinentes, “suscitarão na primeira oportunidade um debate, em sede de comissão, sobre aquela matéria”, pelo que foi já solicitada à SIC a gravação de uma gravação completa do referido programa.

Aprovado por unanimidade

Voto condena Indonésia e julgamento de Xanana

A tentativa da Indonésia “consumar a integração de Timor entre as suas províncias” e o julgamento de Xanana Gusmão mereceram da Assembleia da República a mais firme condenação e repúdio, em voto aprovado na semana finda pela totalidade da Câmara.

No texto, já anteriormente aprovado pela Comissão Eventual de Acompanhamento da situação em Timor-Leste, solicita-se aos parlamentares e governos da comunidade internacional, especialmente dos Estados Unidos e da Austrália, um procedimento urgente no sentido da “avaliação da desconformidade” existente entre “as políticas impostas ao povo de Timor e a Declaração Universal dos Direitos do Homem e os princípios da autodetermina-

ção e independência dos povos consagrados na Carta da ONU”.

Depois de repudiar “veementemente o ilegítimo prosseguimento do julgamento de Xanana Gusmão”, que classifica de “injusto, parcial e gravemente atentatório da dignidade humana e dos direitos internacionalmente reconhecidos do povo de Timor-Leste”, o voto chama a atenção da Comissão dos Direitos do Homem da ONU para a “urgência de fazer respeitar a declaração da presidência” sobre aquele território, adoptada na sua 48ª sessão.

Um apelo é ainda dirigido às organizações não governamentais, em especial à Ordem dos Advogados, para que “colaborem criticamente na reposição da ordem jurídica internacional violada”.



Interpelação sobre política educativa

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou na última conferência de líderes parlamentares o agendamento de uma interpelação ao Governo sobre a política educativa. Com esta iniciativa, comunicada oficialmente por carta ao Presidente da Assembleia da República, os parlamentares comunistas pretendem debater as orientações fundamentais que têm presidido à actuação do Ministério dirigido por Couto do Santos.

Em causa estão, designadamente, as questões que se prendem com a educação pré-escolar, ramo de enorme importância tanto do ponto de vista social como educativo, que no nosso País tem uma taxa de cobertura que não ultrapassa os 35 por cento, quando a média na generalidade dos países europeus situa-se na casa dos 90 por cento.

Ouvir o ministro sobre a reforma do sistema educativo em curso, com destaque para o sistema de avaliação e a formação dos professores, constitui seguramente outro dos pontos de interesse desta interpelação, que não poderá deixar de prestar também uma atenção particular ao financiamento das universidades, às propinas e ao sistema de avaliação do ensino superior.

PCP

Com o PCP mais forte viver melhor no Alentejo

Plenário das DOR's reuniu em Évora

Cerca de uma centena de camaradas, membros das três Direcções das Organizações Regionais do Alentejo do PCP, reuniram-se no passado sábado, em Évora, para analisar a situação actual, as eleições autárquicas e ainda as medidas orgânicas para o Alentejo, no quadro das conclusões do XIV Congresso do Partido, tendo sido formado um organismo inter-regional que coordena as três estruturas distritais do PCP. Na reunião participaram os camaradas José Soeiro, da Comissão Política do Comité Central, e o secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas. No final dos trabalhos foram aprovados dois documentos — um sobre o novo organismo inter-regional e outro sobre a situação social no Alentejo. Depois, com a presença de mais uma centena de convidados e de representantes da imprensa regional, Carlos Carvalhas interveio, com um discurso que hoje também publicamos.

«Com o PCP mais forte/Viver melhor no Alentejo» foi o lema desta reunião plenária das Direcções das Organizações Regionais de Beja, Évora e Portalegre do PCP, cujo documento aprovado sobre a situação social acusa o Governo de, praticando uma política de direita, gerar o retrocesso no Alentejo. A Reunião Plenária responsabilizou o Executivo de Cavaco Silva e a política de direita, «ao serviço do grande capital e dos grandes senhores da terra, que tem vindo a ser praticada por sucessivos governos desde 1976, pela gravíssima situação económica e social» e que «está a conduzir um terço do território nacional à estagnação e retrocesso económico, ao envelhecimento e à desertificação.»

A fome voltou

Caracterizando a gravidade da situação, o documento adianta:

«Agrava-se o fosso que separa o Alentejo das restantes regiões do País e da Comunidade Europeia. Desde 1980 desceu de 49% para 35% o nível médio de rendimento *per capita* do Alentejo em relação à média comunitária. Esta situação

só não é mais grave devido à intervenção e acção do Poder Local e da CDU muitas vezes acima das suas próprias competências e meios.

«O desemprego ultrapassa os 15%, três vezes mais que a média nacional oficialmente reconhecido, milhares de trabalhadores, em consequência do longo período de desemprego a que têm sido forçados, não recebem sequer subsídio de desemprego, na Administração Pública para o espectro dos excedentes, a ameaça de despedimentos; os salários em atraso atingem hoje um elevado número de empresas da região nos mais diversos sectores de actividade: oficinas de reparação de material agrícola, mármore, têxteis, importantes unidades de transformação sobretudo do sector agro-alimentar vivem momentos de grande dificuldade ou têm vindo a encerrar as suas portas.

«Os verdadeiros agricultores — os que trabalham e vivem exclusivamente da agricultura — sem acesso a créditos, marginalizados dos cerca de 60 milhões de contos da CEE atribuídos no Alentejo mas que no geral foram parar às mãos dos grandes agrários, com factores de produção a preços cada vez mais elevados, sem garantias de escoamento de preços compensadores, confrontados com uma política agrícola comum (PAC) contrária aos seus interesses e que não têm em conta as nossas especificidades vêem o País ser invadido por produtos agrícolas da Espanha, França, etc., vivem o drama da ruína e do abandono da razão de ser de toda a sua vida: a agricultura.»

Referindo-se de seguida ao comércio que definha, aos reformados que sobrevivem à custa de privações, à regressão na qualidade da dieta alimentar das populações, às escolas e postos de saúde que fecham, aos ramais da CP que encerram, ao isolamento crescente, o documento aprovado sublinha que «os resultados da destruição da Reforma Agrária é da concentração da terra em um número reduzido de famílias está à vista: a fome volta a sentir-se no mundo rural do Alentejo».

«A situação que se vive no Alentejo não resulta de uma fatalidade nem é consequência exclusiva da grave seca que assola a região e que alguns invocam para ilibar o PSD e aqueles que no poder o antecederam, das suas responsabilidades», afirma-se ainda no documento aprovado, depois de se salientar que a seca, que contribui para o agravamento



geral da situação, põe a nu a fragilidade estrutural da economia regional. O esbulho de milhões de contos às autarquias e o não cumprimento da Lei da Finanças Locais é também referido, a par do boicote à criação das regiões administrativas, como factores de retrocesso e de estrangulamento ao desenvolvimento do Alentejo.

PCP avança soluções

«A situação exige obras concretas e não promessas vagas e estudos paralisantes. O Alentejo quer trabalho e não esmolas», sublinha mais adiante o documento, recordando que o PCP «há muito que avança e reclama soluções». Reunidas no plenário, as Direcções das Organizações Regionais de Beja, Évora e Portalegre do PCP consideraram que «a seca que ameaça prolongar-se e a gravíssima situação económica e social que se vive no Alentejo exigem decisões urgentes e um verdadeiro plano de emergência que evite o seu agravamento e alargamento».

Neste sentido, reafirmaram o carácter imperioso e urgente de uma série de propostas, projectos e acções sugeridos à CCRA para inclusão no Plano de Desenvolvimento Regional, de que destacamos:

Arrancar com o projecto do Alqueva e a construção de outras barragens; proceder à reestruturação fundiária do Alentejo; criar linhas especiais de incentivos financeiros ao investimento produtivo; elaborar programas de reconversão e orientação agrícola garantindo aos agricultores apoios técnicos e financeiros; reanimar a plataforma industrial de Sines e promover o aproveitamento da Base Aérea de Beja; avançar na concretização de um conjunto de projectos de melhoria de acessibilidades e construir e melhorar escolas, creches, hospitais e outros estabelecimentos sociais.

Esta série de medidas, que o documento explicita mais largamente, termina com a exigência do cumprimento da Lei

Olhamos as eleições de 1993 com confiança — Excertos do discurso

(...)

A desertificação, o envelhecimento e a desvitalização económica não se reduzem ao Alentejo. Atinge com raras excepções a generalidade de todo o interior do país. As assimetrias regionais, nomeadamente entre o interior e o litoral têm-se vindo a agravar, como consequência de uma política que tem sustentado um crescimento desequilibrado, e assente em pés de barro.

No Alentejo esta situação é ainda mais grave. A fome surge de novo nas terras de Catarina. A seca e a gravíssima crise económica e social exigem do Governo não o demissionismo, mas um verdadeiro Plano de Emergência para a região e o encarar de frente a questão da irrigação do Alentejo. Mas a seca não branqueia as efectivas responsabilidades do Governo no não aproveitamento dos recursos hídricos.

É necessário dar resposta a este quadro que há muito se faz sentir ciclicamente no Alentejo.

A situação exige respostas e respostas práticas imediatas e não mais estudos dilatatórios e promessas vagas. É intolerável a insensibilidade do PSD perante as situações dramáticas de muitas famílias de trabalhadores e de reformados.

Os agricultores são confrontados com uma Política Agrícola Comum, contrária aos seus interesses, vêem os mercados invadidos pelos produtos agrícolas estrangeiros e têm de pagar o crédito e os factores de produção relativamente mais caros do que os seus concorrentes europeus.

A situação da agricultura e a penalização do aparelho produtivo repercute-se negativamente no comércio e em áreas importantes dos serviços. Daí a crescente desertificação e atraso relativo da região.

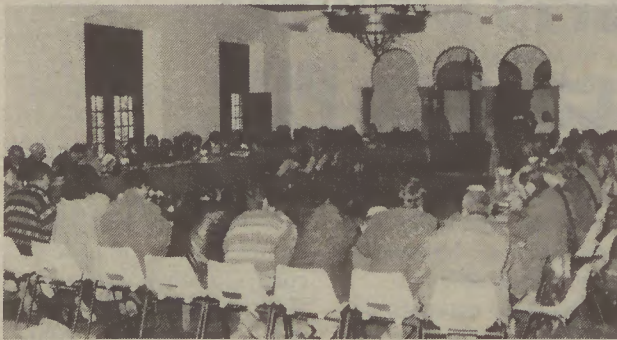
Mas o agravamento da situação socioeconómica não se verifica só no Alentejo, mas em todo o País.

Os resultados práticos dos planos governamentais de desenvolvimento e de desenvolvimento regional estão à vista, no Alentejo e em todo o País.

Os dados agora publicados sobre a evolução da economia portuguesa, relativos ao último trimestre de 1992, acentuam as nossas preocupações. Sucedem-se as quebras nas exportações, no investimento produtivo e as previsões quanto ao crescimento para 1993 que têm sido sucessivamente revistas no sentido da baixa.

A produção nacional é destronada pela importação estrangeira. Tudo se importa.

A crise na agricultura, as dificuldades financeiras e as previsões sombrias quanto ao futuro de muitas empresas do sector produtivo são uma realidade. Regressam aos salários em atraso e o crédito malparado e sectores inteiros passam para as mãos dos estrangeiros.



O PSD desculpabiliza-se agora com a conjuntura externa quando durante vários anos desvalorizou a sua influência que foi extremamente favorável. Mas não há desculpas que retirem ao Governo a verdadeira responsabilidade pelas dificuldades criadas ao sector produtivo; pelo estímulo dado às actividades especulativas e parasitárias; pela política das altas taxas de juros dos empréstimos; pela sobrevalorização artificial do escudo; pelas manobras eleitoralistas, colocando a política orçamental e financeira ao serviço do calendário eleitoral do PSD; pelo leilão do riquíssimo património público.

Mas não são só os dados estatísticos oficiais que põem a nu a verdadeira gestão do PSD e a teoria do «oásis».

Também um recente relatório sobre o desenvolvimento regional, apresentado no Parlamento Europeu, revela que o acréscimo do PIB *per capita* dos Estados-membros que mais beneficiaram dos fundos estruturais entre 1985 e 1992, em termos de percentagem da média comunitária, foi de 3 pontos em Espanha, de 1,9 pontos na Irlanda e de somente 1,7 pontos em Portugal! É mais um elemento que clarifica a dita democracia de sucesso, quando se sabe inclusivamente que, em 1989, tanto a Espanha, como a Irlanda já se posicionavam à frente do nosso país.

O relatório diz mais, nomeadamente em relação às disparidades relativas a factores vitais para o desenvolvimento económico.

Chama a atenção, por exemplo, para o nível do investimento privado e público onde os «stocks» de capital por trabalhador na Grécia e em Portugal representam apenas metade da média comunitária.

Em relação à «disparidade» em matéria de conhecimentos realça também que a percentagem dos jovens entre os 15 e 19 anos escolarizados ou em formação varia entre menos de 40% em Portugal e mais de 85% na Alemanha,

nos Países Baixos e na Dinamarca e que em matéria de despesas com a investigação e desenvolvimento tecnológico, cerca de 75% do conjunto dessas despesas da Comunidade estão concentradas na Alemanha, França e Reino Unido.

O relatório conclui ainda que a diferença entre as regiões ricas e regiões em atraso de desenvolvimento se agravou o que só por si mostra, como sempre afirmámos, a insuficiência dos meios financeiros para atenuar os desníveis do desenvolvimento.

Estas conclusões levam-nos também a sublinhar que o Plano de Desenvolvimento Regional, continuará a ser um plano burocrático, de gabinete, se não tiver a participação activa das forças sindicais, empresariais e do poder local na sua elaboração.

(...)

Estamos em Évora, cidade que foi declarada património mundial, e que o foi por mérito das populações e da intervenção da CDU.

Poderemos falar em infra-estruturas, equipamentos, ambiente, ordenamento do território, luta pelo desenvolvimento. A conclusão é só uma: a CDU faz mais do que os outros, fez mais, com participação, honestidade, competência. Mas não é só em relação às infra-estruturas básicas que levamos a dianteira. Mesmo os nossos adversários reconhecem que as autarquias CDU na região, são pioneiras na elaboração dos Planos Gerais de Urbanização (PDM) e pioneiras na elaboração dos Planos Integrados de Desenvolvimento (PID) dando pela sua parte uma efectiva contribuição e incentivo ao investimento local e ao desenvolvimento.

Por isso, olhamos as eleições de 1993 com confiança.

O PSD mobilizou toda a máquina do Estado para tentar impedir uma derrota eleitoral como a que sofreu em 1989. Persegue a Câmara de Évora e outras Câmaras. Ingere-se, corta verbas, burocratiza, cria dificuldades.

Não contente com isso, tenta manipular a opinião pública e fazer acreditar que os dramas sociais que a sua política original afinal seriam da responsabilidade das autarquias locais. Por isso, temos que esclarecer as populações por todos os meios ao nosso alcance.

A CDU faz nas autarquias um grande esforço de promoção do desenvolvimento. Mas não é o Poder Local que pode resolver os problemas decorrentes da votação da agricultura ao abandono, da liquidação da Reforma Agrária, da não realização do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo, da falta de regionalização e de apoio ao desenvolvimento do interior do País.

A CDU tem feito também nas autarquias um grande esfor-

PCP

Plenário da DORAL analisa situação no Algarve e aprova plano de actividades

«A análise efectuada à economia regional e aos problemas sociais existentes confirma as sucessivas previsões e alertas que a Direcção Regional do PCP desde há muito vem colocando, de forma consequente e responsável», afirma nota saída da reunião do Plenário da DORAL, realizada no passado fim-de-semana em Faro. O Plenário apreciou a situação económica e social da região, a preparação das eleições autárquicas e aprovou o plano de actividades para 1993.

«O Algarve debate-se hoje com gravíssimos problemas nos principais sectores da sua economia», diz a nota divulgada após o Plenário. E dá exemplos — a recessão no turismo e na construção civil; a profunda quebra nas pescas; os graves estrangulamentos na produção agrícola e no seu escoamento; a queda que se acentua na já debilitada produção industrial. O Plenário concluiu que tais questões não resultam apenas de factores conjunturais, «mas do avolumar de consequências resultantes da ausência de uma política de desenvolvimento regional, sustentada e apoiada na valorização de recursos, no incremento e apoio à actividade produtiva, no respeito e defesa de direitos e condições de vida da população».

E o documento define um responsável pela crise — «a política deste Governo, a coberto da qual o patronato, actuando impunemente, na mais completa ilegalidade, transforma as relações de trabalho no frequente acto de intolerável despotismo e selvajaria».

A DORAL traça um breve quadro da degradação atingida:

«Estima-se que o número de desempregados represente 12% da população activa (bem longe dos 6% anunciados oficialmente); os salários em atraso atinjam cerca de 2000 trabalhadores (Torraltá, Alcazar, Vale Navio, Sointal, Júdice Fialho, entre muitos outros), o atraso no pagamento de salários tornou-se uma prática corrente, as rescisões arbitrarias e o não cumprimento de obrigações contratuais, transformou-se numa prática constante. Perderam-se na região nos últimos meses, com particular significado na hotelaria, na construção civil e pescas, cerca de 7000 postos de trabalho. Avolumam-se as dívidas do patronato à Segurança Social. Os subsídios de desemprego estão a ser pagos com meses de atraso o que cria dificuldades acrescidas de justificado dramatismo.

«A gravidade da situação vai ter expressões mais vastas se atendermos a que, se a Lei dos disponíveis na Função Pública for aplicada, estão postos em causa, numa primeira fase, 300 postos de trabalho e que o previsto encerramento de algumas fábricas poderá significar a perda de mais algumas centenas de postos de trabalho».

«O desenvolvimento da luta é o único caminho para nos opormos a esta política e a este Governo», conclui neste ponto o documento aprovado, «o único meio de barrar a ofensiva e de criar condições para uma nova política, com um novo Governo». A DORAL solidariza-se com as lutas de vários sectores de trabalhadores e manifesta total apoio à Jornada de Luta que a União dos Sindicatos do Algarve marcou para os próximos dias, de 15 a 19 do corrente.

Reforçar a CDU

Do balanço feito à preparação das eleições autárquicas, a DORAL valorizou o trabalho já realizado no âmbito da CDU na elaboração de listas e programas eleitorais e sublinhou a apreciação positiva que faz da obra realizada pelos eleitos nas autarquias de maioria da Coligação nas duas câmaras municipais e nas dez juntas de freguesia, assim como do importante papel desempenhado pela CDU em órgãos de maioria de outras forças políticas. E reafirma que «estão criadas condições objectivas para que nas próximas eleições autárquicas a CDU venha a obter um importante resultado eleitoral, expresso na manutenção das actuais maiorias, na reconquista da maioria em Silves e Vila Real de Santo António, na recuperação de posições perdidas nas últimas eleições em favor de um voto útil no PS, que mais uma vez demonstrou, na gestão praticada, na intervenção regional que não teve, na falta do empenhamento demonstrada na defesa da autonomia e reforço do Poder Local — não constituir alternativa à política de direita.

«A realidade da situação no Algarve veio demonstrar a necessidade do reforço das posições da CDU no conjunto dos órgãos autárquicos para que mais problemas das populações sejam resolvidos; para que mais eficazmente as autarquias possam contribuir para combater a

política centralista deste Governo. Com o peso acrescido da CDU no Poder Local regional, o Algarve não teria a situação em que se encontra neste momento, com a CCR a impor um novo Plano de Desenvolvimento, sem correspondência com as necessidades do desenvolvimento regional, mas por onde vão passar muitos dos mecanismos de apoio financeiros comunitário, comprometendo situações de futuro.»

Plano de actividades

A DORAL aprovou finalmente um vasto plano de actividades para o ano em curso, plano que assenta em três grandes prioridades: a dinamização da acção de massas contra a política do Governo; as eleições autárquicas e o reforço do Partido.

Em relação a cada uma destas prioridades, damos aqui alguns dos aspectos sublinhados no documento aprovado pelo Plenário da DORAL:

— «Em relação à dinamização da acção de massas, a importância que reveste o acompanhamento à preparação do Congresso da CGTP-IN, a realizar no próximo mês de Março, designadamente quanto à discussão dos documentos preparatórios e à eleição dos delegados;

«O contributo que as organizações do Partido têm de dar, a todos os níveis, para o desenvolvimento da luta e do protesto contra a política do Governo. Nesse sentido sublinha-se a importância da Jornada de Luta de 16 a 20 de Fevereiro e a sua continuidade, a preparação do 1.º de Maio, do 25 de Abril, do 8 de Março, do Dia Mundial da Criança;

«A resposta à profunda degradação da situação social que se vive, expressa no aumento dos níveis de desemprego, nos salários em atraso, na precariedade e na generalizada ilegalidade em que se encontram as relações de trabalho, no agravamento previsível desta situação com a perspectiva de encerramento de várias empresas.»

— «Em relação às eleições autárquicas, sua preparação, objectivos e principais linhas de trabalho, reafirmam-se decisões que sobre esta matéria foram já aprovadas no Plenário Regional da CDU, realizado em Dezembro passado e em posteriores decisões da Direcção Regional.

«Assim, a manutenção das actuais maiorias CDU nas Câmaras e nas 10 Freguesias, a conquista da maioria em Silves e V.R.S.A., num quadro de subida eleitoral e reforço do número de eleitos CDU nos diversos órgãos — constituem as nossas principais prioridades. A estas têm de corresponder medidas de reforço no plano de direcção, organização e apoios diversos (financeiros, técnicos, entre outros).

«Em relação à preparação das eleições, colocam-se como objectivos de curto prazo: definir durante o primeiro trimestre os principais candidatos aos diversos órgãos, apontando para que até finais de Junho o corpo essencial das listas esteja pronto ou em fase muito adiantada de concretização; concretizar a formação de coordenadoras da CDU em todos os concelhos no primeiro trimestre e a realização de Plenários concelhios; realizar até Março uma reunião da Coordenadora Regional da CDU, assegurando o seu funcionamento regular.»

— «Em relação à organização do Partido e na linha de trabalho que tínhamos já definido em 1992, impõe-se que continuemos a dar uma grande atenção e sobretudo a tomar medidas e a executá-las, no sentido de melhorar a estruturação da organização, a aumentar o número de membros do Partido com contactos regulares, a entregar cartões e a esclarecer as situações de muitos dos actuais inscritos.

«Por outro lado é de extrema importância que no plano do recrutamento se definam objectivos precisos e que sobretudo esta importante direcção de trabalho esteja mais presente na actividade de cada organização e dos seus principais quadros.

«A preparação das eleições autárquicas vai favorecer, se para tal se tomarem medidas, a possibilidade de se aumentar a estruturação da organização e a alargar o número de contactos com muitos dos inscritos no Partido.

«A realização de Assembleias concelhias de organização, ou mesmo em algumas freguesias, durante o primeiro semestre, é uma direcção de trabalho necessária a concretizar em vários dos principais concelhos da região.»

de Finanças Locais, da garantia de subsídio de desemprego aos trabalhadores impedidos de exercer a sua actividade e, finalmente, aponta a necessidade premente da criação das regiões administrativas.

Uma obra notável

Saudando as autarquias do Alentejo pelo importante e positivo papel que têm desempenhado, as Direcções Regionais, reunidas no plenário de Évora, destacaram naturalmente a intervenção e acção das autarquias de maioria CDU, onde os comunistas e outros democratas têm construído uma «obra notável que deve continuar».

Salientando brevemente os principais aspectos da obra dos comunistas e da CDU, pioneiros na elaboração de Planos Gerais de Urbanização, de Planos Directores Municipais e dos Planos Integrados de Desenvolvimento, o documento afirma ser importante e significativo politicamente que «na avaliação dos resultados referentes à aplicação dos fundos comunitários (...) sejam os próprios representantes do Governo a reconhecer que, no Alentejo, onde a maioria das autarquias é de maioria CDU (...) os resultados são bons ou muito bons, mas que tal situação não se verifica nas áreas da responsabilidade do Governo ou do sector privado. É a melhor resposta», sublinham, «aos que, sem imaginação, sem propostas nem soluções, responsáveis ou cúmplices pela grave situação que se vive no Alentejo, procuram na base do anti-comunismo apresentar-se como alternativa».

Finalmente, o Plenário analisou importantes aspectos da organização e da vida do Partido na região, congratulando-se com as decisões do XIV Congresso do PCP e manifestando a sua competência com a composição, funcionamento, atribuições e competências do organismo inter-regional do Alentejo. Decidiram também as DOR's, no plano da organização, dar particular atenção ao recrutamento de jovens para a JCP e para o Partido, reforçar as estruturas concelhias e responsabilizar novos quadros, desenvolver iniciativas viradas para a juventude e empenhar-se especialmente no apoio à dinamização do próximo Congresso da Juventude Comunista Portuguesa.

Carlos Carvalhas

ço no domínio da habitação, apesar desta competência, no essencial, não lhe estar cometida. Apoiar cooperativas, promover a autoconstrução, ajuda à reabilitação urbana, pôe lotes de terreno mais baratos à venda. Mas não são as autarquias, sobretudo no quadro financeiro e legal que actualmente existe, que poderão resolver o problema da habitação social, sobretudo nas áreas metropolitanas.

Recorde-se que o PSD prometeu no seu Programa Eleitoral acabar com as barracas em Portugal! Agora segue uma política de calúnias, de fuga às responsabilidades, de incumprimento de promessas eleitorais.

A questão da habitação e da habitação social é um gravíssimo problema no nosso país, a que o Governo se tem alheado com a maior das irresponsabilidades.

Para 1993 o PSD inscreveu no Orçamento de Estado, para promoção de habitação social apenas 6 milhões de contos, verba inferior à que vai gastar no Centro Cultural de Belém e verba perfeitamente escandalosa quando comparada com os 120 milhões de contos de indemnizações aos grandes senhores do 24 de Abril.

O Governo não pode continuar a lavar as mãos como Pilatos sobre a grave questão da Habitação Social.

O Orçamento de Estado deve, tendo em conta as despesas relativas, dar uma grande atenção a este problema, bem assim como à utilização dos Fundos Estruturais comunitários que devem também ser aplicados na promoção da Habitação Social.

Não se resolve a questão dos bairros clandestinos, nem da falta de Habitação Social atacando somente as consequências deixando de lado as causas de todo este fenómeno. Se não se atacarem as causas cada vez que se infra-estrutura e legaliza um bairro clandestino, outro de novo surgirá.

Tornar a CDU mais forte nas autarquias é criar condições para prosseguir uma imensa obra realizada. Mas é também um passo para constituir uma alternativa à direita, que enfrente os problemas e dramas sociais, em vez de conduzir campanhas manipulatórias organizadas contra o Poder Local, de asfixia financeira e de centralização de poderes. Enquanto o PSD e o próprio PS se entregam à manipulação contra a CDU, sem olhar a meios para atingir os seus objectivos, a nós cabe-nos continuar a trabalhar e a resolver os problemas das populações e tudo fazer para atingir o nosso objectivo: chegar às eleições do fim do ano com os programas eleitorais que a CDU apresentou cumpridos. Também por aí, constataremos que a CDU é diferente.

(...)

PCP



II Assembleia da ZORL Retirar à direita mais quatro freguesias

A II Assembleia da Organização da Zona Oriental de Lisboa reuniu no Salão da Freguesia de S. João, com mais de cem delegados, no decorrer da tarde de sábado, com o objectivo de discutir e votar um Projecto de Resolução adequado à intervenção do Partido naquela vasta área da cidade de Lisboa (23 freguesias) e eleger uma nova Direcção da Zona Oriental de Lisboa. Os delegados presentes aprovaram por unanimidade a Resolução Política e apenas com uma abstenção a nova Direcção da ZORL do PCP.

José Tavares, do Comité Central e da Direcção da Cidade de Lisboa, apresentou o Projecto de Resolução onde se destacavam os objectivos de «trabalhar para retirar à direita as quatro freguesias da Zona onde esta é maioritária (Arroios, Anjos, Alto do Pina e Coração de Jesus)», a «valorização do cumprimento dos compromissos eleitorais e prestação de contas pelo trabalho desenvolvido», e a orientação de acompanhar activamente os «processos do Plano Director Municipal, Plano de Estrutura da Zona Oriental, Reabilitação dos Núcleos Históricos, Lisboa Capital da Cultura/94 e EXPO-98». Salientou ainda a importância do movimento associativo, do trabalho com a Juventude e com os Reformados, como prioridades para lá do trabalho autárquico e eleitoral.

Seguiu-se uma série de intervenções de camaradas de organizações de freguesia que abordaram vários aspectos da realidade política, do trabalho autárquico e das suas dificuldades e êxitos. Entrevieram Virgílio Lopes, Astride Corte Real, João Constantino, Romão Martins, Carlos Pereira, Manuel Duarte, Jaime Salomão, Augusto Pereira. A concluir esta série de intervenções, Carlos Vicente analisou a necessidade de avançarmos desde já com os «núcleos centrais das listas de Freguesias». Para o camarada, exis-

te uma séria preocupação, com a análise, desde já, das consequências «da reformulação administrativa, tão necessária».

José Tavares, da Direcção da Cidade, salientou depois algumas das intervenções realizadas destacando «a necessidade de analisarmos profundamente a política governamental para a habitação de modo a estudarmos as suas consequências e exigirmos uma mudança nos actuais decretos».

Um jovem da Colina da Graça veio contar como os comunistas e não comunistas convivem no Centro de Trabalho da Graça. Falou de pincéis e de tintas, de ambiente, de não sectarismo e foi ouvido atentamente pela Assembleia.

Falava calmamente, repisando conceitos que brotavam como uma lição da sua própria experiência no colectivo: «Não podemos ser sectários; temos de abrir a sede a outros jovens não comunistas; temos de conviver todos; pintamos as paredes para termos melhor ambiente»...

Com simplicidade, explicava o que é ser comunista nos dias de hoje para muitos jovens. A Assembleia escutava com atenção e rompeu em palmas. Foi o momento alto.

Carlos Grilo, do Comité Central e da DORL do PCP, acentuou, na intervenção final: «Os desejos do PSD e PS para conquistar Câmaras da CDU na área de Lisboa não se inspiram nos interesses das populações. Apenas se justificam pela ânsia do poder que os anima.»

E mais adiante:

«Uma nova e possível derrota da direita na Cidade de Lisboa representaria mais um passo em frente na solução dos complexos problemas da capital do país. Um tal objectivo, para ser alcançado, exige muito trabalho, determinação e o contributo decisivo dos comunistas».

Secretaria da DORAA critica Casqueiro

Em nota recentemente tornada pública, o Secretariado da DORAA do PCP criticou a forma irresponsável, «violenta e totalmente inadequada» como o Secretário-Geral da CAP, José Manuel Casqueiro, comentou a intervenção do deputado comunista à Assembleia Regional dos Açores, camarada Paulo Valadão.

Considerando «importante, oportuna e rigorosa» a intervenção do deputado sobre a qualidade da carne açoriana, o PCP/Açores não reconhece a Casqueiro «qualquer tipo de autoridade nem de idoneidade para se pronunciar sobre este assunto, uma vez que a organização que dirige está inteiramente alinhada com os interesses dos latifundiários e de grupos financeiros ligados à terra e à agro-indústria, interesses esses que nada têm a ver com a problemática que se coloca à agro-pecuária açoriana».

E a nota do Secretariado da DORAA comenta ainda:

«Na mesma ocasião e de forma precipitada e irresponsável, o Presidente da Associação Agrícola da Terceira resolveu também classificar como «errada» a intervenção do Deputado do PCP, mostrando assim que muito provavelmente não leu o texto em questão, ou que se o leu, optou por

tomar posição contra o interesse da lavoura açoriana. A intervenção do deputado Paulo Valadão defende, com grande rigor, a tese de que a sobrevivência da exportação de carne passa pela manutenção de uma alta qualidade natural nesse produto.

«Para que essa alta qualidade se mantenha é necessário perferir duas condições:

a) Evitar a todo o custo que o comércio ilegal de estimulantes de crescimento se implante na Região.

b) Implementar a criação de uma rede regional de abate, que possibilite à iniciativa privada a exportação de carne de qualidade abatida na Região.

«Se houver qualquer complacência com aquela ínfima minoria que, contra a lei, procura introduzir estimulantes de crescimento estar-se-á não só a consentir num atentado à saúde pública, como se estará a anular as hipóteses futuras de concorrência exterior.

«A tomada de posição do PCP/Açores expressa pelo seu representante parlamentar assume assim a natureza de questão de grande interesse para a economia regional em geral e

Em memória de Lobão Vital

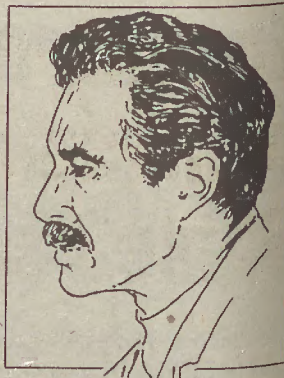
Uma Comissão Promotora que integra os nomes de destacados democratas do Porto, entre os quais dirigentes e militantes comunistas, decidiu, por ocasião do 15.º aniversário da morte de Lobão Vital, assegurar a trasladação dos seus restos mortais para um jazigo próprio. Publicou assim um apelo à contribuição dos democratas e amigos de Lobão Vital, assinado por António Macedo Varela, António dos Santos Soares, Armando Castro, Cassiano Barbosa, César Príncipe, Hernâni Silva, Jorge Araújo, José da Cruz Santos, José Morgado, Lino Lima, Maria José Ribeiro, Maximiano Silva e Papiniano Carlos.

É o seguinte o texto do apelo: Lobão Vital não está esquecido. Nem podia estar, porque foi um destemido e conseqüente luta-

dor contra o fascismo e reunia em si a coragem, a cultura, a simplicidade e a dedicação à causa da Democracia. Militante comunista, a sua vida identificou-se sempre com os trabalhadores, com o povo, com todos os que lutavam pela liberdade.

Morreu em 1978, e encontra-se sepultado no Cemitério do Prado do Repouso, no Porto, em jazigo de família amiga.

Por ocasião do 15.º aniversário da sua morte, é lançado o projecto de trasladação dos seus restos mortais para jazigo próprio, que fique a lembrar, condignamente, a memória deste homem generoso, deste companheiro fraterno, deste lutador exemplar. Foi já obtido um terreno naquele cemitério, estando confiados o pro-



jecto e trabalho de escultura ao arquitecto Alcino Soutinho e ao escultor José Rodrigues, cuja adesão à iniciativa está assegurada.

As despesas serão avultadas, mas a Comissão Promotora conta com a contribuição dos numerosos democratas, amigos e camaradas de Lobão Vital, que a esta homenagem não deixarão de se associar.

Aqui fica o apelo.

As contribuições devem ser depositadas no BPA, conta n.º 3897346/0111, est. 104 (em nome de Hernâni Silva, Lino Lima e Maximiano Silva), ou dirigidas a: Hernâni Silva, Rua Formosa, 165, 3.º, 4000 Porto.

A crise no concelho da Guarda

Rescisões de contratos, quebra no comércio, dificuldades na agricultura e no escoamento dos produtos foram alguns dos traços da situação económica no concelho da Guarda que a Comissão Concelhia do PCP analisou, tendo na altura publicado a seguinte nota:

«Nas empresas FEMSA e REICAB houve várias rescisões de contratos laborais justificadas pelas administrações pela falta de encomendas. No comércio, verifica-se uma forte quebra nas vendas, sendo constantes as queixas dos comerciantes. No sector hoteleiro, a ocupação baixou para níveis insustentáveis, mesmo comparando com anos anteriores. A Cooperativa de Artesanato do Gonçalo, que há poucos anos tinha 150 trabalhadores, debate-se com graves

dificuldades económicas não conseguindo manter os salários em dia aos seus 58 cooperantes. Na agricultura, as dificuldades de escoamento dos produtos e o seu baixo preço arruinam os agricultores e suas famílias. Nem a baixa de preços pagos ao produtos conseguem escoar as batatas, o vinho, a fruta e outros produtos. As dificuldades económicas citadas têm graves reflexos sociais e humanos na população do concelho e são resultado da política antipopular do Governo do PSD. Desde o processo de adesão e subsequentes negociações no quadro comunitário em que não foram salvaguardados os interesses da produção nacional, vivem-se hoje horas dramáticas em

virtude da invasão da produtos estrangeiros a preços impraticáveis para a produção nacional.

«A valorização artificial do escudo diminui as possibilidades de exportação.

«As altas taxas de juro impedem o recurso ao crédito das economias não especulativas.

«A Comissão Concelhia da Guarda do PCP considera indispensável a luta de todos aqueles que são atingidos com as consequências da errada política do Governo do PSD. Tal como a recente jornada de luta dos trabalhadores da Administração Pública, que foi um êxito, outras lutas se vão seguir para dar expressão ao grande descontentamento popular existente.»

CAMARADAS FALECIDOS

JOSÉ MARTINS VAZ OLIVEIRA

Faleceu subitamente o camarada José Martins Vaz Oliveira, de 66 anos de idade e residente em Setúbal. Engenheiro Técnico Agrícola de profissão, trabalhou durante muitos anos na Sapeç, de cuja célula do Partido, enquanto trabalhador no activo, fazia parte. Muito prestigiado na organização concelhia de Setúbal do Partido e entre os trabalhadores, o camarada fazia parte da Comissão de Agricultura de apoio à DORS do PCP.

JOAQUIM DE FRADE FIGUEIREDO

Faleceu subitamente o camarada Joaquim de Frade Figueiredo, operário estofador já aposentado. Tinha 69 anos de idade e militava na Organização Concelhia de Gouveia do PCP. Destacado militante do Partido, onde se inscreveu em 1974, participou nas actividades da oposição democrática ao regime fascista. Figura muito querida e prestigiada junto da organização e da população do concelho, o seu funeral constituiu a expressão desse reconhecimento.

FAUSTINO PEDRO

Com 75 anos de idade, militante do Partido desde há muito, tendo sido preso pela Pide durante o fascismo, faleceu recentemente o camarada Faustino Pedro. Esteve organizado na Célula da Mague. Depois de reformado, fazia parte da Organização Local de Alverca do PCP.

ANTÓNIO ANTUNES JÚNIOR

Natural de Torres Vedras e residente no Barreiro, faleceu na passada semana o camarada António Antunes Júnior, com 75 anos de idade. Militante do PCP, o camarada era reformado da CUF/Químico.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo da Redacção do «Avante!» apresenta as suas sinceras condolências.

PODER LOCAL

Encontro da CDU debate municípios do Vale do Sousa Baixo Tâmega e Santo Tirso

Realizou-se no passado dia 6 de Fevereiro, na sala da Assembleia Municipal de Penafiel, um importante Encontro da CDU que reuniu cerca de setenta participantes. Eleitos autárquicos, activistas do PCP e da CDU, o deputado António Calçada e as camaradas da DORP e do CC, Ilda Figueiredo, Mário Costa e Emídio Ribeiro, traçaram um quadro dos problemas das populações desta vasta zona do interior do distrito do Porto que inclui 9 municípios e cerca de meio milhão de habitantes.

Carências em saneamento básico e outras deficiências na área da saúde que fazem desta zona uma das piores do país em termos de taxa de mortalidade infantil; os atrasos na construção de novas vias de comunicação e na melhoria das actuais; as maiores taxas de abandono escolar do país; o tipo de estrutura e de organização empresarial (de pequena dimensão) nos sectores do têxtil e vestuário, calçado, madeiras e mobiliário, e pedreiras, baseando-se em geral num emprego pouco qualificado e mal pago, entre outras, coexistem com enormes potencialidades de desenvolvimento, das quais se realça a juventude da sua população.

Sobre tal situação tem

incidido a atenção dos comunistas e outros democratas que através dos órgãos autárquicos em que participam e na Assembleia da República têm apresentado propostas de projectos e inscrições de verbas que poderiam contribuir para a resolução de alguns dos mais graves problemas.

Como foi acentuado, as propostas da CDU não foram aprovadas porque PSD e CDS têm votado contra, o PS tem-se absterido, sendo no entanto de esperar que nas próximas eleições autárquicas todos façam suas estas propostas. O Encontro concluiu pela necessidade de insistir em medidas urgentes a concretizar ainda no âmbito do próximo Quadro Comunitário

do Apoio: um programa de modernização da têxtil e vestuário; que o Vale do Sousa beneficie do mesmo tipo de apoios e incentivos previstos para o Vale do Ave; que haja um programa único de apoio à modernização das indústrias da madeira e mobiliário, à diversificação industrial; que se criem estruturas de apoio aos pequenos e médios agricultores e rendeiros da zona, que sejam tidas em conta pelo Governo as medidas contidas nos estudos integrados, realizados por iniciativa das Associações de Municípios do Vale do Sousa e Ave.

As próximas eleições autárquicas foram naturalmente uma das questões abordadas no Encontro. Pelo trabalho que têm realizado os seus eleitos, pelas propostas apresentadas, pelas medidas defendidas, a CDU constitui alternativa necessária para os municípios do Vale do Sousa, do Baixo Tâmega e Sto. Tirso.

A confiança e determinação na preparação destas eleições foi também tema de intervenção do camarada

Emídio Ribeiro, da CP do CC, e da DORP, que apontou como tarefas fundamentais: definir propriedades e concorrer em todas as freguesias. "É que concorrer em todo o lado significará centenas de pessoas mobilizadas para conversar e vencer centenas de outras pessoas, que é importante e vale a pena dar mais força à CDU!"

Analisando ainda a política do actual Governo PSD e as suas consequências para o país, a ampla movimentação de massas de contestação a essa política, que mesmo silenciada pelo poder emerge cada vez mais forte, a pseudo-oposição do PS, Emídio Ribeiro referiria: "É cada vez mais claro que no quadro político actual do nosso país, sem o reforço eleitoral da CDU, não se criará condições para que nas autárquicas ou no Governo se construa uma verdadeira alternativa. É necessário mostrar às pessoas que acham que nós somos uma força necessária que, só nos dando mais força eleitoral, é possível concretizar uma alternativa".



Câmara do Porto despreza Centro Histórico

«A Câmara do Porto atribui ao Centro Histórico uma pequeníssima importância, optando claramente por projectos grandes - que não necessariamente importantes - e por actividades de cariz nitidamente eleitoralista», denunciou recentemente em conferência de imprensa a Direcção da Organização das Freguesias Ribeirinhas do PCP, depois de analisar o Plano de Actividades da CMP para o corrente ano.

Os comunistas afirmam que, «apesar de todas as grandes parangonas que periodicamente são enviadas aos órgãos de comunicação social, a realidade é que apenas estão previstas seis novas obras de recuperação de edifícios para 1993».

Por outro lado, o PCP recorda que «se em 1990 o Projecto Municipal de Recuperação do Centro Histórico do Porto apenas cumpriu 31 por cento do planeado, e 38 por cento em 1991, é também certo que em 1992 não modificou a sua dinâmica, pelo que é de esperar que o Relatório de Actividades refira um número igualmente baixo».

Para se desculpar deste fracoso resultados, a Câmara socorre-se de «falsos pretextos», o último dos quais, lembrado na conferência de imprensa, é que «só será possível concretizar a recuperação depois do Governo alargar a definição de Área Crítica a todo o Centro Histórico». Porém, o PCP constata que «dispondo a CMP de tal instrumento em relação a cerca de 50 por cento desta área desde o dia 21 de Agosto de 1985, raramente tem sido utilizado».

Em três anos, salienta o PCP, «apenas foi lançada a recuperação de quatro habitações em Miragaia, nenhuma na Vitória e as poucas que foram lançadas na Sé e em S. Nicolau são claramente insuficientes, no conjunto cerca de três dezenas de habitações».

Para além de divulgar estes dados, esta estrutura comunista acusa a CM do Porto de continuar a licenciar obras de remodelação que transformam prédios de habitação em blocos de escritórios em plena Zona Histórica, apesar de continuar a afirmar demagogicamente que «é preciso revitalizar a função habitação».

«Os moradores da Zona Histórica apenas têm direito de nela permanecerem se comprarem casas, caso contrário, ou morrem debaixo das ruínas que habitam, ou são instalados definitivamente na Mitra, no Freixo, ou em qualquer subúrbio.»

A Direcção das Organizações das Freguesias Ribeirinhas do PCP «continua a manifestar a sua repulsa e discordância por esta política PS de não recuperação, que não respeita os moradores da Zona Histórica, que lesa os seus mais elementares direitos, e que é meramente propagandística. Continuará, como sempre, disponível para a transformação desta política no sentido de, com base no respeito pela população e pelos seus legítimos representantes, promover a conjugação dos meios técnicos, humanos e financeiros que permitam concretizar uma recuperação que eleve a qualidade de vida do Centro Histórico».

Jornadas autárquicas do PCP prosseguem em Lisboa

No âmbito das jornadas autárquicas em Lisboa, dirigentes do PCP estiveram recentemente nas freguesias de Carnide, Benfica e S. Domingos, onde visitaram as obras mais relevantes realizadas nesta área.

Os comunistas realçam a construção do Parque Recreativo do Alto da Serafina, que constitui uma dos muitos equipamentos novos integrados no plano de recuperação do Parque de Mon-

santo. No campo da habitação, merece destaque o número de casas contruídas, em construção ou projectadas nos bairros Padre Cruz, Horta Nova e Boavista.

Durante a visita, foi ainda sublinhada a importância do trabalho social desenvolvido nas freguesias de Benfica e Carnide, em ligação com todas as instituições locais, de que são exemplos a Oficina do Reformado, o projecto de apoio domiciliário aos

idosos e os programas de recuperação de crianças e de prevenção da toxicoddependência.

De referir ainda os projectos de reabilitação urbana do antigo núcleo de Carnide, bem como o Plano de Pormenor, já praticamente pronto, para o eixo urbano Luz/Benfica que irá reordenar e compatibilizar uma série de projectos dispersos incluindo o centro Colombo, e resolver proble-

mas vários daquela zona.

A apreciação da obra feita é claramente positiva, embora permaneçam aspectos que devem ser melhorados, caso do sistema de remoção de resíduos sólidos domésticos posto em funcionamento experimental no ano passado, no qual vão ser em breve introduzidas alterações.

Das freguesias visitadas, S. Domingos é a única presidida pelo PSD e a sua prática, como observam os comunistas, destoa da que é seguida pelos eleitos da coligação «Por Lisboa». A sua acção é marcada por um estilo prepotente que se traduz na sonegação de informações à Assembleia de Freguesia, impedindo-a de exercer a sua função fiscalizadora que a lei lhe confere. Acresce o incumprimento do projecto de revitalização da mata de S. Domingos, ao qual a Junta não deu andamento apesar de ter contado com todo o apoio da Câmara, que está a encarar a possibilidade de concretizar ela a obra.

Recorde-se que as jornadas culminam a 17 de Abril com um encontro em que será feito o balanço global do trabalho efectuado neste mandato e anunciados os candidatos às próximas eleições autárquicas de Dezembro deste ano.



Os comunistas estiveram na Freguesia de Carnide onde fizeram um balanço positivo do trabalho autárquico

NACIONAL

CDU lança candidatura em Castelo Branco

Joaquim Bonifácio da Costa e Carlos Vale são os cabeças-de-lista da CDU no Concelho de Castelo Branco. A candidatura foi lançada recentemente num Encontro da Coligação, realizado na cidade albacastrense, que definiu as linhas orientadoras da campanha eleitoral, em que participou Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP.

Joaquim Bonifácio da Costa tem 37 anos, é arquitecto e exerce funções docentes na Escola Superior de Educação. É ainda membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes». Carlos Vale tem 58 anos e é gerente comercial. Membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP, integra actualmente

a Assembleia Municipal da autarquia.

Entre os objectivos apontados, o Encontro da CDU considerou que «não sendo possível, pela atitude assumida pelo PS, retirar a presidência da Câmara ao PSD, é no entanto possível e desejável alcançar uma maioria democrática no Executivo Municipal e desta forma trabalhar para alterar uma gestão municipal recheada de irregularidades e ilegalidades».

Da análise efectuada, concluiu-se que «a presença da CDU no Executivo Municipal, sendo a força que em melhores condições está para retirar um vereador ao PSD, é a única forma possível e real de no futuro mandato, com os vereadores do PS, existir o necessário entendimento para transfor-

mar uma maioria de mandatos numa maioria política democrática, com a força necessária para alterar a actual gestão».

O Encontro decidiu que a campanha se centrará no esclarecimento de duas questões fundamentais:

«É possível uma maioria democrática no Executivo Municipal, sendo para isso necessário não haver qualquer ilusão quanto à candidatura do PS, que a vida tem demonstrado não constituir por si só alternativa. Tal objectivo passa fundamentalmente pelo aumento e reforço da votação da CDU, permitindo a sua presença na Câmara e um maior número de eleitos, nos diversos órgãos autárquicos».

A Coligação irá insistir ainda num «grande esclare-

cimento junto do eleitorado de que as eleições para as autarquias não se realizam para eleger o Presidente da Câmara mas sim órgãos colegiais para a Câmara, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia. E ainda de que nestas eleições mais importante que a maior votação de qualquer partido é a necessidade real e urgente de eleger alguém da CDU - que permita uma maioria democrática, não permitindo a continuação da maioria PSD, dando assim maior pluralidade aos órgãos autárquicos».

O Encontro apelou ainda ao empenho e dinamismo dos activistas da CDU para a constituição de listas nas 25 freguesias do concelho, o que representa uma total de mais de 300 candidatos.



CDU quer transformar dormitórios de Sintra

A CDU de Sintra promoveu na semana passada uma conferência de imprensa em que divulgou um conjunto de medidas destinado a «vencer o dormitório e ganhar a cidade» na área urbana do concelho.

Os autarcas defendem a rápida «criação na estrutura do município de gabinetes locais de Queluz-Massamá, Agualva-Cacém-S. Marcos, Belas-Idanha, Rio de Mouro-Rinchoa, Mercês-Algueirão-Mem Martins».

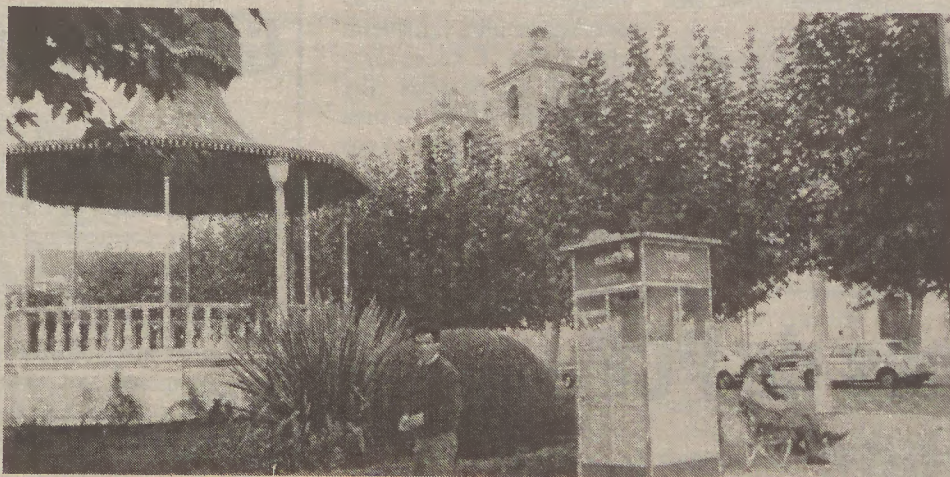
Cada um destes gabinetes deverá proceder à elaboração dos Planos Gerais de Urbanização destes núcleos urbanos, tendo como principais objectivos a sua integração no crescimento ordenado da Área Metropolitana de Lisboa e a diminuição da sua dependência funcional e de emprego face a Lisboa». A CDU visa ainda desta forma a «requalificação urbana destes núcleos através dos seus parques de equipamentos e de verdes, bem como da criação de redes de circulação e acessibilidades».

A CDU propõe também que «junto a estes gabinetes funcionem comissões de acompanhamento integrando responsáveis autárquicos das freguesias e representantes dos agentes económicos e sociais com implementação na área das mesmas». A Coligação considera importante que «no quadro orgânico do Município, estes gabinetes, em diálogo permanente com as respectivas comissões de acompanhamento, venham a deter responsabilidades na gestão dos investimentos municipais na sua área».

CM do Montijo exige pagamento

A Câmara Municipal do Montijo continua a reclamar dos serviços centrais o pagamento de parte significativa da receita correspondente à Contribuição Autárquica. Em causa está uma dívida de 121 mil contos que está a criar dificuldades financeiras acrescidas e inesperadas ao município.

Segundo as previsões dos próprios serviços de finanças, a receita devida à autarquia em 1992 por via daquela contribuição cifrava-se em mais de 251 mil contos. Contudo, a verba entregue aos cofres do município não ultrapassou até ao momento 130 mil contos, permanecendo o restante na posse do Estado.



A Câmara recorda que a contribuição autárquica veio agrupar as contribuições prediais e urbana e que a projecção de receitas foi efectuada pela Repar-

tição de Finanças do Montijo.

Face a esta situação, a edilidade tentou repetidas vezes, ao longo de 1992, obter a verba a que tem direito, mas

infelizmente os seus esforços não sensibilizaram até agora as entidades responsáveis, cuja actuação penaliza declaradamente as populações daquele concelho.

Cávado aguarda despoluição

A Comissão Coordenadora de Barcelos da CDU lamenta que a maioria do PSD tenha chumbado a proposta apresentada na Assembleia da República pelos deputados eleitos pela CDU para a despoluição do rio Cávado.

Esta estrutura da CDU critica, num comunicado recentemente distribuído à população, a «atitude sectária e intransigente» do PSD depois de «tantas vezes ter feito do rio Cáva-

do a sua bandeira para viver melhor em Barcelos». A CDU condena também a posição do PS que «não tendo apresentado qualquer proposta para o concelho de Barcelos, absteve-se na votação para a despoluição do rio Cávado», o que foi qualificado como uma atitude «imobilista» de um partido «sem projectos para o desenvolvimento e bem-estar da população».

Utentes da Linha de Sintra entregam exposição ao Presidente

A Comissão da de Utentes da Linha de Sintra, constituída por munícipes dos concelhos de Sintra e Amadora, entregou ontem, durante a Presidência Aberta, uma exposição ao Presidente da República sobre a situação dramática naquela via férrea, que é hoje a mais saturada da Europa, transportando 240 mil passageiros por dia e mais de 67 milhões por ano.

O texto faz referência ao recente acidente registado na semana passada, que aumentou para cinco o número de vítimas mortais verificado só em 1993, para além de sublinhar as condições sub-humanas em que os passageiros viajam naquela linha, que há mais de 30 anos não sofre intervenções significativas de remodelação e manutenção das infra-estruturas e material circulante.

Refira-se que a Comissão, constituída em 1990, na sequência de um corte de via feito pelos utentes em Que-

luz, como forma de fazer ouvir os seus protestos, tem de forma contínua, e apesar de todos os obstáculos, sido o porta-voz dos utentes junto das instituições e da opinião pública.

Ainda recentemente, esta associação apresentou uma petição no Parlamento Europeu que foi admitida no registo geral das petições com o nº 532/92 e transmitida à Comissão das Petições. Neste documento, a Comissão de Utentes apela para que «sejam accionados mecanismos de muita urgência no âmbito do Parlamento Europeu (dentro das suas competências) que permitam alterar radicalmente o panorama existente», definido como «calamidade pública, lesivo da própria economia portuguesa, da saúde dos utentes, da qualidade de vida a que todos os cidadãos portugueses têm direito e que está muito abaixo dos níveis europeus».

CM de Cascais rejeita comissão para clandestinos

Os vereadores da CDU na CM de Cascais, Vítor Silva e Carlos Sota, consideraram na passada terça-feira, que «a rejeição da proposta apresentada pela vereação CDU para a criação de uma comissão quadripartida para tratar da recuperação e legalização dos bairros clandestinos no concelho, por parte do presidente da edilidade e restantes vereadores do PSD é uma atitude de miopia política face à situação de estagnação em que se encontram os processos».

Para o vereador Carlos Sota «a falta de vontade política, ineficácia e incompetência por parte do PSD ao longo de 17 anos para a tomada de medidas adequadas à realidade têm provocado que as cerca de 35 mil pessoas não usufruam de qualquer tipo de equipamento e de infraestruturas», numa área de 10 milhões de metros quadrados.

Carlos Sota condena a apatia da Câmara relativamente a este problema e afirma que «é urgente a elaboração de normas de recuperação e legalização condizentes com a realidade política, social e económica, urbanística e política» do concelho.

Recorde-se que o PCP apresentou na AR uma proposta de 225 mil contos para o saneamento básico nos bairros ilegais, que infelizmente deparou com os votos contra do PSD e do CDS e a abstenção do PS.

Crise económica na CEE faz 17 milhões de desempregados

Agrava-se a recessão económica na Europa

Aumento do desemprego, redução do poder de compra, subida dos impostos, abrandamento do crescimento económico são as previsões da Comissão Europeia para o ano económico de 1993 na CEE, anunciadas a semana passada em Bruxelas pelo comissário Henning Christophersen.

Contrariando as previsões mais optimistas, a crise económica da Comunidade apresenta-se mais grave e de maior duração do que o previsto, não devendo o Produto Interno Bruto (PIB) dos Doze ir este ano além dos 0,8 por cento (contra 1,1 em 1992). A deterioração da economia comunitária, que na melhor das hipóteses só começará a dar sinais de relançamento em 1994, vai provocar um novo agravamento da taxa de desemprego, estimado em 11 por cento para o corrente ano (contra 10,5 em 1992) e em 11,5 por cento para o próximo ano. De acordo com esta perspectiva, o número de desempregados na CEE rondará em 1993 os 17 milhões!

As estimativas comunitárias revelam que os "stocks" de capital são insuficientes para contrabalançar a forte taxa de desemprego na Comunidade.

O fraco crescimento económico previsto para 1993 deverá fazer ainda sentir os seus efeitos nos défices orçamentais. De acordo com a Comissão Europeia, o corrente ano será caracterizado por um enfraquecimento do consumo privado, o que confirma a tendência que se vem registando desde 1989. A descida resulta da forte diminuição do poder de compra, na sequência do aumento da inflação que provocou a erosão dos salários nominais, a estagnação do crescimento do emprego, a redução dos horários de trabalho e aumentos de impostos em vários Estados-membros.

A CEE prevê também que no corrente ano os investimentos continuem a diminuir, após a estagnação registada nos dois últimos anos, esperando-se uma baixa de meio ponto percentual suplementar no índice registado em 1992 (0,3 por cento).

A taxa de inflação média da Comunidade, por seu turno, não deverá sofrer alterações (4,5 por cento), devido ao impacto inflacionista das recentes desvalorizações da moeda em vários Estados-membros (Portugal, Espanha, Irlanda, Itália, França e Reino Unido). Admite-se no entanto que as pressões inflacionistas possam ser reforçadas por novas subidas dos impostos indirectos.

Para fazer face a esta preocupante situação, a Comissão Europeia propõe três níveis de acção para o relançamento económico:

uma iniciativa mundial de crescimento, outra a nível da Europa (financiamento às pequenas e médias empresas e às regiões menos prósperas) e medidas nacionais.

Em relação às medidas nacionais, a Comissão pretende a aplicação de forma "conveniente" dos respectivos programas de convergência, sem poupança de esforços na "contenção orçamental" e no "combate à inflação".

Recado a Lisboa

É neste contexto que a Comissão Europeia manda um "aviso" a Portugal, afinal muito longe do "oásis" de Braga de Macedo. Este ano, o crescimento económico nacional não deverá ir além de 1,3 por cento (contra 4,1 em 1990 e 1,7 em 1992), o que sendo embora superior à média comunitária se deve essencialmente aos avultados fundos estruturais que continuam a ser canalizados para Portugal.

Os dados comunitários apontam para uma perda de dinamismo nas exportações e investimento privado em 1992, o que se traduz numa efectiva perda de competitividade. A Comissão lembra a Portugal que os objectivos do programa de convergência para a União Económica e Monetária passam pelo aumento da competitividade, redução da inflação e capacidade de atracção de capitais estrangeiros.

Trata-se, de uma forma menos explícita, de lembrar os "recados" do Comité Monetário dos Doze que, em relatório confidencial no início do ano, consideraram "excepcionalmente elevado" o crescimento dos salários em Portugal e defenderam que "os custos unitários do trabalho estão substancialmente desajustados face à média comunitária, implicando perdas cumulativas de competitividade face aos outros parceiros comerciais durante os últimos anos". O mesmo documento afirma ainda que "o actual elevado nível da inflação implica que em última análise será necessária uma depreciação real substancial do escudo para atingir a necessária melhoria da competitividade e restaurar o equilíbrio externo".

O pretenso "oásis" português está afinal cada vez mais pressionado pela convergência nominal exigida pela UEM e a receita, como de costume, é que sejam os trabalhadores a pagá-la, distanciando-se cada vez mais da convergência real com os seus congéneres europeus. Para os peritos da coesão económica, a coesão social pode esperar.



Oásis à portuguesa

Em todas as 'regiões' portuguesas, com excepção da 'região' de Lisboa e Vale do Tejo, o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante é inferior a 75 por cento da média comunitária - revela um recente estudo do serviço de estatística da Comunidade Europeia (Eurostat).

A mais pobre das 'regiões' portuguesas é o Alentejo, cujo PIB por habitante é apenas 35 por cento do rendimento médio comunitário. Os dados, que se reportam ao ano de 1990, referem que, em relação à média comunitária, os alentejanos viram o seu rendimento *per capita* descer, em dez anos, dos 49 por cento registados em 1980 para os actuais 35 por cento, o que representa uma dramática degradação das suas condições de vida.

Num período da responsabilidade governativa do PSD (primeiro em coligação e nos últimos seis anos sozinho), as 'regiões' portuguesas não conseguiram mais do que manter-se no fundo da escala comunitária, entre os cerca de 20 por cento de regiões cujo rendimento *per capita* se acha abaixo dos 75

por cento da média comunitária. A única excepção é a já referida de Lisboa e Vale do Tejo, correspondente aos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, que em 1990 apresentava um rendimento por habitante equivalente a 76 por cento da média comunitária, o que representa um crescimento de 7 pontos percentuais em relação à sua posição no índice de 1980.

Na 'região' do Norte, abrangendo o Douro Litoral, Minho e Trás-os-Montes, o rendimento por habitante é apenas 49 por cento da média comunitária (44 por cento em 1980). O crescimento registado no Algarve, no período em causa, foi de um ponto, situando-se agora ao mesmo nível do Norte (49 por cento). Já a região Centro viu o seu PIB por habitante diminuir no mesmo período de 42 para 41 por cento.

O estudo, que não inclui dados relativos às regiões autónomas da Madeira e dos Açores, refere ainda que o rendimento médio nacional português correspondia, em 1990, a escassos 56 por cento da média comunitária.

Em relação aos restantes países da Comunidade, os dados do Eurostat revelam que, para além de Portugal, também a Grécia, a Irlanda (que para fins estatísticos compreende uma única região), o sul da Itália e a Irlanda do Norte apresentam um rendimento *per capita* abaixo dos 75 por cento da média comunitária. Quanto à Espanha, a generalidade das suas regiões está já bastante próxima daquele nível, sendo que oito delas - Madrid, País Basco, Navarra, Rioja, Aragão, Catalunha, Canárias e Baleares - não só se encontram muito acima dos 75 por cento da média comunitária, como se aproximam rapidamente do PIB médio por habitante da CEE. De registar que seis das dez regiões europeias que maior crescimento apresentaram entre 1980 e 1990 são justamente espanholas.

O estudo revela, por outro lado, que um pequeno grupo de 15 regiões europeias, que incluem a totalidade do Luxemburgo e outras 14 regiões da Itália, Bélgica, França, Alemanha (estes dados não incluem ainda as regiões alemãs da ex-RDA) e Reino Unido, apresenta já rendimentos *per capita* que ultrapassam os 125 por cento da média da CEE.

A região alemã de Hamburgo apresentou em 1990 o maior rendimento da Comunidade, com um PIB por habitante equivalente a 188 por cento da média comunitária. Seguem-se Antuérpia (Bélgica) e Ile-de-France (Paris), com 166 por cento e Londres com 154 por cento.

Um estudo interessante, este do Eurostat, que põe a nu as profundas disparidades existentes entre as regiões da CEE e traz uma vez mais para primeiro plano a necessidade de medidas eficazes e políticas concertadas para pôr termo a tais assimetrias, sob pena de se aprofundar o abismo que já separa a Europa dos ricos da Europa dos pobres. Uma realidade que não se compadece com propoendas de pretensos 'oásis' à portuguesa.

UEM a três velocidades

O presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, afirmou a semana passada que "há que aceitar que a União Económica e Monetária (UEM) venha a ser construída com seis Estados-membros numa primeira fase, depois com oito e finalmente a Doze".

Falando numa conferência sobre 'Crescimento e emprego', realizada em Bruxelas, Delors considerou que "Portugal e Espanha enfrentam actualmente o sobreaquecimento das respectivas economias", resultante da modernização acelerada registada nos dois países nos últimos anos, pelo que a Comunidade deve aceitar que "tenham o seu próprio ritmo de desenvolvimento".

Rejeitando que esta situação dê origem à chamada "Europa a duas velocidades", Delors concluiu que "há que aceitar que a UEM venha a ser construída seis, depois a oito e finalmente a doze".

Na sua opinião, "se não houver um crescimento superior a 3 por cento até 1997, não haverá UEM", porque não será possível resolver o problema do desemprego na Europa.

Comissão Europeia

A nova Comissão Europeia apresentou ontem no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, o seu programa de actividades, seguido de debate sobre o alargamento da Comunidade. À hora do encerramento desta edição, desconhecia-se o resultado da votação, mas tudo leva a crer que o programa da Comissão tenha sido aprovado, apesar das divergências pontuais manifestadas pelos maiores grupos políticos do PE. O grupo socialista, por exemplo, dizia-se desapontado pela "timidez" do programa na sua vertente social, enquanto os democratas-cristãos do Partido Popular Europeu o achavam "pouco arrojado" no respeitante à construção europeia.

Ainda na sessão a decorrer esta semana no PE estará em foco a situação na ex-Jugoslávia, através de uma declaração do Conselho de Ministros.

Dos outros temas em debate destacam-se os acordos de pesca entre a CEE e Angola e Moçambique, a situação dos direitos do homem na Comunidade, o relatório sobre desarmamento e desenvolvimento, a situação da democracia em África e o 'dumping' social, bem como a utilização de hormonas no sector pecuário para engorda de gado.

Armamento

A eventual existência de um acordo de exportação de armamento da Alemanha para a Indonésia, recentemente denunciada na comunicação social, está a preocupar os eurodeputados portugueses. Numa pergunta ao Conselho das Comunidades, Sérgio Ribeiro aborda a questão, fazendo notar que se "a notícia de relações económicas entre Estados-membros e a Indonésia pode não surpreender", o mesmo já não se poderá dizer em relação ao comércio de armas. Com efeito, sublinha o eurodeputado, são conhecidas as "relações comerciais que os países da Comunidade insistem em manter à revelia das decisões do PE por força das violações ao direito internacional e aos direitos humanos que a Indonésia perpetra, particularmente em Timor-Leste".

Mas já surpreende, "e muito preocupa, que esse comércio seja de armas que vão alimentar uma ocupação militar que impede que um povo exerça o seu inalienável direito à autodeterminação e que tal se faça com tanta brutalidade que tem a dimensão de um genocídio". Razões de sobra para perguntar se o Conselho tem conhecimento deste comércio e se não entende fazer algo para o impedir.

Manifestações anti-racistas em Paris e Berlim

Mais de 100 associações, sindicatos e partidos políticos aderiram ao apelo lançado por cinco organizações para a grande manifestação realizada sábado, em Paris, contra o racismo, a marginalização e pela igualdade de direitos.

A manifestação, convocada pelo Movimento contra o racismo e pela amizade entre os povos, SOS racismo, Liga internacional contra o racismo e anti-semitismo, Conselho de associações de imigrantes em França e Federação das associações de solidariedade com os trabalhadores imigrados, contou com a adesão dos socialistas, comunistas e verdes, dos sindicatos e organizações de trabalhadores, nomeadamente a CGT e várias organizações de direitos humanos.

Na marcha de Paris participaram pessoas provenientes de mais de 40 cidades, ao mesmo tempo que se realizavam manifestações locais em Belfort (leste), Montpellier (sul) e Nice (sudeste).

Os manifestantes exigiram "a defesa do direito de asilo, a igualdade de liberdade

de circulação, o direito de voto dos imigrantes e justiça igual para todos".

Poucos dias antes, na Alemanha, mais de meio milhão de pessoas assinalaram o 60º aniversário da chegada de Hitler ao poder com manifestações contra a violência neonazi. Em Berlim, no mesmo local onde, em 30 de Janeiro de 1933, os nazis desfilaram com passo deganso, mais de 100 000 pessoas afirmaram "Nie Wieder" - "nunca mais" ao nazismo.

Marguerite Duras condenada

Um tribunal de Paris condenou a escritora francesa Marguerite Duras a pagar 11.000 francos franceses (294 contos), por "injúrias" à Frente Nacional, partido racista e de extrema direita.

Em entrevista ao semanário "Le Nouvel Observateur", em Abril de 1992, a conhecida escritora considerou que a sigla da Frente Nacional (FN) "significa verdadeiramente fascismo novo". E disse ainda que os membros daquele partido eram "a escumalha dos tempos modernos". Para o tribunal, é condenável que Marguerite Duras tenha empregue "termos de desprezo destinados, no seu espírito, a evidenciar o carácter antidemocrático ou totalitário da organização".

Noruega propõe plano contra racismo

A primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, propôs na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa um plano de acção global contra o racismo, xenofobia e a intolerância crescente em países europeus.

O plano visa dar um novo impulso político ao restabelecimento da tolerância a nível nacional, inspirar uma acção global que analise não só os sintomas mas também as causas profundas que levam a estes extremos, e fomentar uma cooperação mais estreita entre os países do Conselho.

Entre as causas apontadas para o ressurgimento do racismo e xenofobia nos países europeus, o plano indica a pobreza, o desemprego e a exclusão social.

militares alemães estiveram envolvidos em ataques da extrema-direita no ano de 92.

Em 1992 registaram-se mais de 2100 ataques da extrema-direita contra imigrantes, de que resultaram 17 pessoas mortas.

Angola Guerra afecta todo o país

A guerra domina a cena política angolana, admitindo-se embora o retomar do diálogo, possivelmente dia 15.

Diálogo incerto, enquanto se registam combates em diferentes pontos do país, da cidade de Luena à província do Namibe, no Bié ou no Huambo.

Para dar resposta ao prosseguimento da guerra, o governo angolano avança com vários projectos de lei restabelecendo o recrutamento obrigatório e permitindo a mobilização geral. No "Jornal de Angola" são referidos três textos: um projecto de lei "das Forças Armadas e de Defesa", um segundo sobre "serviço militar obrigatório", e um outro relativo à "segurança nacional".

De referir que, em recente entrevista ao "New York Times", o presidente angolano admitiu que o Exército nacional não estava preparado para a ofensiva da Unita, mas assegurou que está a ser reorganizado e rearmado para evitar uma derrota militar.

Na mesma entrevista, José Eduardo dos Santos reafirmou o empenhamento do Estado angolano na procura de uma solução negociada, mostrando-se convencido de que será possível conseguir o cessar-fogo, "se não for em uma ou duas rondas de conversações, então em três ou quatro".

Ainda no sentido de pôr fim à guerra e conseguir uma solução negociada, o presidente angolano enviou a Frederik De Klerk um apelo ao fim dos apoios da África do Sul à Unita.

Na carta a De Klerk, Eduardo dos Santos afirma que a continuidade da assistência sul-africana às iniciativas bélicas de Jonas Savimbi pode

prejudicar os esforços no sentido da normalização das relações entre os governos dos dois países.

O presidente angolano sublinha que a paz e a reconciliação nacional em Angola são factores de estabilidade em toda a África Austral e solicita um empenho pessoal do seu homólogo para evitar quaisquer apoios bélicos à Unita, que podem "comprometer todo o esforço que o governo angolano e a comunidade internacional tem envidado para observar os acordos de Bicesse e consolidar o processo democrático".

MPLA Saudação do PCP

Por ocasião do aniversário do início da luta armada em Angola, o Comité Central do PCP enviou ao Presidente José Eduardo dos Santos e ao Comité Central do MPLA a saudação que transcrevemos.

Queridos camaradas,

Na passagem do 32.º aniversário do início da luta armada desencadeada pelo MPLA contra o colonialismo português, transmitimo-vos, e por vosso intermédio, a todos os militantes do MPLA e o povo angolano, as calorosas saudações e os sentimentos de fraternal solidariedade dos comunistas portugueses.

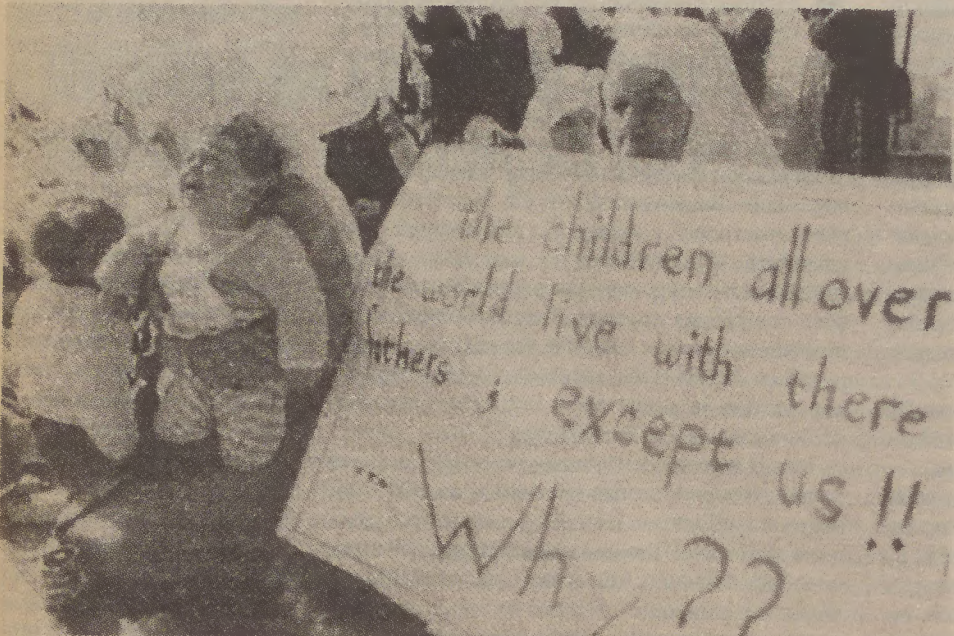
Ao longo destes 32 anos de lutas sucessivas pelo direito à independência e pela sua opção histórica pelo progresso social, o povo angolano tem consentido gigantescos sacrifícios de que são exemplo vivo e actual os sofrimentos provocados pela criminosa ofensiva militar desencadeada pela Unita na sequência da sua derrota eleitoral para conquistar o poder pela força.

No momento em que vos encontrais empenhados numa batalha decisiva para o destino da RPA e de grande significado no quadro da luta dos povos da África e do mundo pela sua libertação, queremos confirmar-vos a amizade de sempre dos comunistas portugueses e a sua activa solidariedade ao MPLA e ao povo angolano na sua luta pelo respeito dos resultados eleitorais, pela defesa da democracia, da soberania e da integridade territorial da sua pátria, contra as ingerências externas, pela paz e o progresso social.

Fazendo votos para que alcanceis os maiores êxitos na vossa acção, o PCP reafirma a sua vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços históricos de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o MPLA.

Palestina

Deportados recusam soluções de Telaviv



«As crianças de todo o mundo vivem com os seus pais, excepto nós! Porquê?», lê-se no placard escrito por mulheres dos deportados palestinianos, numa manifestação com os seus filhos em Jerusalém

Os cerca de 400 palestinianos deportados por Israel para o Sul do Líbano rejeitaram, em juramento público, a proposta israelita de repatriamento de 101 dos expulsos.

Reunidos para a oração das sextas-feiras, os palestinianos deportados prestaram juramento na presença dos jornalistas: "Comprometo-me perante Deus a respeitar a decisão colectiva e, se o meu nome figurar entre os 101, a só regressar com todos os meus irmãos. Não desrespeitarei este juramento".

Israel entregou entretanto à Cruz Vermelha Internacional uma lista com os nomes de 101 deportados autorizados a regressar, no âmbito de um acordo com os Estados Unidos, que no fundamental visa evitar a aplicação das resoluções do Conselho de Segurança. O período de expulsão dos restantes deportados seria reduzido a um ano.

Os palestinianos reivindicam a aplicação integral da Resolução 799 do Conselho de Segurança da ONU, que exige o regresso imediato de todos os deportados. Israel recusa-se a aplicá-la.

Entretanto, todo o processo de paz está profundamente afectado com o arrastamento desta situação.

As negociações bilaterais só deverão recomeçar dentro de dois meses, segundo a porta-voz da delegação palestinianna, Hanane Ashraui, que acusou Israel de "ter dado um golpe mortal no processo de paz", ao ordenar, a 17 de Dezembro, a expulsão de mais de 400 palestinianos.

As negociações multilaterais foram adiadas sine die.

Na Cisjordânia, a repressão continua. Segunda-feira tropas israelitas mataram mais três palestinianos, elevando para dez o número de mortos, desde sexta-feira, pelo Exército.

Jugoslávia

Impasse nas negociações em Nova Iorque

A lógica da guerra continua a sobrepor-se à lógica da paz. A rejeição - de momento? - do plano da ONU, por sérvios e muçulmanos da Bósnia, enquanto tropas croatas prosseguem a sua ofensiva na Krajina (de população sérvia), apesar desta encontrar sob controlo da ONU, são factos que testemunham que a aposta das diferentes forças em presença continua a ser na imposição de "soluções" militares para a dramática situação que hoje se vive na ex-Jugoslávia. Uma aposta a que também não são alheias diferentes forças e governos no plano internacional.

De momento, encontram-se em Nova Iorque os dirigentes das comunidades sérvia, croata e muçulmana da Bósnia, no retomar de negociações na sede da ONU sobre um plano de paz que prevê a divisão do país em 10 províncias autónomas em função dos diferentes grupos étnicos.

Na opinião do líder sérvio, Radovan Karadzic, uma paz durável passa pelo manter das "três comunidades separadas o mais tempo possível de forma a fazer regressar a calma à região".

O governo muçulmano da Bósnia considera que o plano da ONU, elaborado pelo mediador da CEE, David Owen, legítima as conquistas militares dos sérvios. Mas Karadzic afirma que os sérvios bósnios, aceitando o plano, desistem do seu sonho de criar um país separado ligado à nova Jugoslávia (Sérvia e Montenegro).

A situação tornou-se ainda mais complexa pela posição assumida pelos Estados Unidos. As reservas ao plano de Cyrus Vance e David Owen, por parte da nova administração Clinton, surgidas na véspera do início ofi-

cial das conversações, na sede da ONU, terão contribuído para o bloqueamento de uma solução negociada.

Em entrevista publicada no "New York Times", Owen afirmou: "Temos um problema. Não conseguimos atrair os muçulmanos. E isso é em grande parte culpa dos americanos, porque os muçulmanos não se mexeram enquanto pensamos que Washington pode, a qualquer momento, ajudá-los".

Entretanto, à margem dos jogos de poder, as populações de todas as etnias vivem situações insustentáveis. Crescem as vagas de refugiados, com consequências múltiplas, nomeadamente de rejeição por parte das populações de acolhimento.

A vaga de refugiados provenientes da Bósnia-Herzegovina está a gerar tensões com as populações de acolhimento na ex-Jugoslávia, indica um relatório apresentado à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

De acordo com o documento, assiste-se também a um rancor crescente das populações deslocadas face à impotência das instituições internacionais.

Resultante da deslocação de uma missão do Conselho da Europa à ex-Jugoslávia, em Novembro último, o documento refere ainda que "os acordos (de paz) foram violados tantas vezes que as instituições internacionais estão em vias de perder a credibilidade e a autoridade moral".

De acordo com informações dadas à missão pelo vice-primeiro-ministro bósnio, existem actualmente 940 mil pessoas deslocadas na Bósnia, tendo mais de um milhão encontrado refúgio além-fronteiras.

Na Croácia, os 750 mil refugiados das estatísticas oficiais representam 16 por cento da população. De acordo com parlamentares croatas, "80 a 90 por cento destes refugiados são muçulmanos".

Na Eslovénia, "os habitantes manifestam um descontentamento crescente" perante o afluxo maciço de refugiados. Segundo deputados eslovenos, a presença no país de 75 mil refugiados (quase 4 por cento da população) constitui "um fardo insustentável para a economia" e os eslovenos suportam cada vez pior o imposto especial de solidariedade instituído para ajudar os refugiados.

Face a esta situação, o relatório do Conselho da Europa preconiza a criação de "portos de segurança" na Bósnia, para cuja protecção seriam necessários uns "100 mil soldados"...

Mais armas, mais soldados. Abundam as ofertas de intervenção militar, as propostas de levantamento de embargos à venda de armas. De par de reticências a planos de paz.

Entretanto, e independentemente das razões de fundo ou dos factores que desencadearam esta espiral de violência, a paz é a única opção possível. A única porta para soluções reais. Não na perspectiva de redistribuições de poder ou de negócios de armas. Mas na perspectiva dos povos.



Sarajevo. Um quotidiano de fuga às bombas

Planos de guerra

"Os Estados Unidos encaram com mais atenção a possibilidade de tomar a iniciativa para pôr fim à guerra dos Balcãs" - afirmava-se, há dias, nas páginas do "Herald Tribune".

Segundo o jornal norte-americano, o Conselho Nacional de Segurança, recentemente reunido sob a presidência de Bill Clinton, encomendou um estudo aos serviços secretos, ao Pentágono e ao Departamento de Estado, fundamentalmente sobre as diferentes opções militares na ex-Jugoslávia.

O Conselho pediu também que fosse especificada "a importância da força militar necessária para obrigar o levantamento do cerco sérvio a Sarajevo e para abrir as vias para a passagem sem restrições da ajuda humanitária em toda a república da Bósnia-Herzegovina".

O estudo deverá debruçar-se sobre diferentes opções militares. Na enumeração

publicada no "Herald Tribune", são citadas "a possibilidade de abater aviões sérvios que invadam as zonas de exclusão aérea; o bombardeamento de terrenos de aviação e de posições sérvias; alterações nas decisões da ONU sobre o embargo de armas que permitissem ao governo bósnio, controlado pelos muçulmanos, adquirir as suas próprias armas; a utilização das forças de manutenção da paz da ONU para impedir o alargamento das agressões sérvias ao Kosovo e à Macedónia e a constituição de uma comissão sobre os crimes de guerra que permita identificar e julgar os instigadores das atrocidades".

Segundo o "Herald", altos funcionários norte-americanos consideram que "o carácter excepcionalmente amplo das opções a estudar sugere que a nova administração tem, pelo menos, vontade de considerar um papel americano e internacional bem mais marcante nos Balcãs".

de purificação étnica", constata os autores do inquérito que visitaram a Bósnia, a Croácia e a Sérvia entre 12 e 23 de Janeiro.

Tadeusz Mazowiecki constatou, por outro lado, uma vontade deliberada de fazer tábua rasa de tudo o que evoca a existência, durante séculos, de uma cultura muçulmana neste país, com "a destruição sistemática das mesquitas e do património artístico".

Direitos humanos

A missão encarregada pela ONU de fazer um inquérito sobre crimes cometidos na ex-Jugoslávia, no âmbito da guerra, e dirigida pelo antigo primeiro-ministro polaco Tadeusz Mazowiecki, divulgou, em fins de Janeiro, ter provas da prática sistemática de violações, sem poder entretanto avaliar do número de vítimas. "A violação foi praticada pelos combatentes de todas as partes em conflito" e foi utilizada "como instrumento

Armas

Cerca de 300 delegados de mais de 30 países são esperados em Abu Dabi para assistirem a uma feira internacional de armamento, considerada uma das maiores do mundo, que decorre entre 14 e 18 de Fevereiro.

Entre os países participantes figuram os estados árabes do Golfo, Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Rússia, Alemanha, Holanda, Itália, Espanha, Índia e Paquistão.

O negócio internacional de armas está em pleno florescimento.

Nos EUA, um elemento da antiga administração Bush afirmou que o presidente cessante se empenhou mais na venda de armas do que em travar a corrida aos armamentos no Médio Oriente.

"A administração cessante foi notoriamente deficiente" no controlo de venda de armas à região, disse Richard Murphy, subsecretário de Estado para o Médio Oriente e Sudoeste Asiático entre 1983 e 1989.

"Esteve muito mais empenhada no comércio de armas que no controlo da corrida aos armamentos", tanto no conflito israelo-árabe como no Golfo, disse Murphy à Comissão de Negócios Estrangeiros da Câmara dos Representantes.

Haiti

Jesse Jackson, conhecido activista norte-americano dos direitos dos negros e direitos humanos, e responsável do Partido Democrata, pronunciou-se a favor de um ultimato de 90 dias aos militares golpistas haitianos, com vista ao regresso ao poder do presidente deposto Jean-Bertrand Aristide.

Jesse Jackson, que regressou recentemente de uma viagem ao Haiti, pediu ao novo presidente norte-americano, em conferência de imprensa, que promova uma "nova política" em relação ao Haiti, e defendeu um encontro entre Bill Clinton e Aristide, a fim de enviar "um sinal claro" aos militares.

Só uma nova política, "uma promessa moral do regresso de Aristide", poderá impedir a emigração maciça de haitianos para os EUA - afirmou Jesse Jackson.

Comparando a atitude do governo norte-americano em relação ao golpe de Setembro de 1991 com a posição assumida no Panamá, no Kuwait e na Somália, Jackson considerou que o derrube do regime civil haitiano beneficiou do "apoio táctico" de Washington.

Ecologistas

Delegações de 180 partidos ecologistas de todo o mundo terminaram, na Cidade do México, uma reunião de cinco dias em que discutiram problemas ecológicos globais, planos e acções de intercâmbio de programas e de projectos.

No encontro, os representantes dos "Verdes" do Brasil, Canadá, Estados Unidos, México e de alguns países europeus e africanos, propuseram a criação de uma rede de comunicação global para fomentar a cultura e a política ecológica no mundo.

Está prevista a realização do II Congresso Mundial Ecológico em 1994, no Níger.

A primeira reunião mundial de ecologistas ocorreu em 30 de Maio de 1992, no Rio de Janeiro.

Moçambique

Um milhão e duzentas mil crianças em idade escolar não conseguiram vagas de frequência para o ano lectivo de 1993, que teve agora início em Moçambique.

O vice-ministro da Educação, Arnaldo Nhavotso, falando em Maputo na cerimónia que marcou o início das aulas, apontou a guerra, que se arrasta há 16 anos, como responsável pela actual situação.

A guerra causou a destruição de mais de 50 por cento das escolas do ensino primário em todo o país. Apenas 42,4 por cento da rede escolar daquele grau de ensino continua operacional e somente 40 por cento dos três milhões de crianças que deveriam frequentar este nível lhe tiveram acesso.

Chipre

O presidente cessante George Vassiliou, candidato independente apoiado pelo Partido Comunista, obteve 44 por cento dos votos nas eleições presidenciais de domingo passado.

Glafcos Clerides, dirigente da direita conservadora, registou 36,74 por cento da votação. Em virtude de nenhum ter obtido a maioria absoluta, os dois disputarão a segunda volta destas eleições presidenciais, marcada para domingo.

Toda a campanha esteve polarizada em torno do prosseguimento ou não das negociações com a minoria cipriota turca, de acordo com o plano proposto pela ONU, que preconiza a reunificação da ilha no seio de um Estado federal, bi-zonal e bi-comunitário, com a zona turca a ocupar 28 por cento do território (37 por cento actualmente).

Face ao resultado obtido nas eleições, George Vassiliou sublinhou que ele "significa que as negociações vão prosseguir", pois "a maioria dos cipriotas, não obstante divergências tácticas, é favorável a uma solução negociada" para o problema cipriota.

Os cipriotas turcos, que constituem 18 por cento da população, vivem na parte norte da ilha, ocupada desde 1974 por 35 mil soldados turcos e onde foi proclamada, em 1983, uma república turca do norte de Chipre, entidade fictícia, apenas reconhecida por Ancara.

Almada tem vida própria

"O que já está aí leva-me a dizer que o nosso Concelho tem cerca de 20 anos de avanço, em termos de progresso, face ao volume de investimento que conseguimos fazer por via de uma forte captação de fundos comunitários". Esta afirmação, dita à nossa reportagem pela presidente da Câmara Municipal de Almada, **Maria Emília de Sousa**, é facilmente confirmada no terreno: entre obras de recente funcionamento ou em próxima conclusão, o Concelho de Almada dispõe ou vai dispor ainda este ano de um complexo desportivo de nível internacional, mais três pavilhões gimnodesportivos de semelhante qualidade, de uma E.T.A.R. que significa um grande salto em frente na questão ambiental, de uma Escola Básica Integrada que constitui uma pioneiríssima experiência nacional, da recuperação de dois palácios para fins socioculturais de envergadura (dois Centros - um de Arte Contemporânea, outro de Tradições Artesanais e Escola de Música), a que se junta a recuperação de 14 (catorze!) quarteirões do casco velho da cidade, a par de um conjunto de estradas que desafogará as comunicações concelhias e de intervenções que já produziram um aumento de 50% no abastecimento de água à boca da torneira (suficiente para 80 000 novos munícipes). Isto citando apenas realizações participadas por fundos comunitários. Das (incontáveis) pequenas, médias e grandes intervenções de exclusiva responsabilidade da Câmara, dar-se-á nestas páginas a nota possível.

O laudo deste trabalho foi, entretanto, inequivocamente expresso pelas mais diferentes e significativas entidades, forças e figuras do Concelho num recente jantar de apoio à recandidatura CDU de Maria Emília de Sousa à frente do município, que recolheu para cima de meio milhão de assinaturas de todos os quadrantes - recandidatura, aliás, confirmada a semana passada em conferência de Imprensa com o manifesto objectivo de consolidar uma realidade já construída: a de que **Almada tem vida própria**, porque já fornece aos seus habitantes o suficiente para se libertarem da centrifugadora dependência da grande capital, mais a sua imensa oferta sempre a acenar do outro lado do rio.

À semelhança da generalidade dos municípios de gestão CDU, Almada já arrumou as questões primárias do desenvolvimento e bem-estar das populações, concretizando um imenso trabalho nas áreas do saneamento, abastecimento de água, electrificação, transportes, comunicações, ensino, saúde, cultura, equipamentos sociais, etc., que arrancou o Concelho de um atraso de décadas. A actividade do município está agora virada para as grandes questões do ambiente e do desenvolvimento económico, da qualidade de vida e da planificação do futuro.



A Casa da Juventude em pleno «uso»

A planificação, aliás, é a pedra de toque da gestão CDU na Câmara de Almada, como no-lo assinalou a sua presidente: "Há uma gestão de rigor, baseada no planeamento, participada por via da articulação permanente com as populações e as instituições locais (assinala-se que Almada é detentora de uma das mais ricas tradições associativas do País) e há um forte investimento em todos os domínios do desenvolvimento: rede viária, tratamento de águas residuais (e, decorrentemente, do ambiente), infra-estruturas desportivas, escolas, património histórico, equipamentos culturais, promoção das actividades económicas através da Zona Industrial do Município".

A forte captação de fundos comunitários referida no início tem, exactamente, a ver, ainda segundo Maria Emília de Sousa, "com o dinamismo da gestão, com a organização e os meios informáticos instalados", o que conduziu "a uma carteira de projectos já prontos, quando os fundos chegarem".

Água para mais 80 000

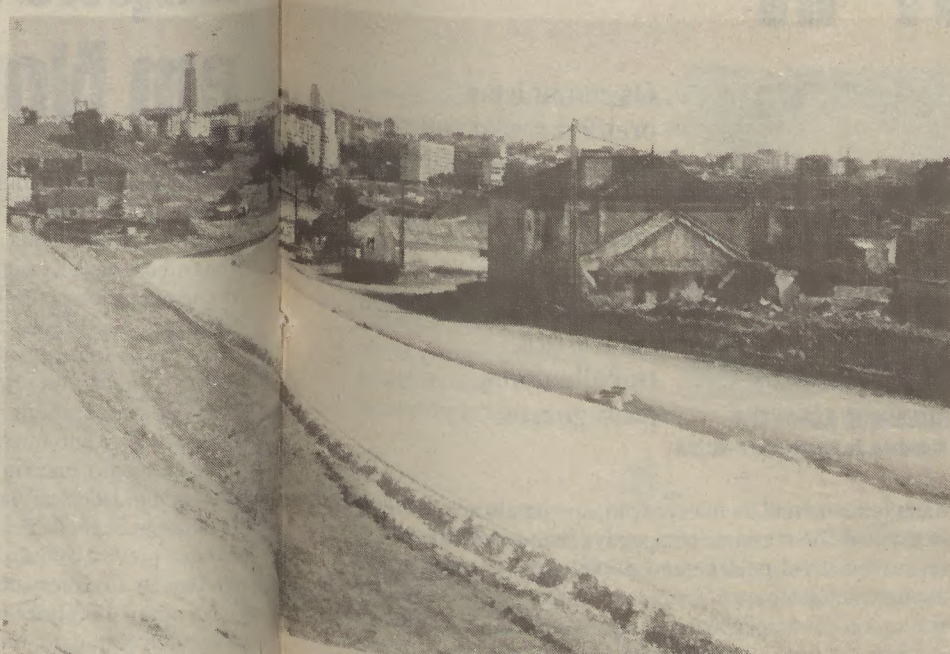
Fundos comunitários, como dissemos, que serviram para o lançamento de obras estrategicamente pensadas para melhorar, em profundidade, a qualidade de vida do Concelho. Vale a pena identificá-las: o Complexo Desportivo Cidade de Almada (já em funcionamento), os pavilhões desportivos no Laranjeiro, Costa/Trafaria e Charneca da Caparica, a E.T.A.R. da Quinta da Bomba, a Escola Básica Integrada da Charneca da Caparica (experiência pioneira que permitirá às crianças frequentar a mesma escola da 1ª classe ao 9º ano), restauro do Palácio da Cerca (para Centro de Arte Contemporânea) e do Solar dos

A recandidatura de Maria Emília de Sousa à frente da lista da CDU para a Câmara Municipal de Almada é um ponto assente desde a semana passada, quando o facto foi anunciado em conferência de Imprensa dada pela Coligação Democrática Unitária, com a presença da própria. Um pouco antes, outro facto prenunciava o primeiro, quando um impressionante convívio de muitas centenas de pessoas resultou na recolha de meio milhão de assinaturas apoiando a continuação de Maria Emília de Sousa e da CDU à frente dos destinos do município. Questionámos a presidente sobre o assunto e ela respondeu-nos que "pela expressão de apoio, é ajustado



Maria Emília Sousa Uma recandidatura de consenso municipal

volvimento turístico da Costa e da Zona Ribeirinha do Tejo, o reforço de equipamentos, a melhoria dos transportes, tudo ligado ao Ambiente e à qualidade de vida das populações".



Construção da alternativa à Estrada Nacional 10



O Complexo Municipal desportivo «Cidade de Almada» já abriu as portas à foto, Campeonato da Europa de Andebol

Zagallos (para Centro de Tradições Artesanais e Escola de Música), recuperação de Almada antiga (uma intervenção em 14 quarteirões e em mais de 250 anos de história), a construção de estradas estratégicas (alternativa à Estrada Nacional 10, Via L3 e Vias Industriais, que servem a zona industrial e fazem o atravessamento do Concelho) e um poderoso trabalho no abastecimento de água através da construção de quatro reservatórios, de uma estação elevatória, de 12 furos de captação e mais cinco quilómetros de conduta adutora, aumentando em 50% a capacidade de abastecimento de água à boca da torneira, o que permitirá responder às necessidades de mais 80 000 habitantes, a somar aos actuais 180 000.

Não é só fundos

Todavia, a actividade autárquica no Concelho de Almada não se limita ao aproveitamento dos fundos comunitários (que, de qualquer modo, apenas cobrem parte dos investimentos, ficando o resto - e não é pouco! - a cargo do município).

Merece relevo o esforço da autarquia para minorar um problema agudo e de exclusiva responsabilidade do Poder Central, ao lançar-se na construção de 575 fogos de habi-

falar-se de uma recandidatura de consenso municipal, pois nela se manifestaram desde empresários ao movimento associativo, continuando por instituições múltiplas, intelectuais, artistas, membros da magistratura, etc."

Todavia, a actual presidente do município não perde tempo a mirar-se ao espelho da recandidatura. Para Maria Emília de Sousa, um novo mandato significa a continuação de um trabalho: "Já estão em carteira", disse-nos, "uma série de projectos tendo em vista o quadro comunitário de apoio e que visam, principalmente, a recuperação e desenvolvimento turístico da Costa e da Zona Ribeirinha do Tejo, o reforço de equipamentos, a melhoria dos transportes, tudo ligado ao Ambiente e à qualidade de vida das populações".

Henrique Custódio



Almada nasceu virada para o rio e é dela que melhor se disfruta Lisboa, o Tejo e tudo. Mas não é «tudo»: Almada vem de muito mais longe

Caetobrica

Quando Almeida Garrett falou da "boa vila de Almada" com "fama de suas águas sadias, ares lavados e graciosa vista", ou nela pôs a meditar a Maria do "Frei Luís de Sousa", "sentada a olhar para o rio a ver as faluas e os bergantins", apontou certamente às duas românticas qualidades atribuídas ao burgo: a de local privilegiado para estadias de reis, nobres, religiosos e artistas que por lá repousavam em quintas e palácios (foi ali que Gil Vicente escreveu o "Auto da Índia" e Fernão Mendes Pinto passou os seus últimos dias), e a do melhor miradouro da capital.

Todavia Almada é muito mais antiga do que isso. Tomada aos Mouros em 1147 por D. Afonso Henriques, tem atrás de si tanta história como o seu próprio nome, que uns localizam em *Almadan*, expressão

árabe que significaria "mina de ouro ou prata" (nas praias do rio Tejo), outros no nome do mouro *Al-Madez* ou *Al-Madão*, seu muito hipotético fundador, outros ainda na muito mais hipotética locução inglesa *wimadel* ("povoação de muitos"), deixada no rasto dos cruzados ingleses que ajudaram o nosso primeiro rei a conquistá-la. Os Romanos chamavam-lhe *Caetobrix* ou *Caetobrica*, o que se não rima grande coisa com o actual e anteriores topónimos tem a vantagem de nos chegar dos, embora mais antigos, muito mais fiáveis amigos do Império Romano.

Certo, certo, é que Almada se transformou numa grande cidade de 180 000 habitantes, desenvolveu uma vigorosa personalidade e tem um futuro à vista incomparavelmente mais nítido que o seu nebuloso topónimo.

À espera do Governo

Se o Poder Local, em Almada, está a realizar um trabalho impressionante que mudou a face da cidade e do Concelho, também é verdade que persistem problemas perante os quais a autarquia se vê impotente, ou impossibilitada, de resolver. Durante a recente visita do Presidente da República ao Concelho, por ocasião da Presidência Aberta na Grande Lisboa, Maria Emília de Sousa explicitou alguns desses problemas perante o Chefe de Estado, sublinhando que "é um facto que muitos e muitos problemas não podem ser resolvidos pelo Poder Local". Eis uma breve resenha dessa intervenção.

"O Concelho de Almada tem cerca de 113 dos efectivos policiais que precisa e desde 1989 que aguarda - depois do lançamento da 1ª pedra - o início da construção das instalações da Divisão de Almada da Polícia de Segurança Pública, obra adiada de ano para ano no Orçamento do Estado.

"Construir uma boa rede viária no interior do Concelho, conforme está a acontecer pela mão do Poder Local, é importante mas não resolve o problema das ligações ao exterior, designadamente a Lisboa e de Lisboa (...) se não for construída uma rede de eléctricos modernos na margem sul e a ponte Chelas/Barreiro, a par da melhoria do sistema de transportes públicos rodoviários e fluviais a curto prazo.

"Construir instalações desportivas, centros culturais e de formação para a juventude, apostar em progra-

mas anuais de formação e fomento desportivo (...) é muito importante e está a ser feito pelo Poder Local em Almada, para que a vida não seja uma droga. Mas é necessário, é indispensável, que seja criada pelo Estado (designadamente pela Saúde e Segurança Social) uma rede nacional de equipamentos para a recuperação daqueles jovens que já entram na toxicod dependência.

"Construir uma habitação social necessária é impossível para as autarquias, além de se tratar de uma competência da responsabilidade exclusiva da Administração Central.

"Construir casas a custos controlados e suportar juros a 16% de casas que não se vendem por longos períodos de tempo - porque as famílias abrangidas não têm rendimentos que suportem as mensalidades a pagar às instituições de crédito - é uma dupla injustiça: para as autarquias e para as populações carenciadas. O nosso exemplo é bem elucidativo: para um programa de 425 fogos que temos em curso, vai o município ficar endividado em mais de um milhão e 200 000 contos e continuará a lèguas de resolver o problema da habitação no Concelho.

"São estes alguns exemplos de problemas cuja resolução depende do Poder Central e não está ao alcance do Poder Local, para já não falarmos do não cumprimento sucessivo da Lei das Finanças Locais e das suas consequências".



Há cerca de 200 associações no Concelho de Almada, o que é obra!

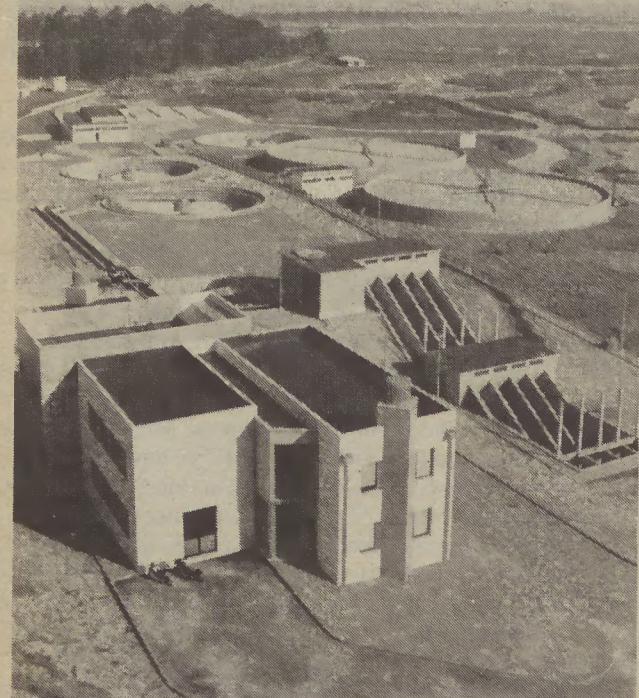
A Capital do Associativismo

O associativismo é um dos patrimónios (vivos) mais impressionantes de Almada, que gosta, por isso, de se definir como a "capital do associativismo popular". As autarquias dão empenhado apoio a todo este mundo, que congrega cerca de 200 associações activas e têm atrás de si uma obra gigantesca, disseminada principalmente pela alfabetização, estímulo à leitura, fundação de bibliotecas e jornais, pela música e pelo teatro, pela dança e pelas artes plásticas, pela educação física, desporto e campismo, pelo cineclubismo, folclore e excursionismo, pela cooperação e solidariedade, pela preservação do património e defesa do ambiente. Estas associações têm, além do mais, o

mérito de dedicarem uma importantíssima atenção às crianças e aos jovens, mobilizando, só na área gimnodesportiva, mais de 20 000 praticantes.

Servem estas cerca de 200 associações, com dedicação inteiramente altruísta, mais de 4000 dirigentes, colaboradores e animadores. De entre elas contam-se já hoje cinco centenárias (todas detentoras da Medalha de Ouro da Cidade de Almada), passando a seis no próximo dia 7 de Março, data do centésimo aniversário da Cooperativa de Consumo Piedense.

A mais antiga das associações de Almada é a lendária Incrível Almadense, fundada em 1858 e condecorada pelo Presidente da República, na sua recente visita ao Concelho.



A construção da ETAR vai melhorar profundamente o ambiente na cidade

Os comunistas e o VII Congresso da CGTP-IN

A realização do VII Congresso da CGTP-IN, nos próximos dias 4, 5 e 6 de Março, será sem dúvida um acontecimento relevante na vida nacional e ocupa por isso um espaço crescente na Comunicação Social e diferentes forças políticas e sociais lhe dedicam uma atenção muito particular.

É natural que assim aconteça, tratando-se da reunião máxima da verdadeira central sindical dos trabalhadores portugueses, uma organização que tem desempenhado um papel determinante na resistência à política de direita, na defesa dos interesses dos trabalhadores, na luta em defesa das conquistas democráticas e pelo progresso social.

Só que esta realidade determina apreciações, posições e projectos muito diversos e contraditórios. Há designadamente quem trabalhe para que o Congresso da CGTP-IN contribua para o reforço do movimento sindical, para a confirmação e afirmação do projecto que fez da CGTP-IN a grande, prestigiada e combativa central sindical dos trabalhadores portugueses; há aqueles cujas concepções e práticas, se viessem a vingar, conduziriam à sua descaracterização e enfraquecimento; e há também os que trabalham no pressuposto de que a política de restauração monopolista e a intensificação da exploração que lhe está associada seriam bem mais fáceis com uma central sindical rendida às delícias do "capitalismo democrático".

1.

A preparação do VII Congresso veio confirmar de forma mais nítida estarem em confronto projectos opostos para o movimento sindical português.

De um lado os que, no respeito pelas regras e funcionamento democrático das estruturas sindicais, se empenham profundamente no combate à política de direita e na luta por melhores condições de vida e dão o melhor de si para resolver os problemas do movimento sindical, preservando as características fundamentais que determinam a sua força e influência. Os comunistas posicionam-se clara e inequivocamente neste campo, trabalhando, com todos os que abraçaram este projecto, para o reforço do movimento sindical e da sua unidade.

Do outro lado, os que, alheados dos graves problemas que enfrentam os trabalhadores portugueses, querem centrar as questões do Congresso da CGTP-IN em pretensos "saneamentos de destacados dirigentes" (sempre os melhores e mais talentosos), clamam contra o pretensão domínio partidário do movimento sindical (pelo PCP, não por eles, obviamente), e que mais não visam que desviar a atenção da questão central e fundamental que se põe ao congresso: dar resposta aos novos e velhos problemas do mundo do trabalho, preservando e reforçando as características essenciais da CGTP-IN. Procuram igualmente condicionar o normal funcionamento das estruturas sindicais e o exercício das suas funções democráticas de que se arrogam lídimos defensores, com a condição de que estas se moldem aos seus projectos.

O PCP, o grande Partido dos trabalhadores portugueses, consciente da responsabilidade que lhe advém da influência no movimento operário e sindical e do papel desempenhado por milhares de activistas membros do Partido, que pautam a sua intervenção por princípios que desenvolvem e respeitam - a defesa da unidade, autonomia e democracia sindicais -, não se deixa condicionar, nem abdica do direito e do dever de se pronunciar sobre os problemas do movimento sindical, tal como os militantes comunistas que nele actuam não abdicam do direito e do dever de intervir na preparação do Congresso e contribuir para a elaboração das orientações capazes de reforçar a capacidade de luta do movimento sindical.

As linhas gerais para a intervenção dos comunistas que actuam no movimento sindical foram amplamente desenvolvidas e fixadas nas orientações saídas do XIV Congresso do Partido, são muito claras e não se prestam a equívocos. Essas orientações têm, como pressuposto básico, que os comunistas trabalharão para salvaguardar e aprofundar as características essenciais da CGTP-IN, nas definições teóricas e na actuação prática do projecto que tem sido compartilhado por diferentes correntes de opinião que o integram, a saber: uma organização de classe, de massas, democrática, unitária e independente.

A preparação do Congresso, batalha de ideias, deve ser também o momento adequado para um empenhamento redobrado para a busca de soluções para os problemas que o movimento sindical enfrenta, para desenvolver a luta de massas, dando combate à ofensiva anti-social e antitrabalhadores do Governo PSD, uma linha que em si mesmo é de afirmação do projecto e das características da CGTP-IN. Para os comunistas é igualmente uma linha de clarificação e de crítica em relação aos que, em nome da renúncia a "projectos obreiristas", estão a advogar de facto a capitulação e a renúncia à luta.

2.

O VII Congresso realiza-se num quadro nacional e internacional, profundamente alterado. O movimento sindical enfrenta complicados problemas largamente acumulados e de difícil superação a curto prazo. O percurso afigura-se mais espinhoso e cheio de incertezas.

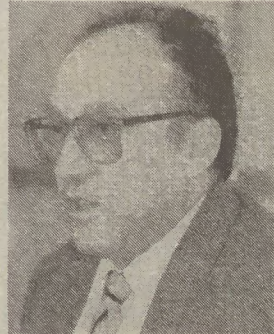
O capital desenvolve uma ofensiva generalizada e em grande profundidade contra os trabalhadores e suas organizações de classe. A precarização do mercado de trabalho generaliza-se, o enfraquecimento do chamado "núcleo duro" dos sectores que deram origem ao sindicalismo dito tradicional, o surgir de novas camadas de trabalhadores com hábitos de trabalho e aspirações muito diferenciados, a pressão patronal para a individualização das relações laborais e a difusão da cultura do individualismo, a crise que afecta numerosos sectores industriais, o desemprego massivo e prolongado, as limitações às liberdades sindicais na generalidade dos países, criam problemas mais difíceis à organização e à luta dos trabalhadores e não pouca controvérsia quanto às perspectivas, ao caminho a seguir e à necessária renovação de práticas e métodos de trabalho.

Um campo de luta, decisivo para a defesa do movimento sindical de classe, está aberto entre os que, vergados pela dimensão das dificuldades e a pretexto do esgotamento do "modelo", defendem uma pseudo-renovação cuja "originalidade" consiste na integração dos sindicatos no sistema e que elevam a "democratização" do capitalismo à categoria de objectivo último, e os que não se vergam ao peso das dificuldades e às incertezas do percurso, nem reduzem as chagas do capitalismo e a ofensiva actual contra os direitos e condições de vida dos trabalhadores às práticas perversas do neoliberalismo e que continuam a pensar, alicerçados na dura experiência quotidiana, que no capitalismo, hoje como sempre, a relação trabalho-capital continua a assentar na exploração.

O sindicalismo de classe, partindo da natureza exploradora do capitalismo, sempre considerou não serem os fenómenos socioeconómicos neutros do ponto de vista de classe. É por isso que consideram a luta por melhores salários uma questão secundária, ou arrumá-la depreciativamente no tipo de "reivindicações clássicas", privilegiando antes as tarefas do "desenvolvimento", da "modernização do aparelho produtivo", da "qualificação da mão-de-obra", da "elevação da competitividade das empresas portuguesas", ou defender o encerramento de empresas "inviáveis", abstraindo da natureza dessas realizações e a quem servem (esquecendo-se que, para além da perspectiva técnico-económica, é necessário não perder de vista o mundo de problemas sociais que lhe estão associados), é uma verdadeira ofensa contra os interesses dos trabalhadores e que, se viessem a prevalecer, condenariam o movimento sindical irremediavelmente à sua descaracterização e rápida perda de influência.

A repartição funcional do rendimento entre o trabalho e o capital não é uma questão teórica, é uma questão fundamental para determinar as condições de vida dos trabalhadores e exprime um profundo antagonismo de classe em que, como se sabe, o Estado não desempenha um papel, neutro, de "árbitro".

O entrelaçamento crescente e necessário entre a luta económica e política, não resulta de um desvio obreirista ou vanguardista, mas da compreensão do papel interveniente e cada vez maior do Estado ao serviço da exploração capitalista (atente-se nos Pactos Sociais, nos tectos salariais, na redistribuição da mais-valia pela via fiscal e ataques à segurança social, à revisão da legislação laboral, etc.), pelo que a defesa das virtualidades do capitalismo, o branqueamento da sua natureza exploradora a pretexto das suas transformações e o abandono da perspectiva de classe, têm como corolário contrapor, como se fossem contraditórias, a acção proponente do movimento sindical à acção reivindicativa, sobrevalorizando a intervenção institucional e consequentemente o abandono da acção de massas como



DOMINGOS ABRANTES
Membro da Comissão Política

Os comunistas orgulham-se de terem dado uma contribuição determinante para que a CGTP-IN seja a grande, combativa e prestigiada central dos trabalhadores portugueses.

linha fundamental de intervenção, apontando ao movimento sindical como grande perspectiva renovadora o tornar-se co-responsável pela gestão do sistema, na vertente da exploração, dizemos nós.

3.

A defesa da acção de massas como forma fundamental de intervenção sindical deriva da própria lógica da organização capitalista e da sua natureza exploradora.

A longa luta de classe dos trabalhadores confirma que estes não dispõem de outras armas para conterem a exploração que não seja a sua organização, a sua unidade e a sua determinação de luta.



Naturalmente que as lutas não se decretam, nem são - quanto à forma e ao conteúdo - intemporais e requerem a conjugação de condições objectivas e subjectivas.

A defesa da acção de massas como direcção fundamental de intervenção não é contraditória com a acção junto e nas instituições, antes pelo contrário, esta deve ser considerada complementar.

O que se recusa e combate são teorizações e práticas que, partindo das dificuldades do momento e até das derrotas, da perda de confiança na energia e combatividade dos trabalhadores, da reavaliação da natureza do capitalismo, da luta de classes e do papel dos sindicatos, desenvolvem toda uma estratégia de gestão do sistema, à boa maneira social-democrata, sobrevalorizando a acção institucional e de cúpula, o que se traduziria, se viesse a verificar-se, no enfraquecimento da força vivificante e renovadora do movimento sindical, da sua ligação aos locais de trabalho e aos trabalhadores, no alheamento dos seus problemas, anseios e reivindicações. Desse modo abrindo caminho, como aliás o confirmam experiências antigas e recentes ocorridas noutra latitudes, à sobrevalorização do sindicato

Lisboa, 4 / 5 / 6 de Março de 1993

7º CONGRESSO CGTP

INTERSINDICAL NACIONAL

lista-técnico, à burocratização dos dirigentes e, não pouco grave, ao abandono de um dos princípios mais ricos do sindicalismo de classe e da democracia sindical, a ligação dos dirigentes aos trabalhadores e à participação e envolvimento destes na vida das estruturas e nas grandes decisões que lhe dizem respeito.

Este aspecto fundamental da democracia sindical reforça o papel dos sindicatos como estrutura de base, é condição essencial para aferir da confiança que os dirigentes sindicais gozam junto das massas e para a unidade, coesão e combatividade do movimento sindical e o seu funcionamento verdadeiramente autónomo e independente.

4.

As características essenciais da CGTP-IN, tendo embora, quando consideradas isoladamente, as suas especificidades próprias, são no entanto complementares umas das outras constituindo um todo indissociável, no qual se inclui a acção prática em consonância com a natureza da CGTP-IN.

Neste contexto, a insistência com que alguns enfatizam e sobrevalorizam o princípio da independência e da autonomia, desgarrando-o dos outros princípios fundamentais, merece alguma atenção, tanto mais que, bem esmiuçadas as coisas, se quer fazer crer que a grande ameaça para o movimento sindical reside nas ingerências partidárias e mais concretamente do PCP, "lançado ao assalto do poder do aparelho sindical", quando são precisamente os que mais alto falam em independência e autonomia que avançam,

marginalizando homens e mulheres independentes, em flagrante violação do funcionamento democrático das estruturas sindicais, pondo em causa e pretendendo condicionar o normal funcionamento e capacidade de decisão dos órgãos.

Os comunistas têm mostrado ser consequentes defensores do princípio da independência e da autonomia sindicais, não só por o terem consagrado como norma estatutária orientadora para a actividade dos membros do Partido que actuam no movimento sindical, mas também e sobretudo por assumirem essa norma como princípio da actividade prática, o que está longe de acontecer com outra gente que não só viola aberta e grosseiramente esse princípio como defende bizarras concepções do mesmo.

Ainda recentemente, um dirigente da CGTP-IN veio a terreiro publicamente procurar condicionar as tomadas de posição contra Maastricht, com o argumento de que isso poria em causa a adesão à Confederação Europeia de Sindicatos (CES).

Estranho entendimento da independência e autonomia sindicais. Então pode-se admitir não tomar uma decisão considerada justa para Portugal e os interesses dos trabalhadores só porque isso desagradaria à CES?

Salvaguardar a independência e a autonomia sindicais não é só combater as ingerências externas, é também não ceder às pressões ideológicas, determinando as orientações de princípio em função dos interesses de classe dos trabalhadores, é não subordinar as orientações estratégicas à conjuntura, é não sacrificar o princípio da solidariedade internacionalista.

Na hora presente, face aos ventos que correm e aos projectos de criação de um movimento sindical único, de fusão de centrais, e de renúncia a princípios, a verdadeira independência e autonomia exprime-se na afirmação e na defesa dos princípios e da prática do sindicalismo de classe, como condição para responder aos novos e velhos problemas do mundo do trabalho e continuar a assegurar o seu papel e influência na sociedade portuguesa e destacada contribuição para a defesa do regime democrático.

5.

As características unitárias do movimento sindical português, consubstanciadas no projecto da CGTP-IN, sendo o resultado das condições específicas e originais em que se desenvolveu o nosso movimento sindical, é uma grande conquista e património de todo o movimento operário que importa preservar, renovar e fortalecer.

A influência, prestígio e capacidade de mobilização da CGTP-IN e do movimento sindical que aglutina não são separáveis das características unitárias e da luta consequente que trava.

Esta unidade, forjada ao longo de muitos anos, revelou uma grande solidez, apesar de submetida a duras provas no decurso de situações extraordinariamente difíceis e complexas.

Os profundos sentimentos unitários enraizados nos trabalhadores e a sua elevada consciência de classe têm sido determinantes para a defesa da unidade.

O trabalho unitário, o entendimento e a cooperação entre forças com concepções e opções diversas, sobretudo num momento em que se procedem a reavaliações de percursos e de experiências gerando sérias polémicas quanto ao projecto, não é coisa fácil. A defesa da unidade exige

sentido de responsabilidade, respeito pelo papel e pela identidade de cada componente, exige a busca de consensos e a contribuição de cada um e de todos para a elaboração das orientações comuns, tendo como objectivo a defesa dos interesses dos trabalhadores, o reforço do movimento sindical e da sua capacidade de luta.

O funcionamento da democracia sindical, a salvaguarda das características essenciais da CGTP-IN e a luta consequente em defesa dos interesses de classe dos trabalhadores e contra todas as formas de exploração têm constituído e deverão continuar a constituir a plataforma para a unidade de todos os que, independentemente das suas opções políticas e outras diferenças de opinião, se batem pela continuação do projecto CGTP-IN.

Somos de há muito firmes defensores de que o movimento sindical deve ter em conta as novas realidades, acompanhar as mutações que se dão na composição dos trabalhadores e responder aos anseios e aspirações das novas profissões e camadas de trabalhadores.

Somos de há muito firmes defensores de que o movimento sindical, a par da acção reivindicativa "clássica", deverá dar maior atenção à diversificação do conteúdo das reivindicações, pronunciar-se sobre os mais diversos problemas do país, elaborando e defendendo as suas próprias propostas para o desenvolvimento económico, nomeadamente sob o ponto de vista da sua vertente social e dos interesses dos trabalhadores com os quais se identificam os interesses nacionais.

Somos de há muito firmes defensores de que é preservando as características essenciais da CGTP e do sindicalismo de classe que os processos de renovação se tornarão fecundos e fortalecerão o movimento sindical português.

6.

Os comunistas estão profundamente identificados com o projecto da CGTP-IN e orgulham-se de terem dado uma contribuição determinante para que a CGTP-IN seja a grande, combativa e prestigiada central dos trabalhadores portugueses.

As características essenciais da CGTP-IN não são separáveis do papel desempenhado pelos comunistas no movimento sindical e do seu esforço para estabelecer sólidos laços de cooperação e unidade com as diferentes correntes de opinião, com todos os homens e mulheres que corajosamente no dia-a-dia, nos locais de trabalho e em todas as estruturas, lutam pelo reforço da organização sindical.

A influência e o papel dos comunistas no movimento sindical português têm raízes históricas e baseia-se na confiança de que gozam junto dos trabalhadores, confiança alicerçada através de um trabalho abnegado e constante em defesa dos interesses dos trabalhadores, da liberdade, da democracia e do progresso social.

Como salientou o nosso XIV Congresso, os trabalhadores estão vitalmente interessados em que a influência dos comunistas no movimento sindical se mantenha, porque nas condições existentes, ela é um factor determinante da força, autonomia, independência, consciência de classe, unidade e influência de massas da CGTP-IN.

É por isso que, posições anticomunistas, de chantagem, ou teses concebendo a diminuição da influência do papel dos comunistas como condição para o reforço da unidade, por não terem em conta a realidade concreta, só poderão, a insistir-se nesse caminho, prejudicar o próprio movimento sindical, o que seria grave.

O VII Congresso da CGTP-IN tem lugar numa altura em que os trabalhadores enfrentam difíceis problemas. Agravam-se os problemas do emprego, degradam-se os salários, intensifica-se a exploração e a repressão e importantes conquistas democráticas no campo da segurança social e da saúde são postas em causa.

O desenvolvimento da luta social que se tem verificado, demonstrando a vitalidade da acção de massas, confirma que os trabalhadores e o movimento sindical constituem a força mais organizada e dinamizadora da vasta frente social de resistência à política do Governo PSD.

É do interesse dos trabalhadores e das forças democráticas que o VII Congresso da CGTP-IN seja um êxito, que dele saiam orientações claras capazes de abrir perspectivas para o desenvolvimento da luta de massas, para o reforço das estruturas sindicais, para a afirmação e consolidação do prestígio e influência da CGTP-IN.

Os militantes comunistas que actuam no movimento sindical empenhar-se-ão em contribuir para a elaboração das orientações capazes de fortalecerem o movimento sindical e as suas características essenciais. É nossa profunda convicção que nesta batalha não estamos sós. Conosco estão certamente todos aqueles que, no respeito das naturais e salutares diferenças, souberam construir a sólida e fraterna unidade que fez da CGTP-IN um caso ímpar na Europa e no mundo.



como é do domínio público, a criação de tendências sindicais partidárias, reivindicando o direito a intervir e serem reconhecidas como tal no seio das estruturas sindicais e assumir como tal posições públicas diferenciadas das posições dessas mesmas estruturas.

A natureza independente da organização sindical, como princípio geral, exprime-se na definição autónoma dos seus objectivos e da sua actividade, face ao patronato, ao Estado, às confissões religiosas, aos Partidos e sem ingerências externas.

Independência e autonomia não se confunde entretanto com renúncia a opções político-ideológicas dos activistas sindicais, a defesa da independência e da autonomia nada tem a ver com pretensos apoliticismos, nem exige ausência da acção concertada de elementos que perfilham opções político-partidárias comuns, exige isso sim, a recusa a que sindicalistas se organizem em tendências sindicais partidárias como se de estruturas sindicais se tratasse, para como tal intervirem nos sindicatos com as suas propostas e reivindicações próprias, contrapondo-as às opiniões de outros sindicalistas, partidariando a actividade sindical e



O estado da Justiça

■ Odete Santos

Vem-se acentuando, ultimamente, um clima de divergência e mesmo de confronto em torno da situação da justiça em Portugal.

O responsável governamental por esta área, o senhor ministro da Justiça, não se cansa de acentuar, nas suas várias intervenções públicas, as pinceladas cor-de-rosa de um quadro retocado com inépcia, e que, por isso mesmo, não esconde os sinais de degradação.

O senhor ministro ostenta tranquilidade e garante que os portugueses têm razão para estar sossegados quanto ao estado da Justiça.

Mas a este discurso que demagogicamente se reivindica de modernidade, respondem os profissionais do foro com críticas justas e avisos sobre uma crise que nunca deixou de existir, com a denúncia dos bloqueios que condicionam a administração da justiça em nome do povo.

E o povo, o verdadeiro protagonista daquela administração, sente diariamente que a justiça vai mal.

Sente-o, em primeiro lugar, quando constata a morosidade do aparelho judicial.

Ele não se revê nas estatísticas oficiais cozinhadas num grande caldeirão em que se remexem em conjunto todos os processos, para dos mesmos se tirar uma duração média enganadora.

O cidadão comum sabe que a justiça portuguesa é morosa e, por isso mesmo, ineficaz em muitos casos.

E comenta:

Irrita-me andar pelos tribunais.

E desiste em muitos casos.

Abdica, sempre que tal não se afigura essencial, da efectivação dos seus direitos.

E que o seu preço é uma verdadeira taxa altamente moderadora de um direito constitucionalmente consagrado, o acesso ao Direito e aos tribunais lhe franqueia apenas meia porta daqueles.

O cidadão sente quotidianamente que aquele direito não lhe é garantido.

Que não é efectivado o direito à informação e consulta jurídica gratuitas do cidadão de mais fracos recursos.

Que o patrocínio judiciário gratuito não é suficientemente garantido.

Que as garantias de defesa em processo criminal não estão devidamente asseguradas com o sistema de defesa oficiosa tal como se realiza na prática.

Sabe que esse sistema não corresponde às mais elementares exigências de defesa dos direitos do homem!

E porque sente tudo isto, o cidadão que tem de franquear as portas dos tribunais nas mais diversas qualidades não pode impedir um desabafo:

E é isto a Justiça!

A esta inquietação do cidadão comum procurou responder a Conferência Nacional Sobre o Estado da Justiça em Portugal, recentemente realizada por iniciativa da Associação Sindical dos Magistrados Judiciais, do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e da Ordem dos Advogados.

Três dias de debate puseram a claro os vários bloqueios que se opõem à administração da Justiça e advertiram para um crescendo da crise.

Crescendo que, aliás, era inevitável face à crise social que se vai agravando na sociedade portuguesa.

Puseram a claro os bloqueios onde avultam desde logo a situação das magistraturas e da advocacia.

Pode afirmar-se que com os governos do PSD se ensinaram algumas soluções que punham em causa a independência dos Tribunais.

A criação do Tribunal de Círculo com a figura do seu presidente, gizada para colocar na sua dependência outros magistrados, a sonhada nomeação através de Comissão de Serviço, renovável se bons serviços fossem prestados, dos Juizes dos Tribunais de Círculo, seria uma machadada na independência do Poder Judicial, e, conseqüentemente, na soberania popular que através dos tribunais fiscaliza o cumprimento da legalidade democrática.

Foi possível, no entanto, fazer recuar o poder executivo.

Mas anunciam-se novas alterações ao Estatuto dos Magistrados Judiciais.

Através das quais se procura ressuscitar interesses corporativos, a divisão de juizes em castas, como se no Conselho Superior da Magistratura, de facto um órgão de Estado, não estivessem apenas em causa os interesses da Justiça!

No referendo realizado pela Associação Sindical dos Magistrados Judiciais, sobre esta questão, aqueles por larga maioria manifestaram-se contra a proposta do Governo assumida pelo senhor ministro da Justiça.

Mas, ao que parece, o Governo também não quer ouvir, os juizes.

Assim como não ouviu, nem parece querer ouvir os Magistrados do Ministério Público.

Ao longo dos anos de governação PSD, desencadeou-se uma verdadeira ofensiva contra a autonomia do Ministério Público, ofensiva essa que só aparentemente se centrava sobre um estatuto de classe.

Em causa tem estado, de facto, o Estatuto de um órgão de justiça que tem por função agir em defesa da legalidade democrática sobretudo quando tal legalidade é violada pelo poder executivo.

Assim, quando se ofende a autonomia do Ministério Público, está em causa o próprio Estado de Direito Democrático, a Soberania Popular.

Foi possível salvaguardar, no fundamental, aquela autonomia.

Mas não sem atropelos e sem custos na própria efectivação do Estado de Direito Democrático.

De facto, o Ministério Público foi amputado de importantes competências quando se lhe retirou o poder de fiscalização, por sua iniciativa, os restantes órgãos de polícia criminal na sua actuação pré-processual.

E houve mesmo uma estranha coincidência entre esta actuação inspectiva e as tentativas de introduzir alterações no mandato do Procurador Geral.

E o que o Governo conseguiu, de facto, foi uma certa policiaização da investigação criminal, à margem do Ministério Público, com tudo o que isso representa de negativo para os Direitos, Liberdades e Garantias do Cidadão!

Parece mesmo que o Governo se prepara para desbravar novos caminhos nessa policiaização em áreas sensíveis como a da corrupção que mina o regime democrático.

O vezo dessa policiaização já foi longe de mais.

É o que se está a passar, nomeadamente, com os brasileiros impedidos de entrar em Portugal, ou em perigo de serem expulsos. Alvos de suspeição, interrogados nas fronteiras, expulsos de um país irmão, eles também se

interrogam sobre as suas garantias de defesa, sobre o Estado da Justiça em Portugal.

Também se interrogam, legitimamente, sobre os motivos que levam Portugal a desrespeitar a Convenção sobre Igualdade de Direito e Deveres entre Portugal e o Brasil que tem a data de 1991!

E o povo português, o povo que se revê nas palavras de Jorge de Sena citadas a propósito pelo primeiro Presidente da Comissão Parlamentar Luso-Brasileira, dr. José Carlos de Vasconcelos: «Eu era brasileiro de oito séculos por ser português de outros tantos», o povo que se sentiu irmão de Roque Santeiro, não pode deixar de considerar uma vergonha tudo o que se vem passando na fronteira com cidadãos brasileiros!

*

Como não podia deixar de ser, os advogados fazem também uma avaliação negativa do estado da Justiça.

Os advogados jovens, vítimas de uma deficiente formação profissional por carência de meios postos à disposição da Ordem.

Os advogados que são vítimas da morosidade processual, de leis anacrónicas como a lei processual civil em revisão desde 1984 sem qualquer resultado até ao momento presente.

Que são vítimas, como os outros profissionais do foro, de leis aleijadas que provocam, por vezes, novas delongas na administração da Justiça.

Vítimas também eles da tragédia dos Tribunais de Círculo, condenados à nascerença, e que provocaram, nalguns casos, atrasos de anos.

Para que se saiba, regista-se que no Tribunal de Círculo do Barreiro, que tem congéneres como o de Portimão, há julgamentos já marcados para 1996.

O que explica a manutenção destes tribunais, agora quase por completo descaracterizados, senão a teimosia? Ou melhor, o autoritarismo?

*

A avaliação do estado da Justiça em Portugal traduz-se na reflexão sobre uma Questão de Estado.

Porque é também através dos tribunais que o povo exerce a sua soberania, é também neles que se manifesta o exercício pelos cidadãos do poder político.

A avaliação que se faz sobre o estado da Justiça revela que não são colocados na disponibilidade do aparelho judiciário as condições objectivas que permitam afirmar que existe um Serviço Público da Administração da Justiça. Razão têm os profissionais do foro, entre os quais também os funcionários judiciais, quando denunciam os bloqueios.

Bloqueios que, aqui e ali, garantem ao Poder Executivo que o aparelho judiciário lhes preste, como alguém disse, «o serviço da sua própria ineficácia».

Estamos, no entanto, convictos de que também aqui «Godot» irá chegar.

(Declaração política proferida pela deputada comunista Odete Santos na sessão plenária do passado dia 2)

Conferência de Imprensa do PCP É preciso travar a ruína da agricultura portuguesa

A grave situação atravessada pela agricultura portuguesa foi motivo para uma conferência de imprensa do PCP onde estiveram Agostinho Lopes, da Comissão Política do Partido, José Calçado, deputado na Assembleia da República eleito pelo Porto e Mário Costa, da Direcção da Organização Regional daquela cidade. A revolta e a luta, o desespero, a perda de 30 por cento no rendimento dos agricultores, matadouros, baldios, seca, Alqueva, as propostas do PCP foram alguns dos pontos abordados na declaração de Agostinho Lopes aos jornalistas, que aqui se transcreve.

1. Não são precisas palavras para descrever a difícil situação que vivem os agricultores portugueses. As movimentações de revolta e luta que se desenvolvem um pouco por todo o País são disso espelho concludente. As imagens de desespero traduzidas pelas palavras dos agricultores, ou mais impressivamente, por quem enterra laranjas no Ribatejo ou esmaga batata em Chaves, destruindo simbólica e dolorosamente o produto do seu trabalho, dispensam a caracterização que poderíamos fazer. A descrição dos produtos sem escoamento ou com preços degradados, das quantidades, cada vez maiores, importadas, de 1992 como terceiro ano consecutivo com quebras de produção, da crescente dependência agro-alimentar do País, com a respectiva taxa de cobertura a evoluir de 49% em 1981 para 38% em 1992, ou da brutal quebra dos rendimentos dos agricultores, menos 30% relativamente a 1985/86.

É preciso denunciar a política que, guiada pelos bolsos e critérios da alta finança e do grande capital, conduziu a agricultura portuguesa (e outros sectores produtivos) à sua mais violenta convulsão de sempre e insiste nesta política suicida, surda às reclamações dos agricultores e de costas para os interesses do País.

É preciso, com urgência, dar a resposta que a gravidade dos problemas exige.

É com esses objectivos que convocamos mais esta Conferência de Imprensa do PCP centrada sobre as questões agrícolas.

2. É impossível eludir as responsabilidades do PSD e de Cavaco Silva, e as cumplicidades do PS, pela situação em que se encontram os agricultores portugueses.

Recordem-se as responsabilidades políticas de quem negociou mal a adesão da agricultura portuguesa à CEE. De quem embandeirou em arco com as insuficientes resoluções relativas à 2ª etapa da adesão e passado um ano praticamente as liquidou ao presidir à conclusão da Reforma da PAC, com todas as consequências negativas, múltiplas vezes denunciadas e, em particular, da abdicação do princípio da especificidade da agricultura portuguesa.

Sublinham-se as malfetorias de uma política sem rei nem roque, que antes incentivou os agricultores a investir o que tinham e não tinham, que enchia a boca com a modernização, a produtividade, a intensificação e a necessidade de um «núcleo duro» da agricultura, e acabou na Reforma da PAC a defender a extensificação, o abandono da produção e a reforma dos agricultores, tendendo a multiplicar o número de reformados a cargo de uma Segurança Social à beira da rotura.

Uma política que, ao mesmo tempo que nas palavras dos seus discursos oficiais fala da necessária organização dos produtores, prossegue uma orientação que conduz à completa ruína e falência do movimento cooperativo português, e mesmo do sector público e privado da transformação agro-alimentar, por onde, como abutres, penetram já o capital multinacional, de que são exemplo a compra da ECRIL pela Parmalat e a recente entrada desta na UCAL, a compra da Longa Vida pela Nestlé, a presença da SFIR na Sucral (afastando outra multinacional) e grupos nacionais, como é o caso do Grupo Mello assegurando, através da privatização de empresas do IPE, uma posição dominante no sector agro-alimentar nacional.

Uma política que procede à privatização de uma megalómana Rede de Abate, desajustada da realidade social e económica da pecuária portuguesa, preparando-se para servir de bandeja às multinacionais do sector um negócio de cerca de 450 milhões de contos à custa dos interesses dos pequenos comerciantes e industriais do ramo, dos consumidores e dos agricultores, e um património acumulado por investimentos públicos e municipais e taxas pagas pela produção.

Uma política que, depois de ter liquidado ilegal e arbitrariamente a Reforma Agrária, acena agora com as esmolas da Cruz Vermelha ou as migalhas da Segurança Social para os desempregados e populações em dificuldades do Alentejo, onde novamente impera o latifúndio e a coutada.

Uma política que mentirosamente fala de menos Estado e de devolução do Estado à sociedade civil e, pela 17ª vez, tenta expropriar os baldios - propriedade comunitária dos

povos serranos - a favor de caciques e interesses capitalistas privados, e reforçar a ingerência estatal pela presença de representantes do Governo na gestão das terras baldias pelos compartes. É o que acontecerá se for aprovado na Assembleia da República o Projecto de Lei que resulta da fusão de propostas do PSD e do PS, vergonhosamente, mais uma vez, colaborando com o partido do Governo, ao qual pretende ser oposição.

Uma política que continua a responsabilizar o clima pela sua inoperância e passividade face às calamidades dos incêndios ou aos problemas decorrentes da falta de chuvas. Quem, ao longo destes anos, tem sabotado a construção da Barragem do Alqueva e de outros importantes aproveitamentos hidro-agrícolas? Quem continua sem uma política de água?

Uma política que, ao mesmo tempo que promove a pretensa concertação social e diz querer a participação dos parceiros sociais na vida do País, posterga direitos constitucionais e a legalidade democrática, ao marginalizar escandalosamente a principal organização nacional dos pequenos e médios agricultores e as suas associações regionais, pretendendo instituir o princípio da unicidade na representatividade da agricultura portuguesa.

Uma política que se pretende servir da necessária modernização e maior eficácia da Administração Pública para impor uma reestruturação do Ministério da Agricultura à margem da opinião dos seus trabalhadores, dos agricultores e das próprias estruturas oficialmente criadas para ouvir a lavoura - os Conselhos Regionais Agrários.

Reestruturação que mais não pretende que, em obediência às normas da convergência nominal impostas por Maas-



Da esquerda para a direita: Mário Costa, Agostinho Lopes e José Calçado

diminuiu o número de agricultores, quando o que se verifica é que o universo das explorações inquiridas no Recenseamento Agrícola (1989) foi administrativamente limitado, como aliás refere o INE).

A situação em que se encontra a agricultura exige que o Governo dê conta ao País de centenas de milhões de contos que foram gastos no sector. Porque, como esclareceu recentemente em entrevista o sr. Presidente do IFADAP, nomeado pelo Governo PSD, a um semanário: «É um facto que, à parte o sector vinícola, quase nada mudou na agricultura portuguesa com os milhões da Comunidade».

E se o sr. Presidente do IFADAP estiver ainda mais atento, verificará que nem mesmo esse sector mudou assim tanto...

3. O PCP saúda e expressa a sua solidariedade com as lutas e movimentações dos agricultores que, de Norte a Sul do País, manifestam o seu protesto contra a política agrícola do Governo de Cavaco Silva destacando-se, pelo seu particular significado, as grandes concentrações dos agricultores do Alto Tâmega / Chaves e do Oeste / Bombarral que 4ª-feira massivamente expressaram o sentir e as reclamações de todos os agricultores portugueses.

O PCP, que recentemente apresentou na Assembleia da República um Projecto de Lei de Bases de Política Agrária - ou seja, a proposta de criação de um quadro orientador que ajude à definição, apoio e enquadre as opções culturais dos agricultores em função das possibilidades e necessidades do País - que aliás é promessa do ministro da Agricultura desde 1990, viu na passada 3ª-feira o PSD, prosseguindo a sua política de sectarismo antidemocrático, reprovar outro Projecto de Lei do PCP que procurava concretizar o normativo constitucional do artigo 101º pelo qual «na definição da política agrícola é assegurada a participação dos trabalhadores e dos agricultores através das suas organizações representativas».

Perante a situação de desastre económico que atravessa a agricultura portuguesa, o PCP vai propor, através da sua intervenção institucional e política, a concretização com carácter de urgência de um Programa de Emergência para a Agricultura Portuguesa que desenvolva o seguinte pacote de medidas, complementares e de execução imediata:

1º - O pronto estabelecimento do diálogo do Ministério da Agricultura com as diversas organizações de agricultores, sem discriminações. O PCP solidariza-se com as justas exigências da CNA na reclamação do Estatuto de Parceiro Social;

2º - A definição de um plano de intervenção para o conjunto de produtos mais afectados, integrando a sustentação de preços, retiradas do mercado e limitações às importações;

3º - Abertura de uma linha de crédito com taxas de juro fortemente bonificadas e ajudas a fundo perdido que permitam responder a situações de grande gravidade, em particular nos casos de:

a) perdas significativas de produção por seca ou outros acidentes climatéricos;

b) situações de estrangulamento financeiro decorrentes de investimentos na modernização das explorações agrícolas;

c) necessidade de saneamento e/ou recuperação económica de cooperativas, inclusive para pagamento das suas dívidas aos associados;

4º - Uma ofensiva junto das Comunidades Europeias apoiada pelas forças sociais para obtenção de condições de política agrícola, comerciais e económicas, necessárias à concretização daquelas medidas, e de recuperação da situação de especificidade para a agricultura portuguesa.

O PCP, seguro da razoabilidade das suas propostas e da necessidade de defender a agricultura portuguesa, permanecerá atento à evolução da situação.



tricht, reduzir as despesas do Estado com a entrega de serviços e equipamentos técnico-científicos à CAP e ao grande capital agro-industrial e expropriar o País e os agricultores dos meios materiais e humanos necessários à condução de uma política agrícola própria: investigação agrária, apoio técnico e extensão rural. Se fosse necessário evidenciar a incongruência da chamada Reforma do Ministério da Agricultura, aí estava o sr. ministro a demonstrá-la com a inconsistência das suas tentativas de justificação que raíam a falsificação da realidade e a mistificação do País. Apenas uma «pérola»: «técnicos excedentes porque deixaram de gerir UCP's da Reforma Agrária» (ou então, técnicos excedentes porque

EM FOCO

Juventude e Forças Armadas

■ **Manuel Gouveia**
Membro do Secretariado da
Direcção Nacional da JCP

«Afinal, não se trata de isentar os jovens portugueses desse fardo que é cumprir o serviço militar obrigatório, mas, antes, de criar umas Forças Armadas profissionalizadas, facilmente utilizáveis e manobráveis, máquinas eficazes para a guerra em terra alheia e o mais afastadas possível dos anseios, expectativas e justos sentimentos do povo português.»

Talvez pareça coisa velha, datada, mas é, antes pelo contrário, a frase que melhor define o que deviam ser e para que deviam servir umas Forças Armadas: «O povo em armas».

É sabido, e tem causas facilmente apontáveis, que a um poder reaccionário, fosse ele qual fosse, nunca interessou este «povo em armas», antes procurou sempre a constituição de Forças Armadas numa visão de «as armas viradas para os povos».

O Governo do PSD, herdando umas Forças Armadas profundamente ligadas ao povo, e a seus olhos prestigiadas pelo corajoso papel desempenhado na derrota do fascismo, tomava sobre os seus ombros a tarefa de as transformar num instrumento ao seu serviço.

E volvidas inúmeras etapas viradas para o concretizar deste projecto, que passaram pela degradação das Forças Armadas, chegamos hoje à situação em que, estranha coincidência, o mesmo poder que desfralda a bandeira da dispensa da juventude portuguesa «à penosidade do SMO» e começa a claramente defender a participação das suas Forças Armadas em intervenções no estrangeiro.

E é aqui que mais claramente começa a cair a máscara sob a qual o Governo tenta esconder a sua política: afinal, não se trata de isentar os jovens portugueses desse fardo que é cumprir o serviço militar obrigatório, mas, antes, de criar umas Forças Armadas como lhe interessam: profissionalizadas (com base no regime de voluntariado e contrato, e que, na actual conjuntura, não são mais que mão-de-obra barata), facilmente utilizáveis e manobráveis, máquinas eficazes para a guerra em terra alheia e o mais afastadas possível dos anseios, expectativas e justos

sentimentos do povo português.

A derrota das intenções antidemocráticas do Governo nesta matéria, como em tantas outras, passa por uma forte contestação de amplos sectores da nossa sociedade e deve começar pela juventude portuguesa, afinal em nome de quem, hipocritamente, estas medidas se vão desenvolvendo.

E essa resposta tem sido dada, embora ainda não com a força que se exige; basta recordarmos as conclusões dos III e IV Encontros Nacionais da Juventude, em que jovens de todos os pontos do País e de centenas de associações juvenis recusaram a profissionalização das Forças Armadas. Mas também aqui não convém confundir alhos com bugalhos. A recusa das Forças Armadas que o Governo de Cavaco Silva e do PSD nos querem impor não significa a defesa das actuais Forças Armadas, é antes feita paralelamente à exigência de profundas alterações nas condições em que é prestado o SMO, e que se podem dividir em quatro campos paralelos e complementares:

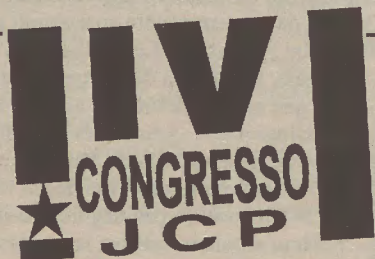
- A concretização de uma redução do SMO, numa base séria e não demagógica, que não crie falsas expectativas na juventude, como foi o caso das promessas eleitorais de 4 meses, que o Governo não está a cumprir.

- A prestação do SMO em condições dignas e humanas, que passa pela elevação do pré, pela consagração dos direitos materiais, pela efectivação do direito ao amparo, pela transparência na instrução e pelo reconhecimento dos direitos de cidadania dos jovens em SMO, concretizando uma participação na Defesa Nacional que não onere a vida de cada um, como se passa hoje em dia, que a participação no SMO é um pesadelo para milhares de jovens, pelas dificuldades que lhes traz no plano dos estudos, do trabalho e da vida pessoal.



- A rigorosa e transparente definição dos conceitos de Defesa Nacional, fazendo-a assentar no SMO e vocacionando-a para e exclusivamente para assegurar, sempre que necessário, a defesa da soberania e independência do nosso país e dando sentido prático à participação de milhares de jovens no SMO, fornecendo-lhes efectiva formação militar e acabando com a sua abusiva utilização como mão-de-obra barata para os serviços de manutenção das unidades.

- A efectivação do direito à objecção de consciência, permitindo aos jovens que, por razões que se prendem com a sua própria consciência e que ninguém pode julgar, cumpram um serviço alternativo, não militar, em igualdade (em termos temporais e de penosidade) com os jovens que se integram no SMO. Também em relação aos jovens em regime de voluntariado e contrato se impõe a efectivação dos seus direitos de cidadania e a prestação do serviço militar em condições dignas e com vencimentos adequados. São estas as Forças Armadas, democráticas e úteis, em que a juventude portuguesa estará disposta a participar. Umas Forças Armadas para a paz e pela paz. Umas Forças Armadas constituídas por homens livres, cidadãos de pleno direito, no exercício livre e consciente de um dever colectivo: **participar na defesa da soberania e independência de Portugal.**



Casa cheia em Vila Franca

Dezenas de jovens encheram na passada sexta-feira o centro de trabalho do PCP em Vila Franca de Xira, para participar numa iniciativa de convívio organizada pelo colectivo local da JCP, com o apoio do Partido.

Como relatam os próprios organizadores numa nota que fizeram chegar à nossa redacção, «numa atmosfera mística de fumo de incenso, luz de velas e paredes decoradas com vigorosos muros *action painting*, lembrou-se a música, as personagens e alguns valores da década de 60», com «casa cheia até às tantas, ambiente de festa e alguma política».

A iniciativa foi organizada no âmbito do «GT6» (Grupo de Trabalho das Sextas-feiras) e deverá ter em breve nova edição.

Autarquias

Duas dezenas de jovens participaram no sábado, no salão da Junta de Freguesia de Alverca, num acção de formação sobre juventude e autarquias. Organizada pelo executivo concelhio da JCP de Vila Franca de Xira, no âmbito alargado da Juventude CDU, contou com a participação de José

Casanova, da Comissão Política do PCP, de Carlos Arrojado, presidente da AM de Vila Franca, Carlos Félix, vereador responsável pelo pelouro da Juventude, e António Carmo, presidente da JF de Alverca.

Em foco, e em debate com momentos vivos e participados, estiveram as próximas eleições autárquicas, as estruturas e o funcionamento do poder local democrático e a política autárquica de juventude no concelho.

Saudação à LJST da Coreia

Vai ter lugar em Pyongyang, de 18 a 20 de Fevereiro, o Congresso da Liga da Juventude Socialista do Trabalho. O Secretariado da Direcção Nacional da JCP enviou à LJST a saudação que a seguir transcrevemos:

«Queridos camaradas, A Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa deseja as mais sinceras e militantes saudações à Liga da Juventude Socialista do Trabalho da Coreia.

«Estamos certos que o vosso Congresso será um acontecimento da maior importância e contribuirá para a consolidação e desenvolvimento da LJST como uma força real para o progresso social, para os direitos da juventude e sobretudo para a reunificação da Coreia.

«Aproveitamos esta oportunidade para desejar a cada um dos delegados sucesso no cumprimento das decisões do Congresso e para a construção de um futuro novo para a juventude coreana.»

JCP/Leiria reuniu plenário distrital

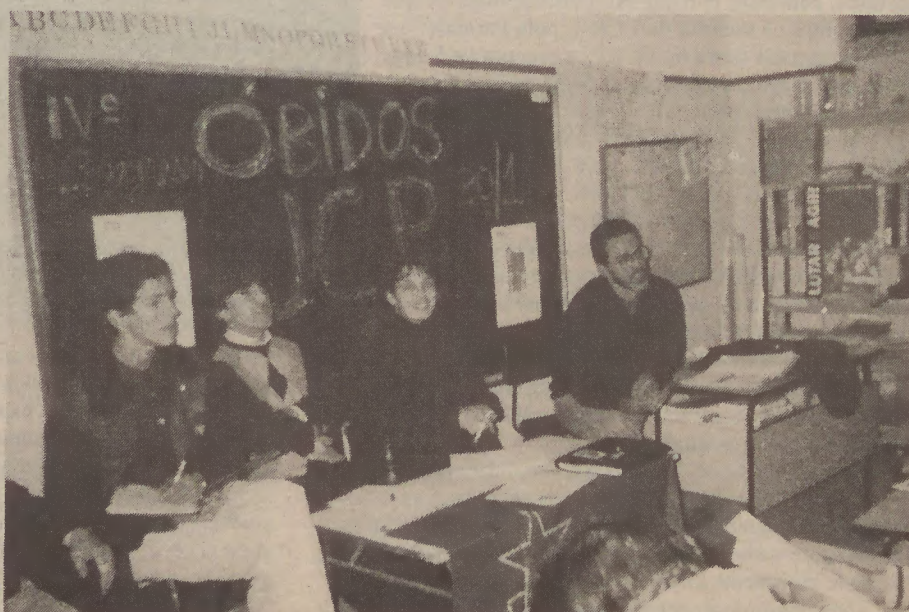
Cerca de 50 jovens participaram no plenário da Juventude Comunista Portuguesa do distrito de Leiria, que teve lugar no dia 30 de Janeiro, em Óbidos - informou a Comissão Distrital da JCP.

Numa nota à comunicação social, este organismo dá nota de que mereceu particular importância dos participantes no plenário o envolvimento dos jovens comunistas nos trabalhos preparatórios do seu 4º Congresso, nomeadamente com a realização de iniciativas de convívio, de debates dos documentos (desde ontem) e com a eleição dos delegados (na primeira quinzena de Março).

O 4º Congresso da JCP, recordamos, vai realizar-se a 3 e 4 de Abril, no Barreiro.

No plenário - informa a Distrital de Leiria -, foi dado ainda relevo ao plano de actividades da organização para este ano, na perspectiva da preparação das eleições autárquicas, em particular no que diz respeito à inclusão de jovens nas listas da CDU e à elaboração dos programas eleitorais juvenis.

Os jovens comunistas de Leiria decidiram levar a cabo um convívio de âmbito distrital no dia 20 de Março, em Alcobça, para assinalar o Dia da Juventude.



Eduardo Graça, Jorge Amador, Filipa Bonita e José Augusto Esteves (do Conselho Nacional do CC do PCP) constituíram a mesa do plenário distrital

EM FOCO

Governo e Lusomundo

As grandes manobras no Cinema e na TV

Com poucos dias de diferença, Cavaco Silva tomou duas decisões que consagram o poder do audiovisual português da Lusomundo, isto é, dos interesses norte-americanos representados pela UIP.

A mudança do presidente da RTP

Com pretexto nos conhecidos «negócios» de financiamento de entidades privadas com dinheiros públicos o Governo vai demitir Monteiro de Lemos e entregar a presidência da RTP a Freitas Cruz, um dos homens da Lusomundo.

É sabido porém que de «negócios» destes está a RTP cheia. A custa das verbas, equipamentos e meios humanos que administra, a RTP já viabilizou a constituição de empresas e é o suporte da actividade de outras, em geral ligadas a quadros da hierarquia da empresa. São conhecidas as relações preferenciais da RTP com empresas como, por exemplo, a Olivledesportos.

O pretexto não justifica, pois, a decisão da demissão tão euforicamente anunciada no telejornal por Manuela Moura Guedes.

E como hipótese de trabalho, não poderia deixar de se avançar uma outra razão: o Governo, inseguro quanto aos resultados eleitorais dos próximos anos, prepara a privatização da RTP, procurando que ela seja adquirida por um

vavelmente, nem sequer devia ser do conhecimento de AP Vasconcelos —, optou por decisões que vão ao encontro dos interesses dos grupos privados multimédia.

A liquidação da Lei 7/71 é um objectivo há muito prosseguido pela direita. A crescente desregulamentação e a não intervenção na distribuição e exibição onde campeia a impunidade da empresa que as monopoliza são as faces visíveis deste processo.

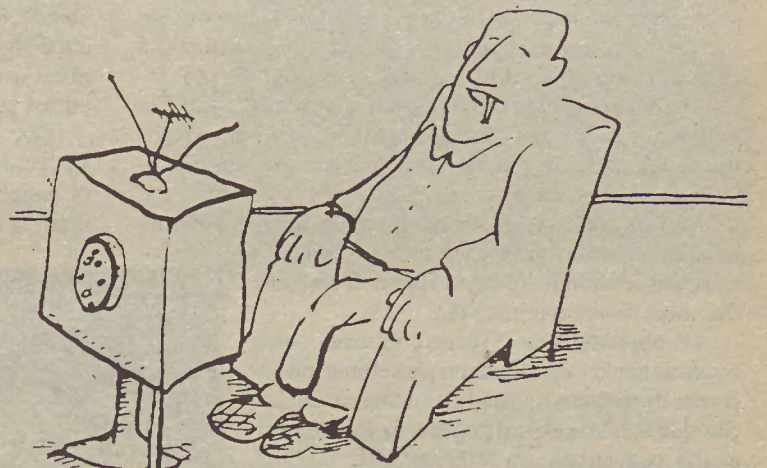
O anterior projecto do SNA

Os aspectos positivos deste projecto destinado a regulamentar a actividade cinematográfica (interferência com poderes instalados, recolha e organização de dados estatísticos, condicionalismos à utilização dos recintos de cinema, consagração do depósito legal obrigatório, etc.) não compensavam as interrogações que ele levantava.

Para além de formalmente mal feito e confuso, levantou desde logo apreensões.

sibilidade de fazer cumprir normas relativas à difusão de obras cinematográficas na televisão e outros aspectos das relações entre cinema, televisão e vídeo.

Para além das críticas que lhe fazemos, este projecto, como já referimos, colidia claramente com os interesses instalados e implicava deslocação de tutelas dentro do Governo em áreas tão sensíveis e estratégicas. Por isso era um projecto condenado ao fracasso.



Cinema e Televisão: que futuro?

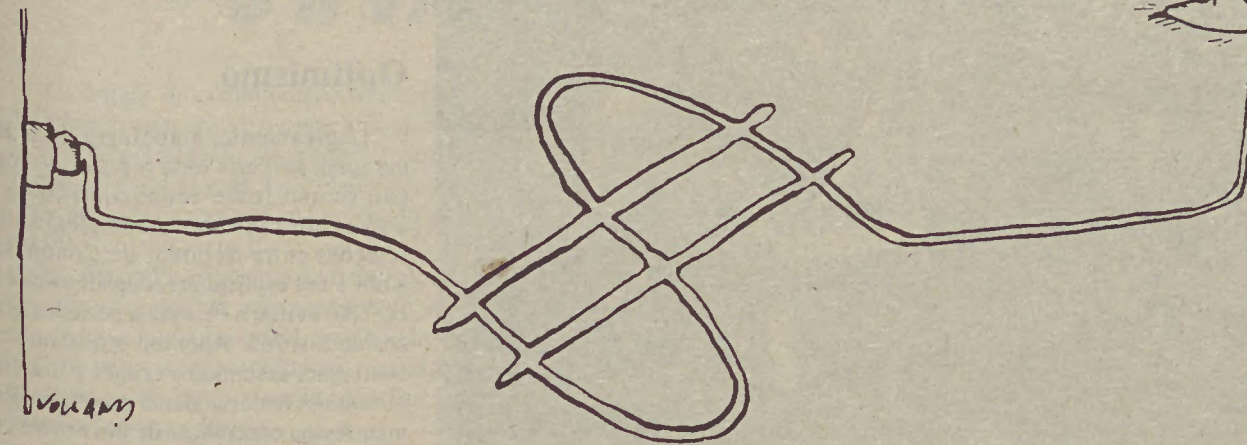
O cinema, os seus profissionais, passam neste quadro uma grande insegurança devida particularmente: ao atraso nos contratos de assistência financeira e noutras modalidades de apoio financeiro regulamentadas e em vigor e à indefinição da participação da RTP na produção cinematográfica.

O Governo aprovou um texto a transformar em lei. Vai debatê-lo na Assembleia da República e publicamente ou prolonga o carácter conspirativo da operação com uma autorização legislativa?

Quanto à RTP, tais critérios de gestão e o espectáculo de se servirem dela, comprometem na prática o exercício de serviço público de televisão, particularmente no que à produção própria diz respeito, e desprestigiam a empresa aos olhos da opinião pública para a realização de um tal serviço — contra o qual, nos últimos dias, e a pretexto destes recentes «negócios», diversos analistas de novo se voltaram a pronunciar.

O Sector de Artes e Letras de Lisboa do PCP faz um apelo a todos os profissionais de cinema e televisão, aos meios da Cultura e à opinião pública para intervirem nestes processos e desfechos tão importante para a Cultura e soberania nacionais.

O Organismo de Direcção do Sector de Artes e Letras



grupo com cujos interesses mais se identifique, cabendo a Freitas Cruz o papel que a outros administradores rotativos de empresas públicas tem sido destinado, de, internamente, criar as condições para a sua posterior aquisição pelo grupo a que está ligado.

Os próximos tempos confirmarão ou não esta hipótese.

Monteiro de Lemos sai da RTP deixando apenas destinadas as verbas para a informação e desporto, tendo ficado por definir os compromissos com o cinema e as coproduções.

O que é a Lei de Bases para o Audiovisual?

Segundo o «Público» de 5-2-93, o Governo, sem divulgar o texto que aprovou no dia anterior — e que, pro-

sões. Por poder acabar com a individualidade do cinema no conjunto do audiovisual e com as estruturas que dele se deveriam ocupar de forma autónoma. Por poder levar à absorção de verbas pelo IACA — cuja criação previa a estrutura pesada. Por ser muito vago, remetendo mais de 30% dos seus artigos para regulamentação posterior ou para estruturas e mecanismos a criar por portaria ou despacho. Por falta de referência às verbas em jogo (excepção feita às estipuladas para as taxas de visionamento a que a Lusomundo se opunha).

Percorrendo o seu articulado, constatavam-se também, por exemplo, as incongruências na definição de «filme nacional», uma abrangência despropositada nos certificados de habilitação profissional exigidos, a imposição burocrática — de utilidade desconhecida — da comunicação prévia do início da rodagem de filmes e videogramas publicitários, a definição duvidosa de produtor, distribuidor e exibidor «independentes», a impos-



PCP

PROGRAMA e ESTATUTOS

Aprovados no XIV Congresso realizado de 4 a 6 de Dezembro de 1992

Já em distribuição por todo o país

edições Avante!

Kohl em Estrasburgo: o discurso da hegemonia

■ Miguel Urbano Rodrigues

O chanceler da Alemanha proferiu no início do mês em Estrasburgo um discurso que impressionou o Continente.

Helmut Kohl aproveitou uma sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa para fazer uma exposição sistematizada da nova política alemã. O grande hemiciclo do Palácio da Europa encheu-se (de tarde, quando falou Douglas Hurd, presidente do Conselho da Europa e ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, estava quase vazio). Havia enorme expectativa e o espectáculo foi muito interessante.

Quase todos os deputados com quem comentei o acontecimento estavam impressionados com o talento, a força e a segurança do chanceler da RFA. As interpretações, porém, não coincidiam. O discurso de Kohl incidiu sobre uma temática tão ampla e diversificada que os títulos da imprensa europeia, no dia seguinte, traduziam entendimento muito diferenciado do seu significado.

O chanceler exprimiu-se com suavidade estudada. Peló tom e pela linguagem, a sua oratória cativou o auditório (deputados de mais de trinta países europeus, incluindo os observadores).

Muitos analistas qualificaram o discurso de paternalista, salientando que essa atitude foi compensada por um toque de humanismo. Penso que lhe subestimaram a intenção.

Os objectivos mediáticos do grande show foram atingidos; contribuíram para eliminar arestas das mensagens transmitidas numa comunicação que foi, afinal, o discurso da hegemonia alemã condensado em 3500 palavras.

Helmut Kohl distribuiu bem essas mensagens para não ferir sensibilidades. Por vezes, a retórica utilizada quase sugeria o oposto ao pretendido. Mas, sob o manto de humildade da nova democracia alemã, estava o recado do poderoso Estado que funciona como motor da economia europeia.

Transcorrido quase meio século sobre a derrota de 1945, a nova Alemanha, reunificada, não aceita mais a relativa subalternidade política que os seus actuais aliados lhe impuseram. E porque a política é inseparável do poder militar, a Alemanha vai rever a estrutura e as tarefas das suas forças armadas.

Três foram as principais mensagens contidas no discurso da hegemonia.

1. A Alemanha é favorável a uma nova composição do Conselho de Segurança, ou seja, a uma redistribuição do poder político diferente da resultante da Segunda Guerra Mundial.

2. A Constituição será emendada de modo a que as forças armadas da República possam intervir fora do país.

3. A Alemanha exige para a sua língua, nas organizações internacionais, um tratamento idêntico ao do inglês e do francês.

A língua alemã

Estas mensagens, repito, não chocaram porque o orador as distribuiu com muita habilidade, envolvendo-as em profissões de fé humanistas.

Para definir uma ambiciosa estratégia de grande potência, o chanceler, no seu vaivém oratório, não temeu os velhos fantasmas. Condenou a violência racista no seu país e abordou a difícil temática das relações com a Polónia e a Rússia e sobretudo o diálogo, íntimo mas desconfiado, com a França.

A trágica história da Alemanha foi, por isso mesmo, personagem do seu discurso.

Significativamente, no mesmo dia em que tomou a palavra no Palácio da Europa, Kohl deu uma importante entrevista ao diário «*Dernières Nouvelles d'Alsace*» (100 mil exemplares de tiragem), de Estrasburgo.

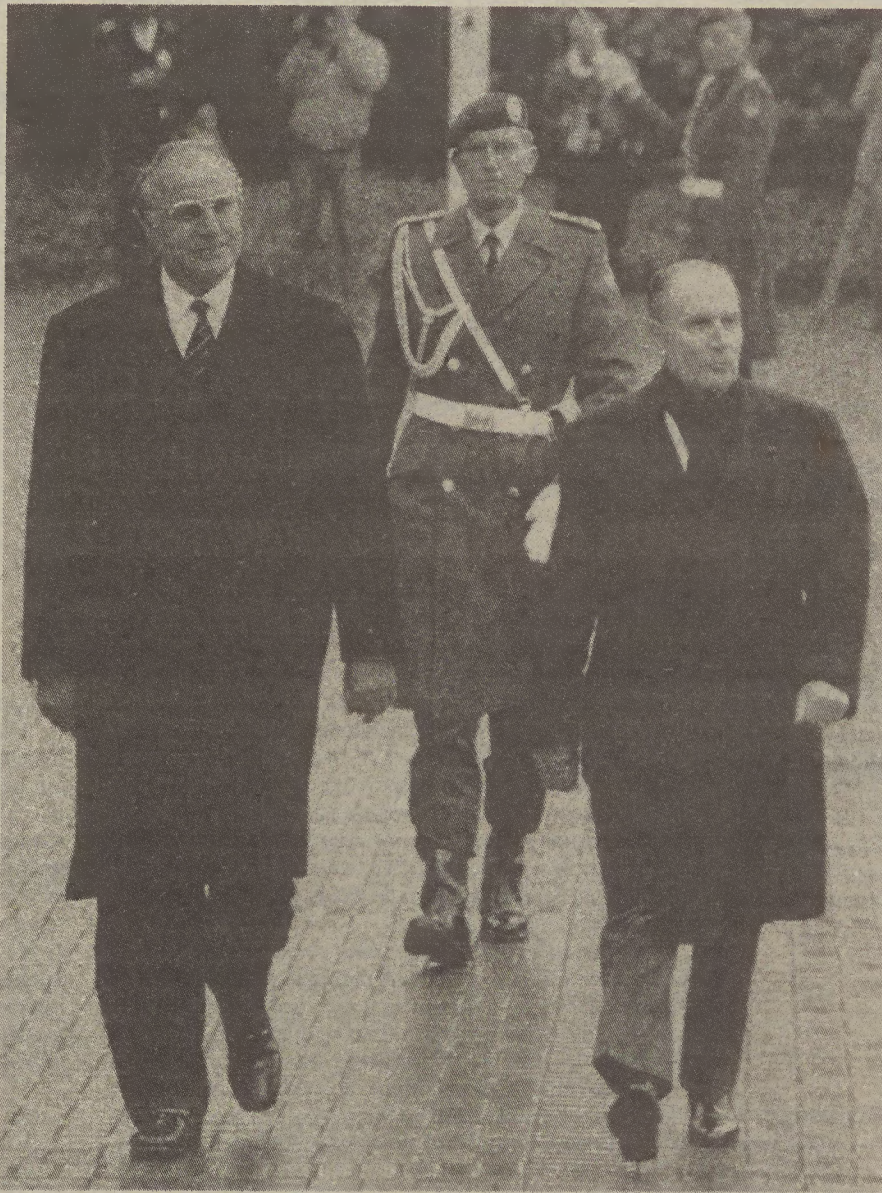
O discurso e a entrevista formam um todo indivisível não obstante algumas das pretensões alemãs serem formuladas com maior clareza na segunda. A entrevista é mais aberta, mais transparente no tocante à problemática não europeia.

Relativamente ao Conselho de Segurança, hoje instrumentalizado pelos EUA, o chanceler reconhece que questões muito complexas serão suscitadas por qualquer proposta tendente a alterar-lhe a composição. A Alemanha não tomará a iniciativa. Mas «se um debate sobre a actual composição for seriamente travado, então entraremos activamente nesse discurso» (in DN d'Alsace, 2.2.93). A bom entendedor...

Kohl respondeu, depois da sua intervenção, a perguntas formuladas em cascata, durante hora e meia. Apenas deixou transparecer impaciência quando levantaram a questão da língua alemã. Não foi feliz. Na entrevista havia afirmado com uma modéstia arrogante que «o objectivo não é o domínio da língua alemã», mas apenas um «tratamento igual ao dispensado ao francês e ao inglês». Invocou o empenho do Bundestag e não apreciou a pergunta de um deputado: **por que não o espanhol e o italiano ao lado do alemão?**

Na resposta escapou-lhe o óbvio: a dimensão do inglês, do francês e do espanhol como idiomas mundiais que transcendem as fronteiras da Europa. Preferiu falar da existência de 90 milhões de pessoas para as quais o alemão é o idioma materno. Aludiu também – o que suscitou algum espanto – à existência de dois milhões de alemães que querem voltar da Rússia, da Roménia e de outros países.

Que «alemães» são esses? Na realidade cidadãos russos, romenos (ou de outras nacionalidades) descendentes de emigrantes alemães que se fixaram naqueles países há mais de dois séculos...



O chanceler deixou entrever a sua aceitação de um conceito de nacionalidade perigoso (perilhado ainda pela actual Constituição alemã) que aviva a memória colectiva europeia de trágicos acontecimentos.

França-Alemanha

Helmut Kohl falou descontraidamente sobre a cooperação militar franco-alemã, estabelecendo a ponte entre aquilo a que chama o espírito de Maastricht e o corpo militar que, na sua opinião, anuncia o futuro.

Não terá sido muito claro, nem era possível. Mas recorreu com excessiva frequência à simbologia de Estrasburgo. Sentiu emoção pelo facto de aquela cidade tão marcada pela história dos dois países haver sido escolhida para sede do quartel-general do corpo franco-alemão. Soldados franceses e alemães vão agora servir nas mesmas unidades... Quem diria?

Adiantou, cautelosamente, que ninguém pode mais do que ele valorizar o papel da NATO. Mas... Helmut Kohl não pronunciou uma só palavra que pudesse arrastar a fina sensibilidade dos generais do Pentágono; contudo, nas entrelinhas estava aquilo que não quis dizer. A

Alemanha considera que, a médio prazo, devem ser os europeus a assegurar a segurança do Continente.

A França foi, obviamente, o primeiro interlocutor do chanceler. Kohl falava em território francês, na margem direita do Reno, um rio que desde a luta do romano César contra o germano Ariovisto foi cenário de incontáveis guerras.

Europeu e federalista convicto, o chanceler fez da defesa e apologia de Maastricht o refrão do seu discurso e o recheio do diálogo com deputados de todo o Continente.

Exagerou, porém, no paternalismo ao apresentar-se quase como o pai de Maastricht. Dele teria partido a iniciativa... coordenada com François Mitterrand. Está orgulhoso. O Tratado «ancora» a Alemanha na Europa. E a Europa é – nas suas palavras – «a questão decisiva para o nosso destino».

Faltou confessar que a Alemanha espera conseguir pela força da sua economia aquilo que não conseguiu pela força das armas em duas guerras devastadoras: a hegemonia sobre o Continente.

As regras do jogo estabelecem que tudo o que é do interesse dos Doze, mas nasce de uma iniciativa alemã, seja apresentado como dádiva generosa aos parceiros europeus. Assim aconteceu com a descida da taxa de juro do Bundesbank. A imprensa alemã logo sublinhou que sem essa medida a desvalorização do franco francês seria praticamente inevitável.

Optimismo

Logicamente, a apologia da unidade europeia perderia todo o poder de convicção se não fosse acompanhada de uma breve reflexão sobre a complexidade das relações entre os povos do Continente. E Kohl é um espírito preocupado com a lógica. Não evitou a descida a períodos perigosos da história. Apontou o nazismo como aberração, assumiu os crimes e mazelas da turbulenta história alemã no último século, manifestou esperanças de um novo e criativo relacionamento entre polacos e alemães e fez – inesperadamente – o entusiástico elogio do povo russo como depositário de uma grande cultura, um povo que encontrará em si as energias e as saídas para a grave crise que atravessa.

Embaraçosa foi a bordagem das questões relacionadas com os direitos das minorias na Alemanha e sobretudo com a problemática do racismo e as implicações da onda de violência irracional desencadeada pelos grupos neonazis.

Quem ouviu o chanceler a discorrer sobre a velha e sólida amizade germanoturca, poderia concluir que as relações entre os alemães e os compatriotas de Solimão, o Magnífico são quase cordiais nas pequenas cidades do interior da Alemanha...

Claro que condenou as agressões a imigrantes, claro que manifestou «repulsa por esses crimes monstruosos». Helmut Kohl

não nega a evidência: «Nós, alemães, fomos testemunhas nos últimos meses e nas últimas semanas de um aumento assustador de actos de violência cometidos por grupos de extrema-direita.»

O chanceler não faz, contudo, o menor esforço para descer às causas profundas dos fenómenos sociais que lamenta. É mais cómodo permanecer na superfície das coisas e informar que o Estado liberal alemão não permitirá que os imigrantes que tanto contribuíram para o desenvolvimento da RFA sejam «vítimas de agressões cegas».

Kohl cumpriu uma tarefa – e soube fazê-lo de maneira hábil – ao colocar o dedo na ferida reaberta pela vaga de racismo. Mas a variedade da temática tratada não oculta o óbvio: foi a Estrasburgo com um objectivo central específico. O seu discurso da hegemonia suave (quase apetejada por algumas das vítimas) foi também, globalmente, o discurso do optimismo. Sorriu quando o interrogaram sobre a crise. Agitou a mão, afastando a palavra com um sorriso. Para ele não há crise, nem sequer recessão. Os problemas sociais e económicos dos novos Lander (a ex-RDA) serão resolvidos. «Será muito mais difícil – fez essa concessão – concretizar a reunificação da nossa pátria nos espíritos e corações dos nossos concidadãos» (DN d'Alsace).

Ambição

Helmut Kohl, em Estrasburgo, evitou deliberadamente olhar para o mundo e vê-lo como ele é. A atitude faz parte da estratégia de poder alemã. Falou como se a Europa estivesse no limiar de uma era de bem-estar e felicidade.

A violência, o desemprego, a droga, a xenofobia, a miséria não lhe aparecem como ameaças à estabilidade social e política. A exploração do homem não encontra espaço no seu discurso. Na única referência feita ao Terceiro Mundo, respondeu a um deputado que é preciso saber «o que eles fazem do dinheiro que lhes damos».

Há menos de um ano estive em Praga na Ponte Carlos. Ficou comovido: «havia jovens russos e jovens ucranianos, holandeses, alemães, e muitos outros»...

Sentiu-se reconfortado. Identificou nessa gente moça um entusiasmo de uma juventude avançada e serena, sadia, representativa da grande maioria da nova geração europeia, prólogo da Europa federal de amanhã...

Perguntei-me, ao escutá-lo, se Kohl acreditará no paraíso federal europeu cujos contornos idílicos esboçou. Não creio. No seu discurso, a coluna vertebral foi um enunciado de ambições inseparáveis de uma nova estratégia de poder. A Alemanha pretende ocupar no mundo um lugar muito diferente do actual.

A História não se repete. Mas ao ouvir em Estrasburgo o chanceler da Alemanha reunificada, o meu sentimento não foi de optimismo. Não me incutiu confiança no futuro imediato. As suas palavras fizeram subir em mim um mal-estar difuso, uma inquietação indefinível. Fui dos pouquíssimos deputados que não aplaudiram Helmut Kohl.

O rock neonazi e a violência racial

Os órgãos de comunicação social portugueses noticiaram com relevo e comentaram as manifestações de repúdio pela xenofobia e violência racial que levaram às ruas das cidades alemãs milhões de pessoas na semana que precedeu a passagem do 60.º aniversário da ascensão de Hitler ao poder. Enviados especiais da televisão, da rádio e da imprensa escrita acompanharam as marchas das cadeias humanas que à luz de velas entoaram as duas palavras que traduzem a repulsa da grande maioria do povo alemão pelo fascismo: *Nie Wieder!* (Nunca mais!).

Em contrapartida, tem sido muito pobre a informação dos nossos media a respeito da estrutura e actividades das organizações neona-

zis alemãs responsáveis pela onda de crimes raciais.

Alguns psicólogos e sociólogos portugueses, convidados a pronunciar-se sobre o surto de racismo que alastra pela Europa e já atingiu Portugal, subalternizaram de modo geral a componente ideológica, retirando-lhe significado.

Na Alemanha, a polícia tem opinião diferente. As autoridades do Estado de Renania-Westefalia chegaram à conclusão de que no país existem hoje dezenas de grupos de rock dirigidos por skinheads e que fazem da apologia da brutalidade e do racismo a razão de ser das suas «actividades artísticas».

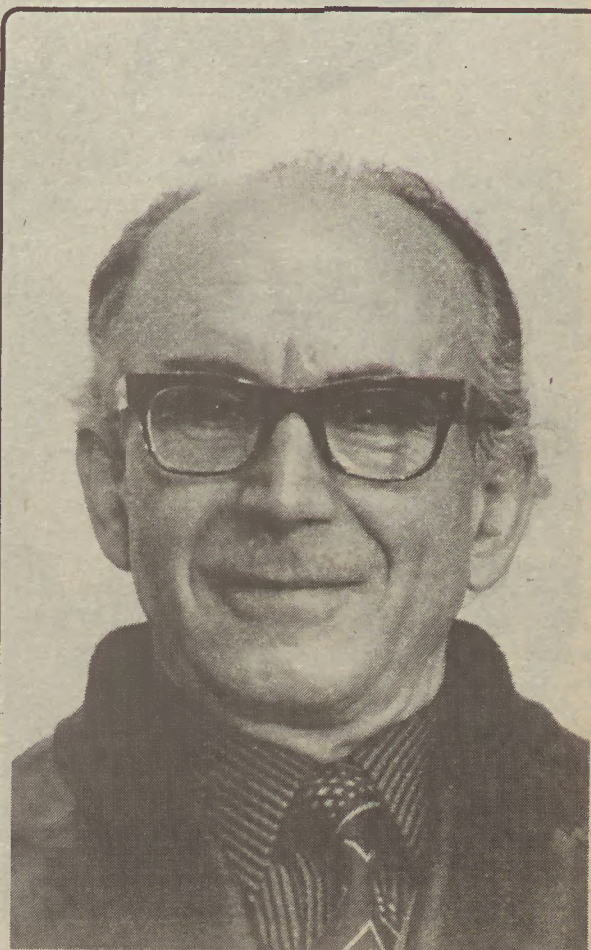
Para o despertar da consciência profissional das polícias de vários Estados da RFA foi muito importante o tenaz combate travado por um deputado democrata-cristão, Roland Sauer, cujas denúncias suscitaram um movimento de repulsa nacional por grupos de rock que, a coberto de um suposto amor pela música, desenvolviam organizadamente actividades criminosas neonazis. Bauer leu no Parlamento versos como este de uma «balada» famosa entre os skinheads: «Se tens no teu jardim um grande carvalho quero ver nele um turco enforcado!»

Uma respeitável casa editora, localizada na pequena cidade de Bruhl, distribuía por toda a Alemanha discos neonazis.

Os 40 grupos que erigem o rock neonazi em religião da violência escolheram nomes reveladores do peso da componente ideológica, inspirados em velhos slogans do Partido Nacional Socialista (como «Vitória Final» e «Sangue Unido»). Os cânticos da *Hitler Jugend* – a Juventude Hitlerista – exortavam, aliás, ao enforcamento e massacre dos representantes de «povos inferiores».

Os skinheads alemães, à falta de judeus, escolheram os turcos como inimigos principais.

■ MUR

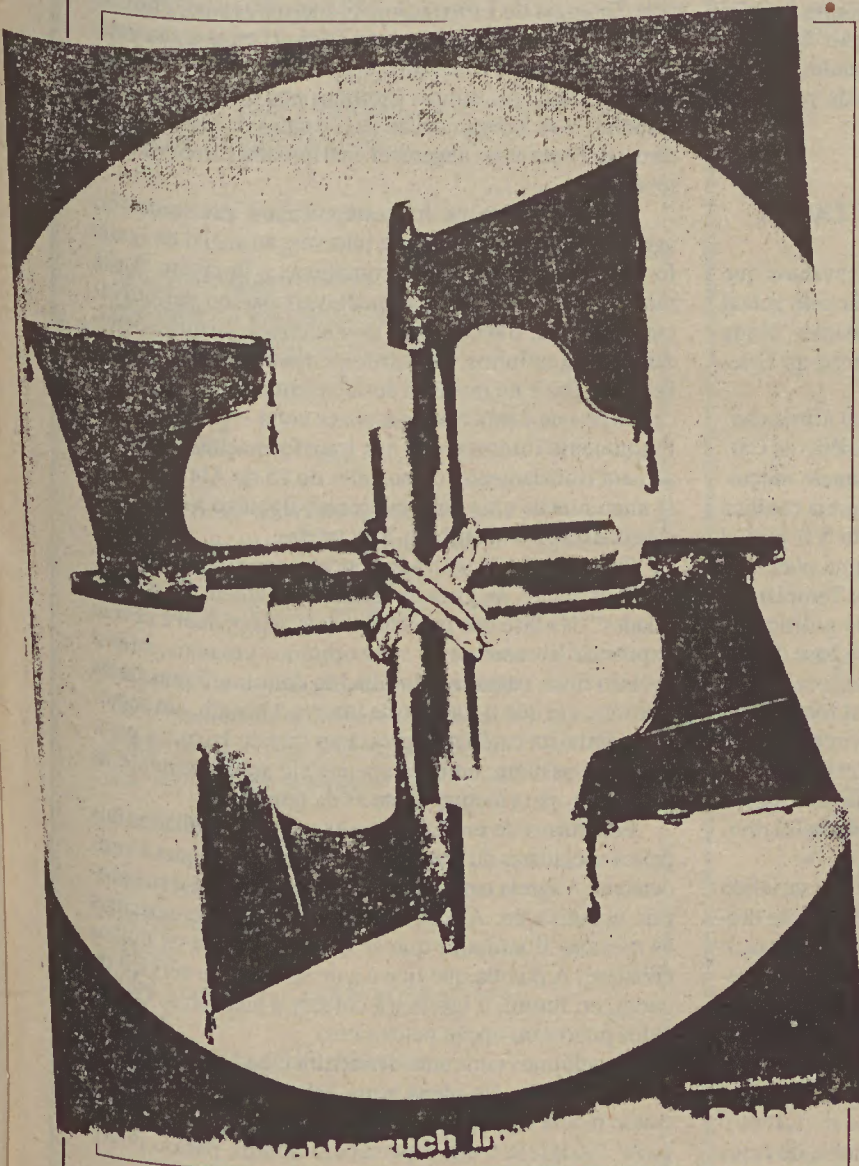


FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado por Fernando Correia
Colecção «Resistência»



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.





As afinidades sociais

■ Jorge André

Quase quatro anos após a jornada triunfal de Santiago de Compostela, é bom que, desapaixonadamente, consideremos a actual situação da igreja católica no mundo. Recorde-se que foi naquele santuário galego que João Paulo II jogou a cartada decisiva do seu pontificado e renovou, à sua maneira, o famoso grito do Ipiranga — “Liberdade ou morte!”. Todas as baterias do Vaticano estavam assestadas sobre os regimes de Leste. Em Compostela foi dado o sinal que desencadeou a grande cruzada da Reconquista moderna.

Meses passados, em Fevereiro de 1990, os objectivos principais do ambicioso projecto do cardeal Wojtyla tinham sido alcançados. O Leste europeu entrara em convulsão e por toda a parte soçobravam governos e esboravam-se partidos. As grandes confissões religiosas, sobretudo a católica, ocupavam os postos de comando das novas forças políticas no poder. Sentia-se estar por pouco o regresso aos tempos áureos em que o papa dispunha dos tronos e das nações. “Foi Deus quem triunfou no Leste da Europa!” — não se pôde impedir de exclaimar João Paulo II, exultante e comovido, perante uma imensa multidão apinhada na Praça de S. Pedro, em Roma.

Esses dias passaram. A caminhada triunfal da igreja católica não se confirmou.

As afinidades sociais

Na história das relações da igreja com o mundo, destaca-se uma constante verdadeiramente notável. Quando as sociedades civis se estabilizam, as hierarquias religiosas aliam-se com os grupos no poder; logo que essas sociedades entram em crise, as estruturas eclesiais superiores funcionam como motores da recuperação do sistema. É a isto que, à falta de melhor critério, chamaremos “afinidades sociais”.

Trata-se de uma orientação permanente, nascida na noite dos tempos e nos primórdios políticos da Europa. É prática que tem granjeado à igreja ocidental estabilidade no poder secular, capacidade de superação nas suas crises e uma invejável prosperidade material. É a face brilhante do governo pontifício.

Mas nem tudo são rosas, naturalmente. O exercício permanente das “afinidades sociais” mergulha as comunidades católicas em frequentes sobressaltos e numa visível ansiedade, sempre latente. Tal como declarou, há poucos dias, um sacerdote ouvido pela RTP, “a Igreja acumulou enormes tesouros espirituais. Mas, quando sente o cheiro do dinheiro, logo se precipita nas mais terríveis crises...”.

Seja por estas ou por outras razões, certo é que a humanidade não caminha no sentido dos cálculos optimistas do Vaticano.

Desde a efeméride de Santiago de Compostela, ortodoxos e muçulmanos mantiveram e alargaram as suas esferas de influência. As inúmeras viagens de João Paulo II poucos efeitos palpáveis produziram. Na prática, nenhuma aproximação se produziu entre o Vaticano e as outras igrejas, no sentido da unidade religiosa. Os ortodoxos continuam impenetráveis. Não houve cisma na Igreja Anglicana, como previa a Santa Sé. A fé muçulmana avança na Europa. As “revoluções de veludo” que

a igreja apadrinhou deram lugar a crises económicas, à pobreza, ao desemprego e ao sofrimento geral.

As guerras nacionalistas de base religiosa produziram centenas de milhares de mortos, milhões de refugiados e uma devastação só comparável às ruínas deixadas pela II Guerra Mundial. Por razões políticas, o Vaticano alterou os seus próprios critérios e passou a justificar certas formas de agressão. Mas nada alterou a consciência mundial de que se alargou o fosso entre ricos e pobres, entre fortes e fracos. A África ameaça tornar-se num só deserto. A miséria cresce no interior dos países industrializados. Nas sociedades de mercado, os ideais generosos do socialismo cederam lugar aos mecanismos de um materialismo egoísta e brutal.

Mesmo na vida interna da igreja, tudo indica que poucas coisas irão bem.

Mulheres e leigos continuam marginalizados pela hierarquia. Faltam padres e seminaristas, numa igreja que teima em manter uma estrutura central eclesial. Foi reduzido ao mínimo o processo de descentralização iniciado pelo Vaticano II. Raramente já se fala na “opção preferencial pelos pobres” ou na “alienação dos bens supérfluos da igreja”. As directivas dos grandes grupos financeiros que gerem a Santa Sé pesam, cada vez mais, nas grandes opções do mundo católico.

As minorias católicas organizadas

Que mito envolverá João Paulo II? Pensamos que nenhum. Com efeito, a política desenvolvida pelo actual Papa repete fórmulas largamente experimentadas. “Nada há de novo debaixo do sol”, escreveu Salomão no Eclesiastes.

Dois exemplos serão suficientes para esta afirmação.

No século IX, o desmembramento do Império de Carlos Magno, as incursões normandas e o bloqueio muçulmano a oriente, pulverizavam a Europa. A igreja católica corria riscos de destruição. Então, Gregório VII juntou recursos militares e financeiros e fundou uma poderosa organização militar e religiosa, a Ordem dos Templários. Os Templários transformaram o panorama político da Europa de então. Encontramo-los, sempre, na base da formação das actuais nacionalidades. Dedicaram-se à conquista, ao povoamento e ao comércio. De tal forma enriqueceram, que se transformaram nos banqueiros do papa. Constituíram, então, um contrapoder intoléravel para a própria igreja. Menos de 200 anos após a sua fundação, a Ordem foi extinta por Clemente V. O seu tesouro foi dividido entre o papado e o poder secular.

Dois séculos mais tarde, o mundo católico foi sacudido pelo terramoto da Reforma e, simultaneamente, pelo desvendar de um enorme número de segredos da natureza, o que punha em causa os ensinamentos tradicionais da igreja. O Vaticano, então, fez avançar uma nova unidade, religiosa e militarizada, a Companhia de Jesus. A partir de 1540, os jesuítas foram companheiros inseparáveis dos marinheiros, soldados, comerciantes, investigadores e professores que levaram a cabo a penetração do terceiro mundo, o comércio e a conquista. A Companhia de Jesus reuniu poderes e riquezas incalculáveis, tornou-se um estado dentro dos estados e acabou por ser expulsa, no século

XVIII, de Portugal, França e Itália. Extinta, em 1773, pelo papa Clemente XIV, a Companhia viria a ser reintegrada em 1814, por outro papa, Pio XII, mudança de atitude que demonstra, entre outras coisas, a falibilidade das decisões tomadas pelos ocupantes da cátedra de S. Pedro.

Nos tempos actuais, João II procedeu da mesma maneira, embora com mudanças qualitativas de métodos.

Assim, o papa escolheu uma formação de vanguarda da igreja, cobriu-a de privilégios e chamou-a ao seu comando pessoal. A “Opus Dei” — tentacular, semilaica, semieclesialística, semiaberta, semiclandestina, fanática, obediente, capitalista, de direita — soube corresponder às esperanças que João Paulo II nela depositou. É um dos notáveis pólos do liberalismo económico. Em contrapartida, o papa tem-na cumulado de honrarias que incluem a sua ascensão a única prelatura pessoal, a beatificação do seu fundador e a atribuição a membros da OD de todos os cargos importantes da Secretaria de Estado do Vaticano.

Deste modo, um certo tipo de igreja pôde sarar as feridas produzidas pelo Vaticano II e em seguida agravadas pela Teologia da Libertação. Ao mesmo tempo, criou-se o ambiente que permitiu a João Paulo II tecer à sua volta uma aura de santo e de profeta.

Tal como nós, muitos católicos não têm ilusões a tal respeito. Mas a organização das cúpulas da igreja católica deverá continuar a merecer-nos um olhar atento e interessado.

Olhando as lições do Leste europeu, podemos ver, agora, como os esquemas de intervenção social da igreja foram aí simultaneamente complexos e flexíveis. A era monolítica dos templários medievais passou definitivamente. Agora, franciscanos, dominicanos, jesuítas, beneditinos, agostinhos, bernardos e tantos outros, já não ficam na paz e no mistério dos conventos. Nem sequer os católicos que conhecemos à nossa volta — sincera e profundamente interessados nas transformações sociais — actuam isoladamente, como antes do 25 de Abril. A igreja muniu-os de uma doutrina social, ligou-os a estruturas especializadas e distribuiu-lhes tarefas.

Os católicos organizados podem agrupar-se segundo tendências que, na gíria da igreja, se chamam “espiritualidades”. Na fase que precede as decisões podem e devem expressar livremente as suas opiniões pessoais. Mas a decisão final, passada pelo filtro da doutrina, é tomada na estrutura em que o católico se integra. Quando, em seguida, o activista católico regressa ao mundo laico, as posições que assume, embora apenas ele aparentemente as subscreva, são efectivamente as da igreja.

Esta forma de proceder deu excelentes resultados nos países socialistas do Leste. E, à partida, nem sequer é condenável. A igreja tem todo o direito de escolher a sua própria organização. Aos católicos devem ser reconhecidas as mesmas liberdades que se defendem para os outros cidadãos. A dúvida que fica é a de se saber ao serviço de quem, no futuro, a igreja irá colocar a sua força. Opção pelos pobres ou opção pelos ricos?

Concluímos com uma derradeira citação televisiva.

No Rossio, em plena tarde lisboeta, uma mulher da classe média respondeu, assim, ao repórter que a interrogava: “A igreja é um espectáculo bonito, para o povo, para a sociedade. Mas nela não se procura o amor!...”

Matéria em que os católicos devem reflectir.

Gazetilha

Centro sofre!

Fez-se o Centro, fez-se o Centro
fez-se o Centro de Belém
pra meter o quê lá dentro
é que não sabe ninguém.

A Fundação afundada
morre na onda do fel.
Lá, no sítio do pastel,
mas que grande pastelada!

Peneda é de gritos

O Peneda
pôs o apito
na boca ansiosa
do Brito
um homem
de gabarito
já suspeito
de delito
já processado
e aflito
o Peneda
deu-lhe o apito
sabe-se lá
com que fito
depois
como estava escrito
foi o bom
e o bonito...

Ó Peneda
de granito
és ministro
ou periquito?

Golfam golfes

Oitenta campos oitenta
campos de golfe já estão
para breve instalação
no Alentejo onde a tormenta
cruza, sem água e sem pão,
lonjuras da terra inquieta.

Pois o golfe é a solução...

Este verso quer rir. A raiva é tanta
que morre a gargalhada na garganta
e um vômito de nojo se projecta.

Setúbal

Esplêndidas choveram as promessas
atearam-se as chamas da euforia.
Setúbal claramente se dizia
iria ter gordíssimas remessas.

Esperavam no museu as muitas peças
da crise. Era a fartura em ventania.
Para os votos comprar, tudo valia.
Lá vão, cheias de fumos, as
travessas...

Mas das tocas saíram as serpentes
os gumes, os punnhais, os frios
dentes
uma insónia que as noites desespera.

Mas à luta já está habituado
povo trabalhador da beira-Sado.
Na forja uma resposta se tempera.

■ IGNOTUS SUM

PONTOS CARDEAIS

Histórias de bigodes...

Bem sabemos que a História
é muitas vezes feita de
pequenos nadas cuja
importância só muito mais
tarde se vem a revelar. Mas
nem por isso o comum dos
mortais deixa de saber ou
de irresistivelmente sentir
que a História se abre em
novas épocas atravessando
grandiosos e por vezes
dolorosos e trágicos
acontecimentos.

Diminuí-los é, pelo menos,
manifestação de ignorância.
Quando não de grande má-
fé, de tentativa de esconder
os significados dos
acontecimentos, de deitar
poeira para os olhos dos
desprevenidos.

Isto a propósito de uma peça
televisiva, no «24 horas» do
Canal 1, passada a
«comemorar» em 2 minutos
e dois segundos (!) nada
menos que a batalha de
Estalinegrado. Enquanto no
ecrã passavam imagens
constituídas por montagem
de actualidades da época e
imagens do próprio dia em
Volgogrado (ex-
Estalinegrado), dizia o
expressivo texto:

«Há 50 anos, em plena
Guerra Mundial, aconteceu
uma espécie de finalíssima
entre dois ditadores. A
batalha de Estalinegrado era
decisiva. Durante 200 dias,
Hitler e Estaline

guerreararam-se
empenhadamente. Qualquer
deles queria dar um
“bigode” ao adversário»...

... de casmurrices...

Temos assim que em
Estalinegrado não se
jogavam os destinos da
Europa e do Mundo, não se
decidiam ali nem a
liberdade nem o futuro.
Tratava-se de um jogo entre
ditadores...

Depois de algumas
considerações estratégicas
sobre «os rigores do Inverno
russo», o texto continua:
«Os alemães começaram a
perder a guerra com o
desastre de Estalinegrado.
Um desastre, aliás,
preparado antes da primeira
tentativa, a ofensiva de 41: é
que Hitler e o seu Estado
Maior nunca se entenderam
quanto aos objectivos da
visita militar à Rússia. Os
generais queriam cortar a
eito para Moscovo. Mas o
Führer, casmurro,
sanguíneo, declarou que
preferia tomar posse da
Ucrânia e de Leninegrado.
(...)»

Os altos comandos tinham
os olhos postos em
Estalinegrado, mas Hitler
teimava que queria primeiro
o Cáucaso. Só que, desta
vez, a sorte não lhe fez a
vontade»...

Temos, portanto, que a
história desta batalha é
apenas uma anedota. De
casmurrices.

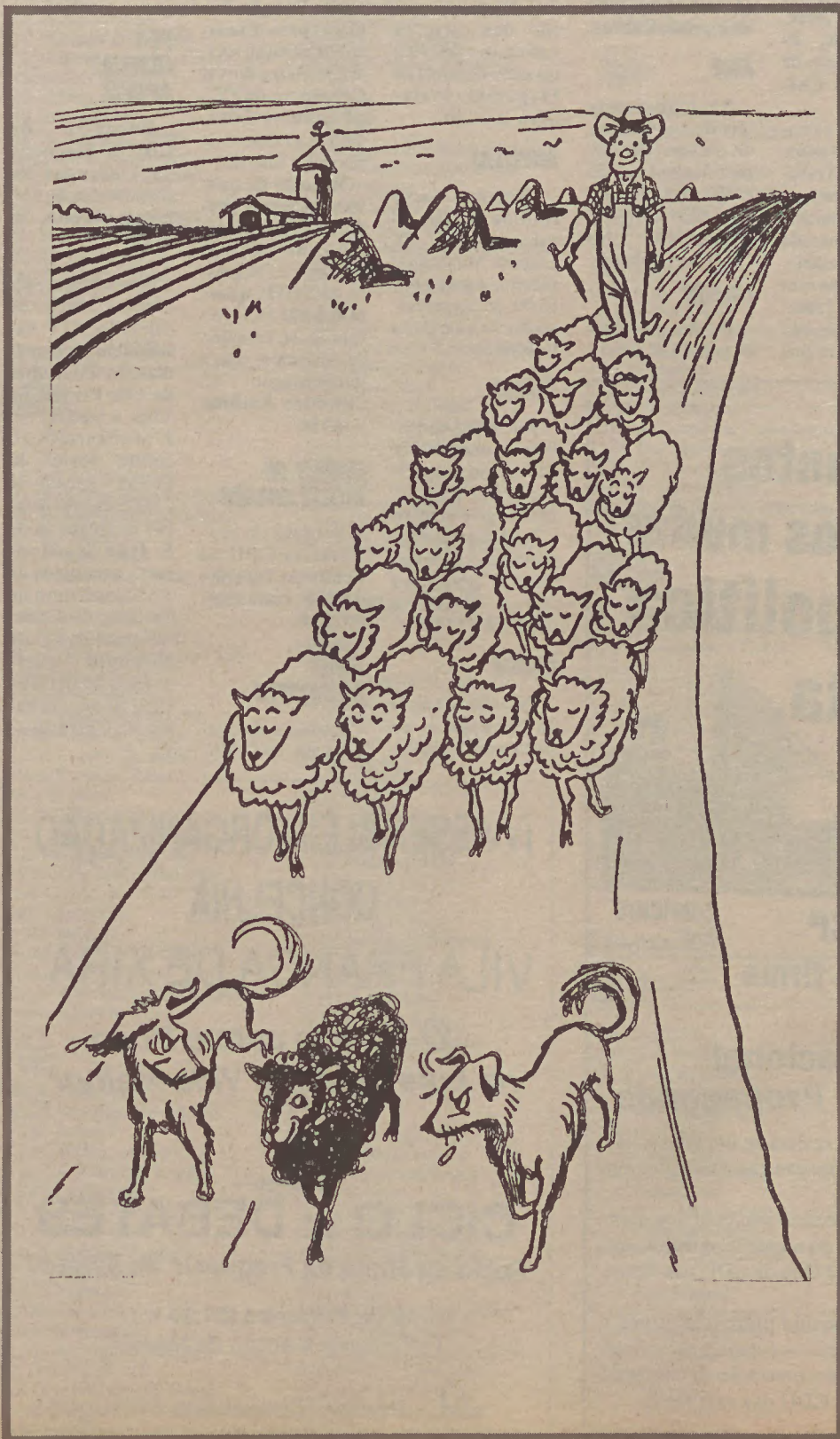
E se o Führer não fosse
sanguíneo? E se a «sorte»
lhe tivesse feito a vontade?
Se calhar, a televisão teria
sido mais feliz...

... e de bola!

Depois, o texto afunda-se na
contabilidade dos mortos em
combate. Para sublinhar a
loucura nazi e o heroísmo
soviético? Nada disso.
Apenas para dizer que
ninguém está de acordo,
entre os milhares e os
milhões. Mas hoje tudo isso
já passou...

«Por outro lado», segue o
texto off, «os novos líderes,
Kohl e Ieltsin, trocaram hoje
algumas amenidades.
Basicamente disseram que
não são pessoas para
guardar rancores e que, para
os respectivos povos, o que
passou, passou. Onde se
conclui, portanto, que o
neonazismo é um simples
fenómeno de paixão
futebolística»...

Depois de ter ouvido o
texto, o telespectador fica
sem palavras. Pelo menos
palavras publicáveis. Terá
sido por isso que a locutora-
pivot, nada mais encontrou
para comentar do que:
«Estórias da História, a
marcar o dia...»?



frases da Semana

“A Europa dos Doze não
conseguiu evitar 40 milhõ-
es de pobres..”

☞ (D. Teodoro Faria,
bispo do Funchal - «Se-
manário», 6.02.93)

“Da “democracia de suces-
so” (o nome é mais pompo-
so do que o objectivo),
penso aproximadamente o
mesmo que da ganância de
consumo: contra a cifra e o
paladar, acima da lucidez,
pois o homem conta muito
como produto ou é desvalo-
rizado nas montras do real.
Aqui as técnicas de venda e
os meios de comunicação
jogam às cegas o futuro dos
jovens. Ambos tomam o
“êxito” como um ídolo.”

☞ (D. Augusto Ferreira
da Silva, bispo de
Portalegre/Castelo Branco -
idem)

“A chamada democracia
de sucesso é uma democra-
cia de sucesso estatística.
(...) Os números aumentam
cada vez mais, mas perman-
ecem apenas nas mãos de
uns poucos, enquanto na
cauda da procissão se
arrasta uma multidão,
onde os benefícios não che-
garam.”

☞ (D. Manuel Martins,
bispo de Setúbal - idem)

“Não me choca em nada a
privatização do Banco
Pinto & Sotto Mayor atra-
vés de um concurso inter-
nacional.”

☞ (Cavaco Silva -
«Semanário Económico»,
5.02.93)

“Muitas vezes, as deficien-
tes condições atmosféricas
provocam atrasos na che-
gada dos aviões. Quando
chego ao Parlamento
(Europeu), já a sessão
encerrou e eu não tive
oportunidade de assinar a
folha de presenças.”

☞ (Torres Couto - «O
Diabo», 9.02.93)

“Num país desenvolvido e
pragmático, ou Monteiro
de Lemos ou José Eduardo
Moniz, um deles, qualquer
deles, veria um saco de
droga ser-lhe sub-repticia-
mente enfiado na bagagei-
ra do carro ou passava-lhe
por cima um autocarro de
dois andares. Neste país,
mais de hábitos pobres que
de costumes brandos, a
solução seria sempre mais
trapalhona e menos violenta.”

☞ (Nuno Brederode dos
Santos - «Duelo à sombra»,
«Expresso-Revista»,
6.02.93)

“Não é com contratos de
oito meses e cláusulas neo-
esclavagistas que saímos da
nossa condição de terceiro-
mundismo musical.”

☞ (Alexandre Delgado,
«Crítica de Música»
«Público», 9.02.93)

“Metade da população
vive chateada, como viveu
Mário Henrique Leiria, e a
outra metade vive a chatear,
como pretende viver o
arquitecto Taveira. Uma
chaticice.”

☞ (Arnaldo Saraiva,
«Crónica» - «Diário de
Notícias», 9.02.93)

Agenda



ÁLVARO CUNHAL na Marinha Grande e no Bombarral

• BOMBARRAL

Sessão pública
no Auditório Municipal
Sexta-feira às 18.30

• MARINHA GRANDE

Sessão pública
no Salão Império Marinhense
Sexta-feira às 21.30

ALCABIDECHE

Plenário de militantes de Malveira e Murches, para discussão dos problemas locais e do trabalho autárquico, com a participação de Francisco Ferrer, Victor Hugo e Manuel Figueiredo: na Cooperativa COMARCAR, sábado a partir das 15.00.

ALMADA

Encontro concehio da CDU: na SFUAP, sábado, a partir das 15.00.

BRAGA

Reunião de militantes da Organização Regional de Braga, com a participação do camarada Carlos Carvalhas, que intervirá na sessão pública de encerramento, cerca das 18.00.

Sábado, no Estúdio Galécia, com início às 15.00.

Reunião de militantes do PCP e outros activistas da CDU sobre a preparação das eleições autárquicas: sexta-feira, a partir das 21.30, no Centro de Trabalho de Braga.

CASCAIS

Reunião de militantes da Alcatel, sobre a situação social e o Congresso da CGTP: hoje, quinta-feira, às 17.30, no Centro de Trabalho de Cascais.

Reunião de camaradas reformados: no Centro de Trabalho de Tires, hoje às 15.00, com a participação do camarada Romeu do Rosário.

Debate-convívio no Centro de Trabalho de Cascais, sábado a partir das

16.00, com a participação do camarada Romeu do Rosário. Tema em debate: «O reforço do Partido e as eleições autárquicas».

ÉVORA

Encontro concehio da CDU. Tema: «O concelho de Évora hoje e as eleições autárquicas de 1993». Sábado, no salão nobre do Teatro Garcia de Resende, com a participação do camarada Raimundo Cabral.

FAFE

Reunião concehio de comunistas, de eleitos e de outros activistas da CDU, para preparação das eleições autárquicas. No Centro de Trabalho.

LOURES

Debate promovido pela CDU sobre a

Carlos Carvalhas em Braga e em Viana do Castelo

BRAGA

Reunião de militantes da DOR Braga
* A situação política e social no distrito
* O trabalho do Partido em 1993
* As eleições autárquicas
A partir das 15h
no Estúdio Galécia.

Às 18h, em sessão pública,
intervenção final de Carlos Carvalhas.

VIANA DO CASTELO

Encontro de quadros da DORVIC
Às 21h, no CT de Viana do Castelo

No final, convívio com a participação
de Carlos Carvalhas

Expo 98, com a participação de Demétrio Alves, presidente da CM de Loures, Arménio de Figueiredo, do CN de Os Verdes e Florival Lança, da CE da CGTP-IN: sexta-feira às 21.30 no salão dos Bombeiros Voluntários de Sacavem.

Reunião da CDU de Santo Antão do Tojal, para discussão das eleições autárquicas de 1993: no salão da Junta de Freguesia, sexta-feira às 21.30.

MONTIJO

Encontro concehio da CDU: no salão nobre da Câmara Municipal, sábado, a partir das 15.00, com a participação do camarada Luís Sá.

OEIRAS

Encontro concehio de quadros da CDU, com a participação dos camaradas Jorge Cordeiro e José Casanova: no Palácio Ribamar (Sala de Teatro), em Algés, sábado a partir das 15.00.

LISBOA

Reunião da célula da Docapesca: no Centro de Trabalho

de Algés, sábado às 15.30.

Reunião de quadros do Sector Oriental de Empresas, sobre a situação política e o Congresso da CGTP: segunda-feira às 18.30, no Centro de Trabalho de Marvila, com a participação da camarada Rosa Rabiais.

Plenário do Sector da Função Pública, para discussão da situação social e política e do VII Congresso da CGTP: quarta-feira, dia 17, no Centro de Trabalho Vitória.

Reunião de quadros do Sector Ocidental de Empresas, sobre a situação política e o Congresso da CGTP: quarta-feira às 18.15, no Centro de Trabalho de Alcântara, com a participação do camarada António Andrés.

SOBRAL DE MONTE AGRADO

Reunião de activistas da CDU no Centro de Trabalho do PCP: sexta-feira às 21.30.

VIANA DO CASTELO

Reunião de quadros da DORVIC

com a participação do camarada Carlos Carvalhas, para discussão da situação política e das próximas eleições autárquicas: sábado a partir das 21.00 no Centro de Trabalho. No final da reunião a DORVIC promove, no mesmo local, um convívio aberto a todos os militantes.

VILA FRANCA DE XIRA

Encontro da CDU da Freguesia de Vialonga: Na Columbófila de Vialonga, sábado, às 15.00.

Assembleias para debate e eleição de delegados à IV Assembleia da Organização Concelhia de Vila Franca de Xira, a realizar em 27 de Fevereiro: a célula local de Povos - sábado às 21.30; da organização de freguesia de S. João dos Montes - domingos às 10.30 no Centro de Trabalho de A-dos-Loucos; da célula da Tudor - quarta-feira, às 18.00 no Centro de Trabalho da Castanheira.



LISBOA

A situação na ex-URSS:
debate-convívio
promovido pelo Colectivo para a
Solidariedade com os Povos da JCP.
com a participação de
Domingos Abrantes:
ne sede da JCP, Rua Sousa
Martins, n.º 8,
sexta-feira, dia 12, às 21.00.

PINHAL NOVO

Café-concerto: Sábado, dia 13

ÉVORA

Reunião distrital da JCP:
sábado, dia 13, às 10.30, no CT do PCP

SANTA IRIA DE AZÓIA

Reunião do colectivo:
sábado, dia 13, às 15.00, no CT do PCP

BARREIRO

Plenário para discussão
dos documentos do Congresso:
sábado, dia 13, às 15.00 no CT do PCP

PAREDE

Jantar-convívio
com a participação de
Salvador Arvelos/JCP
Vitor Silva/vereador CDU
Romeu do Rosário/PCP:
sábado, às 19.30, no CT da Parede

Romagem à campa de Dinis Miranda

No próximo domingo, dia 1, a Comissão Concelhia de Évora do PCP promove uma romagem à campa de Dinis Miranda assinalando o 3º aniversário da sua morte.

A Comissão Concelhia apela aos militantes para que participem nesta homenagem, concentrando-se às 11 h no Cemitério dos Remédios.

Debate

Sacavém e a EXPO 98

com a participação de
Demétrio Alves
Arménio de Figueiredo
Florival Lança

SOLIDARIEDADE COM CUBA

Jantar-convívio
promovido pela Associação de Amizade
Portugal-Cuba

Com a presença do Embaixador de Cuba
e a participação de
Maria do Céu Guerra e Celeste Amorim

Sexta-feira, às 20h, na Casa do Alentejo
(marcações pelo tel. 657305)

ALTO! juntos
podemos mudar
esta política
injusta.

Pagar mal.
Impor a diminuição dos
salários reais.
Despedir.
Acabar com regalias sociais.
Limitar direitos.
Agravar as condições de
vida.
Eles querem arrasar tudo.
É a degradação do poder de
compra e do nível de vida.
A partir dos postos de
trabalho e a insegurança
social.
Mas também golpes
profundos nos interesses
dos estados com graves
alterações nos serviços de
saúde, na segurança social,
no ensino público.
A subserviência a todos.
O Governo, o PSD
e o patronato jogam forte.
É necessário fazer-lhes frente
e travá-los.
Agora é antes que tudo
fique pior.
Não vamos condenados a
sufrir uma política injusta.
Vamos juntar os nossos
descontentamentos,
unir os nossos protestos.
A LUTA É O CAMINHO.



Com o PCP
oposição firme

COMÍCIOS

comemoração
do 7º Aniversário
do Partido Comunista Português
LISBOA
5 de Março, 21.30 horas
Teatro dos Desportos
Praça de

Jornada Nacional de Informação e Propaganda

No próximo fim-de-semana realiza-se em todo o País uma Jornada de Informação, Propaganda e contactos com as populações.

Estará em distribuição um folheto nacional que aborda os grandes problemas sociais do momento e inclui também uma importante referência à obra da CDU nas Autarquias.

Muitas organizações do Partido preparam também para esta jornada materiais próprios - comunicados, boletins, etc. - sobre problemas locais, prestação de contas do trabalho de eleitos e notícias da CDU das suas terras.

IV ASSEMBLEIA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA VILA FRANCA DE XIRA

"O Partido com o Povo
na Luta por uma Vida Melhor"



CICLO DE DEBATES

Salão da Junta de Freguesia de Alverca

18 de Fevereiro (21.30 h.)
O Partido e a Acção de Massas



Partido Comunista Português

À venda

Colecção
PROBLEMAS
DO MUNDO
CONTEMPORÂNEO

EX-URSS

edições
Avante!

GÉRARD STREIFF

EX-URSS

UM NOVO
TERCEIRO MUNDO

PROBLEMAS DO MUNDO
CONTEMPORÂNEO

Gérard Streiff estava em Moscovo na altura dos trágicos acontecimentos do Verão de 1991, na qualidade de enviado especial do jornal do Partido Comunista Francês, *L'Humanité*. Foi correspondente deste jornal na URSS entre 1982 e 1986 e é autor do livro *La Dynamique Gorbatchev* (1986).

Trata-se, portanto, de uma testemunha particularmente atenta e informada que nos comunica aqui as suas reflexões, ainda «a quente», naturalmente discutíveis, sobre acontecimentos de profundas repercussões para o mundo inteiro.

Quais os obstáculos que se colocaram à *perestroika*? Será fatal passar de um «socialismo burocrático» a um «capitalismo selvagem»? O evoluir da situação, em profunda e diária mutação, poderá já ter desactualizado o texto em aspectos de pormenor. Nem por isso o livro de Gérard Streiff deixa de dar úteis pistas para a reflexão necessária sobre o sentido do que se passou e está a passar na ex-URSS.

Quinta, 11



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Os Reis do Rio
11.30 Notas para Si
12.00 Culinária
12.15 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 BD, a 9ª Arte
14.30 Ponto por Ponto
15.25 Bomba e a Cidade Oculta
(ver «Filmes na TV»)
16.50 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra Sobre Pedra
21.50 Simpsons
22.20 Grande Noite
23.15 Sexualidades
00.05 Fogo de Gabriel
01.00 24 Horas
01.45 Remate



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.45 «Rose Against the Odds»
12.35 A Última Fronteira
13.00 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.25 TV2 Informação
15.30 Euroritmias
16.20 Os Árabes
17.15 Chá das 5
18.15 Carrusel
18.50 TV2 Informação
18.55 Acção em Miami
19.50 Bailado - «Fonteyn e Nureyev»
21.45 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 Prémios Bordalo



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Conta Corrente
22.30 Repórter da Meia-Noite
23.20 Passo a Passo
23.55 Último Jornal
00.05 Jornal Louco
00.10 MTV

Sexta, 12



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Os Viajantes no Tempo
11.30 Agora é que São Elas
11.50 Culinária
12.15 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Faces da Cultura
14.25 Ponto por Ponto
15.10 Os Revoltados do Cano
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.40 Caderno Diário
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra Sobre Pedra
21.50 Marina, Marina
22.20 Esta Loira Mata-me
(ver «Filmes na TV»)
00.15 24 Horas
01.00 Remate
01.05 Terra de Ninguém
(ver «Filmes na TV»)
02.50 Corrida Contra o Tempo
(ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
12.00 Walter e Emily
12.30 A Última Fronteira
13.00 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.35 Euroritmias
16.25 Odisseia Animal
17.15 Chá das 5
18.20 Carrusel
19.00 Rotações
20.00 Dramazine
21.30 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.10 O Número do Amor
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Últimas Notas



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.35 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Crimes
22.00 Robin dos Bosques
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Último Jornal
00.20 Jornal Louco
00.25 Playboy
01.25 MTV

Sábado, 13



08.00 Canal Jovem
12.15 Luta Livre Americana
13.05 Parlamento
13.45 Mercado Único
13.55 Clube Disney
15.35 O As do Engate
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Chefe, Mas Pouco
17.25 Feira da Música
18.00 Arca de Noé
18.45 Você Decide
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.35 Felicidade
22.20 Parabéns
23.45 Pesadelo em Elm Street
(ver «Filmes na TV»)
01.15 A Grande Represália
(ver «Filmes na TV»)



08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
11.40 O Belo Brummell
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Cinzas (Compacto)
16.00 TV2 Desporto
22.00 Popoff
22.30 Salomé
24.00 Força de Elite
00.50 Acerto de Contas



12.00 Quadrilha Selvagem
12.30 Aventuras dos T-Rex
13.00 Stingray
13.30 Batman
14.00 Sic Notícias
14.05 As Mais Belas Máquinas
14.30 Aventura
15.00 O Pirata dos Meus Sonhos
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Comando Relâmpago
17.10 Justiça Negra
18.20 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.55 Paixões Secretas
21.55 Futebol
Barcelona/Atlético Madrid
23.50 Último Jornal
24.00 Água na Boca
00.50 Telefilme: «Acto de Fé»

Domingo, 14



08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.05 Os Melhores Anos
13.30 Top +
14.30 Olha que Dois
15.40 Beverly Hills 90210
16.15 Flamingo Kid
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Sons do Sol
18.50 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Repórteres
21.00 Felicidade
22.40 Casa Cheia
23.25 Grande Área
00.40 Conversa Afiada



08.00 Desenhos Animados
08.10 Os Persuasores
09.00 Uma Família para Joe
09.30 Regiões
10.30 National Geographic
11.20 Gente da Frente
12.20 O Espírito da Cor
12.50 Forum Musical
13.50 Realce
14.15 Os Novos Invasores
15.00 TV2 Desporto
21.45 Palavra Puxa Palavra
22.30 Artes e Letras - «A História da MGM»
23.30 Capitães da Areia
00.10 Caça ao Assassino

Televisão

01.00 Águas Profundas
(ver «Filmes na TV»)



12.00 Livro da Selva
12.30 Rugrats
13.00 Pássaros de Fogo
14.00 Sic Notícias
14.05 Um Planeta, uma Família
14.30 Ouro de Nápoles
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Tarzan
17.30 A Saga da Fórmula Um
17.55 Terminal Max
18.30 Encontros Imediatos
19.00 Benny Hill
19.30 Jornal da Noite
20.05 A Viúva do Enforcado
20.55 Cosby Show
21.30 Serpico
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Último Jornal
00.05 Segredos
00.55 Deixem Correr o Sangue

Segunda, 15



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Mike e Angelo
11.30 Agora é que São Elas!
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Vida Selvagem
14.30 Ponto por Ponto
15.10 Casbah
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 A Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.40 Pedra sobre Pedra
21.40 Apanhados
22.20 Entre Famílias
23.25 Outras Guerras
00.15 24 Horas
01.05 Remate



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
12.15 Eternos Novatos
12.40 A Última Fronteira
13.00 Luas-de-Mel
13.30 Vira o Vídeo
14.00 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.25 O Nascimento da Europa
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrusel
19.05 Acção em Miami
19.55 Cinemagazine
20.30 A Espada de Dois Gumes
21.30 Vamos Jogar no Totobola
22.30 TV2 Jornal
23.10 Frente a Frente
00.10 O Contador de Histórias
(ver «Filmes na TV»)



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
21.00 Placard Electrónico
21.30 O Pregador
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Tostões e Milhões
00.05 Último Jornal
00.15 Jornal Louco
00.20 MTV

Terça, 16



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Madicken
11.30 Notas para Si
12.00 Culinária
12.15 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 O Mundo da Ciência
14.25 Ponto por Ponto
15.10 O Cabo de Guerra
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.05 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.45 A Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.50 Isto Só Vídeo

22.20 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
23.20 De Caras
00.20 24 Horas
01.05 Remate



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
11.40 «Rose Against the Odds»
12.30 A Última Fronteira
13.00 Luas-de-Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.25 Extra Dimensões
17.15 Chá das 5
18.10 Carrusel
18.55 Acção em Miami
20.00 Aventura do Conhecimento
20.30 A Espada de Dois Gumes
21.45 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
22.40 Eleni - A Guerra Selvagem
(ver «Filmes na TV»)
01.35 Últimas Notas - «Sinead O'Connor»



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Terça à Noite
22.30 Phoenix
23.25 Jogar em Casa
23.55 Último Jornal
00.05 Jornal Louco
00.10 MTV

Quarta, 17



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Kelly
11.30 Isto é Magia
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 Entre Guerras
14.25 Ponto por Ponto
15.10 Primeira Matiné
:«Jogadas Perigosas»
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.40 Pedra sobre Pedra
21.50 Vamos Jogar no Totobola
22.05 A Fúria da Razão
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Murphy Brown
00.20 24 Horas
01.05 Remate



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.45 Sarilhos com Elas
12.30 A Última Fronteira
13.00 Luas-de-Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.25 O Mercado de Noivas de Imilchil
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrusel
19.25 Acção em Miami
20.05 TV Artes
20.30 Sinais do Tempo
21.30 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.15 Carlos Cruz - Quarta-Feira
00.40 A Senhora Musachino
(ver «Filmes na TV»)



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Batalhas Conjugais
22.30 Sexo Forte
23.30 Príncipe de Bel Air
00.05 Último Jornal
00.15 Jornal Louco
00.20 MTV

Filmes na TV

Bomba e a Cidade Oculta

«Bomba and The Hidden City», (EUA/1950). Realização de Ford Beebe. Interpretação de Johnny Sheffield, Sue England, Paul Guilfoyle, Damian O' Flynn. P/B, 70 minutos.

«Bomba», o rapaz da selva, procurando explorar o filão de Tarzan (ultimamente de liana em liana nas nossas televisões), foi uma banda desenhada que deu origem, também, a uma interminável série de filmes, de que este é o quarto. Aventuras na selva, «exotismo» que baste, nada de relevante a acrescentar.

Quinta, 15.25, Canal 1

Os Revoltados do Cano

«Carry On... Your Convenience», (Gr.Br./1971). Realização de Gerald Thomas. Interpretação de Sidney James, Kenneth Williams, Charles Hawtrey. Cor, 86' 03".

Com título original e português do mais fino recorte, trata-se, afinal, de mais um produto saído da «fábrica» de Gerald Thomas & Cia... Mas, repare-se no especial rigor com que a RTP trata esta idiotece, ao informar-nos da duração do filme: 85 minutos e 3 segundos (!!!). Horários certos? Duração, ao segundo? Só a brincar!

Sexta, 15.10, Canal 1

Robin dos Bosques

«Robin Hood», (EUA/1991). Realização de John Irvin. Interpretação de Patrick Bergin, Uma Thurman, Jeroen Krabbe. Cor, 116 minutos.

Uma bela Marion (Uma Thurman) e um Robin dos Bosques (Patrick Bergin), menos espadachim e mais obviamente preocupado com as agruras sociais dos seus semelhantes, emolduram esta nova e recente versão realista (com uma estrutura dramática algo diferente do puro filme de aventuras) da história já dezenas de vezes revisitada. Um telefilme simpático que, na Europa, passou com algum êxito nas salas de cinema.

Sexta, 22.00, SIC

Esta Loira Mata-me

«The Marking Man», (EUA/1990). Realização de Jerry Lees. Interpretação de Kim Basinger, Alec Baldwin, Robert Loggia, Elisabeth Shue, Armand Assante. Cor, 113 minutos.

O argumento é de Neil Simon, e está tudo dito: trata-se obviamente de uma «comédia de boulevard», tratada e posta em diálogo com o talento que se reconhece e, ainda por cima, excelentemente servida por um belo par de intérpretes: Alec Baldwin, na pele de um incorrigível playboy de Las Vegas, e Kim Basinger, encorpando uma sensual cantora que lhe faz a cabeça girar à roda. Ao pé de «Atracção Incontrolável», do australiano Frank Howson, e de «Oh Serafina!», do italiano Alberto Lattuada - dois inqualificáveis produtos prenhes de taras e encapotada pornografia, «escondidos» na TV 2 nas duas últimas semanas - dir-se-ia que «Esta Loira Mata-me» é a inocência das inocências... E atenção aos dotes canoros da Basinger!

Sexta, 22.20, Canal 1

O Número do Amor

«Butterfield 8», (EUA/1960).

Realização de Daniel Mann. Interpretação de Elizabeth Taylor, Laurence Harvey, Eddie Fisher, Dina Merrill, Mildred Dunnock. Cor, 104 minutos.

Um trágico melodrama à medida de Daniel Mann, com notáveis interpretações de Elizabeth Taylor (que ganhou um Oscar) e, ainda, de Laurence Harvey e Eddie Fisher, estes protagonizando as personagens de dois homens perturbados no seu vulgar quotidiano pela paixão por uma prostituta de luxo que, pelo seu lado, procura encontrar o «homem certo». No ponto de partida está um romance de John O' Hara. Para quem gosta.

Sexta, 23.10, TV 2

Terra de Ninguém

«No Man's Land», (EUA/1987). Realização de Peter Werner. Interpretação de D. B. Sweeney, Charlie Sheen, Lara Harris, Randy Quaid. Cor, 102 minutos.

A estética das séries policiais televisivas, de sucesso, trazida para os filmes-tipo-vídeooclube, de aluguer. Um polícia infiltra-se num gang comandado por um jovem ladrão de automóveis de luxo, mas hesita entre prendê-lo e tornar-se seu amigo. Como não podia deixar de ser, ambos se faram de acelerar. As referências aconselham a que nos deitemos cedo.

Sexta, 01.05, Canal 1

Corrida Contra o Tempo

«7 Hours to Judgment», (EUA/1988). Realização de Beau Bridges. Interpretação de Beau Bridges, Ron Leibman, Julianne Phillips, Reggie Johnson. Cor, 89 minutos.

Um homem, a quem mataram a mulher, rapta durante várias horas a própria mulher do juiz encarregado de julgar o caso para o pressionar a decidir-se por uma sentença que lhe seja favorável. História violenta de crime e vingança, nada plausível e completamente absurda, grosseiramente realizada e interpretada por Beau Bridges. Já esteve marcada para a passada segunda-feira, à 1.20, mas foi adiada, sem explicação, para esta sexta, às 2.50. Tirando esta contínua indiferença de critérios com que se programa e desprograma, também não importa: o filme é para esquecer.

Sexta, 02.50, Canal 1

O Belo Brummell

«Beau Brummell», (Gr.Br./1954). Realização de Curtis Bernhardt. Interpretação de Stewart Granger, Elizabeth Taylor, Peter Ustinov, Robert Morley, James Donald. Cor, 107 minutos.

Em comparação com as inenarráveis peças em formato «televisivo-tablóide», com que a SIC e a RTP nos têm presenteado nos últimos tempos (a propósito das horribilidades desventuras da família real inglesa), é provável que este «Belo Brummell», como melodrama romântico que assumidamente é, seja interessante de rever, com um sorriso ao canto dos lábios. Trata-se do luxuoso e conhecido épico retratando a figura do célebre «Casanova» inglês George Bryan Brummell, amigo do futuro George IV e figura de proa da corte inglesa, por ela fazendo passar a sua alizez e os seus azares.

Sábado, 11.40, TV 2

O Pirata dos Meus Sonhos



Kim Basinger, em primeiro plano no filme «Esta Loira Mata-me»

«The Pirate», (EUA/1948). Realização de Vincent Minnelli. Interpretação de Judy Garland, Gene Kelly, Walter Slezak, Gladys Cooper, Reginald Owen, George Zucco, The Nicholas Brothers. Cor, 102 minutos.

Com Judy Garland a fazer de Manuela Alva, por quem o saltibanco Serafin (Gene Kelly) se apaixona a ponto de se tornar pirata para a conquistar, estamos no reino da pura fantasia. As Caraíbas e os piratas, vistos por Hollywood... Mas tudo se perdoa aos «musicais», sobretudo aos saídos do talento de Minnelli, a sublinhar a imaginação de Kelly. Atenção aos bailados, à música de Cole Porter e, sobretudo, ao número final, «Be a Clown».

Sábado, 15.00, SIC

O Ás do Engate

«The Pick-Up Artist», (EUA/1987). Realização de James Toback. Interpretação de Molly Ringwald, Robert Downey, Dennis Hopper, Danny Aiello, Mildred Dunnock, Harvey Keitel. Cor, 80 minutos.

Um jovem professor nova-iorquino tem uma irremediável tendência para conquistar os corações femininos. Até que lhe surge pelo caminho uma jovem cujo pai anda envolvido em negócios sujos com um grupo de gangsters, levando o nosso professor a mergulhar em aventuras e ambientes menos próprios. James Toback é um experimentado argumentista, mas as referências apontam ao convencionalismo romântico do filme claras fragilidades.

Sábado, 15.35, Canal 1

Pesadelo em Elm Street

«A Nightmare on Elm Street», (EUA/1984). Realização de Wes Craven. Interpretação de John Saxon, Ronee Blakley, Heather Langenkamp, Amanda Wyss. Cor, 88 minutos.

Fragilidade é coisa que não pode haver à flor dos nervos se se pretender ver este filme de culto do cinema de horror que é «Pesadelo em Elm Street», objecto de resenções críticas bastante divergentes e polémicas. Para uns, tratar-se-ia de uma «obra-prima» (no Festival de Avoriaz, o filme chegou a alcançar o Prémio da Crítica, enquanto a jovem Heather Langenkamp recebia o prémio da

interpretação feminina); para outros, não é mais do que um desagradável «pesadelo cinematográfico», explorando mais uma vez as histórias sangrentas à volta de adolescentes. Diga-se, desde já, que Wes Craven, o argumentista e realizador, é uma personalidade altamente considerada nos meios do «cinema fantástico». E aqui fica o argumento, resumido em duas palavras: uma jovem é atormentada, durante a noite, por um pesadelo no qual um terrível personagem, desfigurado e com as pontas dos dedos em forma de lâminas, a pretende assassinar; e pede auxílio a alguns colegas de liceu, os quais, dormindo junto de si para a acompanhar na provação, acabam por ir sucumbindo aos ataques assassinos do personagem central do pesadelo. Mas, não teria tudo sido, afinal, apenas um pesadelo? Claro que a decisão de ver ou não... é sua!

Sábado, 23.45, Canal 1

Acto de Fé

«Leap of Faith», (EUA/1988). Realização de Stephen Gyllenhaal. Interpretação de Anne Archer, Sam Neill, Frances Lee McCain, Louis Giambalvo, James Tolkan, Elizabeth Ruscio. Cor, 100 minutos.

O drama de uma mulher que descobre que é vítima de uma doença incurável e, ajudada pelo marido, luta por todos os meios para resistir à fatalidade. Parece tratar-se de um telefilme, como sempre profissionalmente arquiectado, que não consegue ultrapassar a mediana rotina.

Sábado, 00.50, SIC

A Grande Represália

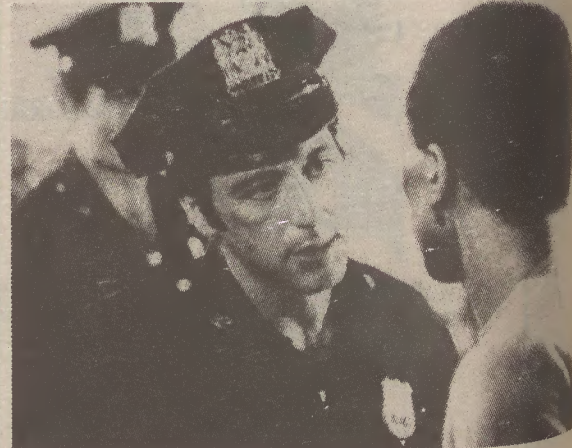
«Massive Retaliation», (EUA/1984). Realização de Thomas A. Cohen. Interpretação de Tom Bower, Karlene Crockett, Peter Donat. Cor, 90 minutos.

É a Dose II da noite de Sábado no Canal 1. Depois de «Elm Street», aparece agora a ficção política, a antecipação de um conflito nuclear, segundo a RTP realizada «a partir dum inquietante e perturbador argumento que tenta reflectir sobre o terror e os efeitos de uma escalada bélica incontrolável e de consequências devastadoras.» Pelo sim pelo não, ponha fita-cola nas janelas...

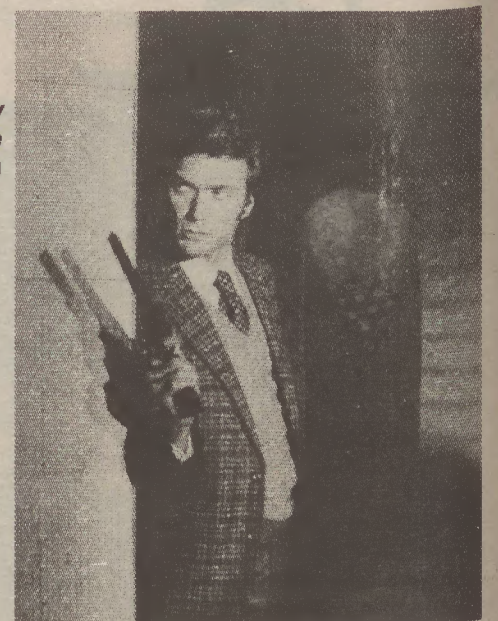
Sábado, 01.15, Canal 1

Ouro de Nápoles

«L' Oro di Napoli», (It/1954).



Al Pacino, em «Serpico» de Sidney Lumet, um dos melhores filmes da semana



Clint Eastwood («Dirty Harry»), matriz fascizante dos «Justiceiros» acima da lei

Realização de Vittorio de Sica. Interpretação de Tótó, Silvana Mangano, Erno Crisa, Vittorio de Sica, Piero Bilancioni, Maria Pessante, Sophia Loren, Giacomo Furia. P/B, 135 minutos.

Filme reunindo quatro sketches e inteiramente rodado em Nápoles, «Ouro de Nápoles» obedece ao esquema que se tornou habitual das histórias, dos quadros da vida, que se vão sucedendo e em que o principal interesse reside na forma como as personagens que habitam cada uma delas se comportam perante as agruras e as alegrias do quotidiano. Mas, se a memória não atraiçoar, ao ver-se este filme fica entretanto a estranha sensação de que Vittorio de Sica dominava bem melhor o sincero «artificialismo» que caracterizava a representação dos actores amadores em algumas das suas melhores obras do período neo-realista do que o brilhante e profissional «naturalismo» de algumas das suas posteriores vedetas, que acabava por se sobrepor às próprias histórias. A confirmar.

Domingo, 14.30, SIC

Flamingo Kid

«The Flamingo Kid», (EUA/1984). Realização de Garry Marshall. Interpretação de Matt Dillon, Hector Elizondo, Molly McCarthy, Richard Crenna, Jessica Walter. Cor, 96 minutos.

Uma história bem ao jeito dos anos 60 americanos, com um jovem vindo de uma família operária de Brooklyn a aspirar tornar-se independente e subir na vida mesmo se, para tal, for necessário enveredar pela companhia da vida fácil e atractiva de um jogador que conhece no clube de praia em que é empregado e que acabará por descobrir, à sua custa, tratar-se de um vigarista. Um filme interessante, com uma boa reconstituição de época.

Domingo, 16.15, Canal 1

Serpico

«Serpico», (EUA/1973). Realização de Sidney Lumet. Interpretação de Al Pacino, John Randolph, Jack Kehoe, Biff McGuire, Barbara Eda-Young, Cornelia Sharpe, Tony Roberts, James Tolkan, Lewis J. Stadlen, M. Emmett Walsh, F. Murray Abraham, Kenneth McMillan. Cor, 129 minutos.

Seguramente um dos melhores filmes da semana, «Serpico» conta a história verídica do agente da polícia nova-iorquina, Frank Serpico, que desenvolve uma intensa e isolada luta contra a corrupção que reina dentro e fora da instituição policial. Um filme extremamente vigoroso em que Sidney Lumet, um dos mais activos representantes do cinema liberal norte-americano, encena uma história de denúncia do sistema extraída da vida real e com um tema semelhante ao que, anos depois, no início da década de 80, iria estar na base de um outro seu grande filme, «O Príncipe da Cidade». Uma brilhante interpretação de Al Pacino, servindo um poderoso script de Waldo Salt e Norman Wexler. A não perder.

Domingo, 21.30, SIC

Casbah

«Casbah», (EUA/1948). Realização de John Berry. Interpretação de Yvonne de Carlo, Tony Martin, Peter Lorre, Marta Toren, Hugo Haas. Cor, 94 minutos.

Em 1937, esta história começou por chamar-se «Pepe Le Moko», filme realizado por Julien Duvivier e com Jean Gabin admiravelmente desempenhando o inesquecível papel de um gangster refugiado no Casbah de Argel; foi objecto de um bom remake, no ano seguinte - «Argel», com Charles Boyer no principal papel dessa primeira versão americana; e, dez anos mais tarde, o argumento ainda tinha vida para servir de base a «Casbah», na sua versão de

comédia-musical, com Tony Martin a fazer de gangster, Yvonne de Carlo, seguramente a dançar o ventre, e Peter Lorre armado em polícia (!) perseguindo Pepe pelas ruas estreitas do Casbah. Com tal passado, um filme nitidamente mal colocado na programação.

Segunda, 15.10, Canal 1

O Predador II
«The Predator II», (EUA/1990). Realização de Stephen Hopkins. Interpretação de Danny Glover, Gary Busey, Maria Conchita Alonso. Cor, 108 minutos.

É a continuação de «O Predador» - que fora um assinalável êxito popular do cinema de acção, com Schwarzenegger - agora ainda mais violento e inverosímil do que o primeiro, e em que o destruidor extra-terrestre ataca em plena Los Angeles, desta vez com Danny Glover («Arma Mortífera») a fazer-lhe frente.

Segunda, 21.30, SIC

O Contador de Histórias
«Der Geschichtenerzähler», (Alemanha/1989). Realização de Rainer Boldt. Interpretação de Udo Schenk, Anke Sevenich, Christine Kaufman. Cor, 95 minutos.

Adaptado a partir de um romance de Patricia Highsmith, este thriller policial gira à volta das inquietações de um escritor que, atormentado por um casamento falhado, luta contra a dificuldade de escrever e é envolvido numa história intrigante em que lhe são atribuídas as suspeitas de envolvimento no assassinato da mulher de que entretanto se separara. Em princípio a coisa promete, mas a hora de emissão justifica algumas apreensões...

Segunda, 00.10, TV 2

O Cabo de Guerra
«Le Caporal Épinglé», (Fr./1962). Realização de Jean Renoir. Interpretação de Jean-Pierre Cassel, Claude Brasseur, Claude Rich, Jean Carmet, Jacques Jouanneau, O. E. Hasse, Guy Bedos. P/B, 105 minutos.

É a história de um cabo de guerra em 1940 que, ao fim várias tentativas, consegue evadir-se de um campo de prisioneiros. Não é dos exemplos maiores da cinematografia de Renoir e certa crítica chegou a lamentar que «O Cabo de Guerra» estivesse alguns furos abaixo da obra-prima de Renoir «A Grande Ilusão». Mas o filme permanece um grande hino à liberdade.

Terça, 15.10, Canal 1

Eleni - A Guerra Selvagem
«Eleni», (EUA/1985). Realização de Peter Yates. Interpretação de Kate Nelligan, John Malkovich, Linda Hunt, Oliver Cotton, Ronald Pickup, Rosalie Crutchley, Dimitra Arliss, Glenna Headly. Cor, 117 minutos.

Um repórter do «New York Times» é colocado pela direcção do seu jornal no escritório de Atenas. Grego, pelo nascimento, o repórter aproveita esta colocação para concretizar aquela que sempre foi a grande obsessão da sua vida: investigar e vingar a execução da sua mãe ocorrida em circunstâncias estranhas em 1948 durante a Guerra Civil que se seguiu à II Guerra Mundial. Inter-

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Esposas e Concubinas	★★★★	★★★★	-
B Homens Simples	★★	-	★★
C Indochina	★★★	-	★★★
D Uma Questão de Honra	★★	-	★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Zhang Yimou — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. Hal Arley — King Triplex/2 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- C — Real. Régis Wargnier — Quarteto/2 (15.00, 18.30, 22.45) — Lisboa.
- D — Real. Rob Reiner — Amoreiras/10 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45, 00.15), Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa.

pretações desiguais de Kate Nelligan (excelente, no papel da mãe do repórter, durante o flashback) e de John Malkovich (demasiado frio para a emoção que se exigiria ao papel que interpreta).

Terça, 23.10, TV 2

A Fúria da Razão
«Dirty Harry», (EUA/1971). Realização de Don Siegel. Interpretação de Clint Eastwood, Harry Guardino, Reni Santoni, John Vernon, John Larch, Andy Robertson. Cor, 102 minutos.

Primeiro filme de uma série de que o implacável detective Harry Callahan seria o principal protagonista, «A Fúria da Razão» alcançou um enorme êxito popular mas despertou as mais duras e controversas reacções por parte da crítica. E o facto é que a imagem deste «justiciero» que, substituindo-se à lei e às convenções da Justiça, persegue os criminosos utilizando os mesmos soezes métodos dos que persegue (hoje em dia «modelo» rotineiro para as piores séries televisivas), atinge inegáveis contornos fascizantes. Uma imagem de que só anos mais tarde, em alguns dos melhores filmes por si realizados, Clint Eastwood viria a libertar-se.

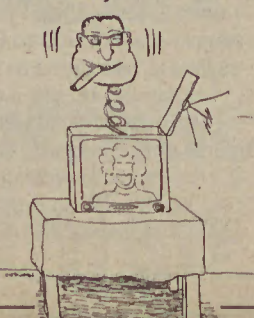
Quarta, 22.05, Canal 1

A Senhora de Musashino
«Musashino Fujin», (Jap./1951). Realização de Kenji Misoguchi. Interpretação de Kinuyo Tanaka, Masayuki Mori, So Yamamura, Yukiko Todoroki, Akihiko Katayama. P/B, 90 minutos.

Na região de Musashino, nos arredores de Tóquio, vivem dois casais: o escritor Akiyama e a sua mulher Michiko; e Ono, primo desta, e a sua mulher Tomiko. Mas a chegada de um jovem primo de Michiko, vem provocar a perturbação e o ciúme nas relações entre as várias personagens, com histórias de amores trocados e dramas que levam ao suicídio. Um filme sensível que nos dá conta dos sentimentos em confronto: a moral, o amor, o adultério, o egoísmo, a generosidade, o sacrifício da morte. É a continuação, pela calada da noite, do excelente ciclo sobre a obra de um grande cineasta.

Quarta, 00.40, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Cinema

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA
Lisboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel 7154565. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16.30. **VAMOS SONHAR**, de Sacha Guitry, encenação de Fernanda Lapa.

IFICT
Lisboa, Rua de Santiago, 19 (ao Miradouro de Sta. Luzia). 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **A CRIAÇÃO**, de Adolfo Gutkin.

TEATRO ABERTO
Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A ÓPERA DE 3 VINTÉNS**, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

TEATRO DO CALVÁRIO
Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL- Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO DA MALAPOSTA
Loures, Rua de Angola - Olival Basto. Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DESCENDENTES DE KENNEDY**,

de Robert Patrick, encenação de Rui Mendes, pelo Teatro da Mala-posta.

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO
Estoril. Tel. 4670302. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **HAROLD E MAUDE**, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II
Lisboa, Rossio. Tel. 3472596. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **ZERLINA**, de Hermann Broch, encenação de João Perry, com Eunice Muñoz.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO
Porto, Praça da Batalha. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Fera.

TEATRO DA TRINDADE
Lisboa, Largo da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **OS HOMENS**, de Miguel Esteves Cardoso, encenação de Graça Lobo.

TEATRO VILARET
Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O PAI TIRANO**, encenação de Carlos César, pelo Teatro de Animação de Setúbal.

Reposição

Cabaret do Prazer e da Memória
pelo
Intervalo - Grupo de Teatro
A partir de dia 5, no Palácio Ribamar - Algés

no
teatro malaPOSTA
OLIVAL BASTO **tm** 2675 ODIVELAS
DESCENDENTES DE KENNEDY
de ROBERT PATRICK

ESTREIA 4 FEVEREIRO

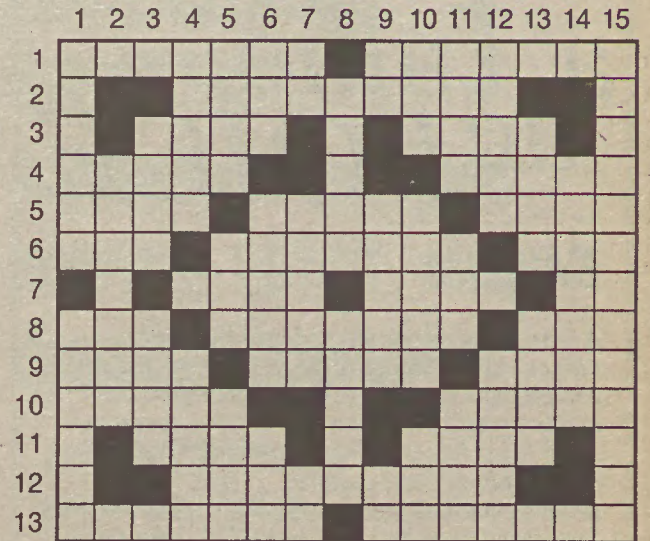
versão portuguesa de MANOEL SANTOS encenação de RUI MENDES
• ANABELA VENDA figurinos de JUAN SOUTULLO actores: ANA NAVE JORGE SILVA
MARCANTONIO DEL CARLO MARIA EMILIA CORREIA MARIA JOÃO LUIS e ainda LUIS ALBERTO no papel de Barman

DE TERÇA A SÁBADO: 21h30 DOMINGOS: 16h00
RUJA ANGOLA - OLIVAL BASTO - TEL: 938 84 87

Tempo

Céu muito nublado. Vento fraco a moderado de Sul. Aguaceiros dispersos.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 1 — O pai e senhor dos deuses na mitologia latina, equivalente ao Zeus grego; colecção de cartas necessárias para um jogo. 2 — Notícias. 3 — Grude; acrescentar. 4 — Azeitona; escolhe. 5 — Assunto; neste momento; assim seja (interj.). 6 — Bagatela; executava; pega. 7 — Combinar; banheira. 8 — Composição poética; disparado; elemento de composição que exprime a ideia de companhia. 9 — Parte do boné que serve de anteparo aos olhos; espécie de papagaio; canto de muitas vozes. 10 — Lavrada; limpar com água. 11 — Farripa; quadro. 12 — Esfomeado. 13 — Que produzem som; relativo ao útero.

Verticais: 1 — Bem-posto; que não deixam atravessar a luz. 2 — Fazer fermentar. 3 — Cume; segurar-se com as gavinhas. 4 — Inventar; indivíduo que vende objectos usados. 5 — Turques de madeira usada por pentecosteiros; ovário dos peixes; espécie de tatu. 6 — A primeira mulher; soa como apito; ensejo. 7 — Graceja; administrar; elas. 8 — Destituir; coçar. 9 — Bário (s. q.); morder; a minha pessoa. 10 — Nome feminino; sequiosa; abreviatura de trinitrotolueno. 11 — Tecido de arame; espaço de 12 meses; um dos rios do inferno (Mitol. gr.). 12 — Alberga por esmola; animação (fig.). 13 — Manobra os remos; cavidade. 14 — Administradora. 15 — Manda; que tem cor trigueira.

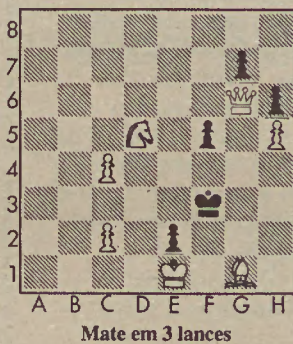
SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 — Leonor; garupa. 2 — Pilar; nulas. 3 — Donos; lotar. 4 — Rara; oram. 5 — Há; varas; lê. 6 — Aca; tapadas; III. 7 — Lenin; obrar. 8 — Ara; trastes; ONU. 9 — Dá; árias; At. 10 — Adem; cala. 11 — Aroma; ufano. 12 — Árido; atina. 13 — Colara; amolar.

Verticais: 1 — Chalada. 2 — Acera. 3 — Opor; Ana; aral. 4 — Ninar; adora. 5 — Olor; TNT; emir. 6 — Rasava; ramada. 7 — Apear. 8 — Cara; silo. 9 — Adita. 10 — Gulosa; escuta. 11 — Alor; SOS; afim. 12 — Ratar; plano. 13 — usam; iró; anal. 14 — Liana. 15 — Beirute.

XADREZ

CCCXCVII
11 de Fevereiro de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993X011
Por: SAMLOYD
Cleveland Leader, 24.VIII.1876
Pr: [5]: Ps.é2, f5-g7, h6-Rf3
Br: [7]: Ps.ç2, ç4, h5-Cd5-Bg1-Dg6-Ré1



PROPOSIÇÃO N.º 1993X012
Por: A. A. TROITSKI
Chess Amateur, 1916
Pr: [4]: Ps.b6, h6-Cç8-Rf3
Br:[4]: Ps.a6, d2-Cfs-Rh1

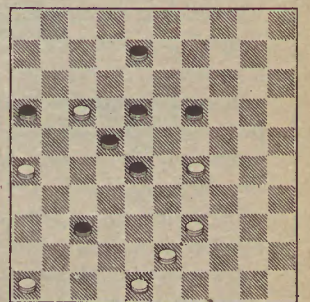


SOLUÇÕES DO N.º CCCXCVII
N.º 1993X011 [S. L.]: 1. Ba7l, f4; 2. Cb6, Ré7; 3. Dd3++
N.º 1993X012 [A.A.T.]: 1. d4, Rf4!; 2. Cç7, Ca7; 3. Cç6, Cb5 [ç8]; 4. d5, Cf5!; 5. Cd4 (e7) + e ganham - Se: 2. Cd6?, Ca7; 3. R joga, b5!

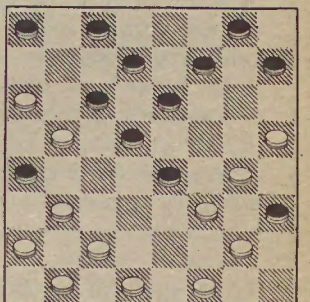
A. de M. M.

DAMAS

CCCXCVII
11 de Fevereiro de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993D011
Por: ETIENNE REPETTO
Le Cannet [Fr.], 1993
Pr: [7]: 8-16-18-19-22-28-37
Br: [7]: 17-26-29-39-43-46-48



PROPOSIÇÃO N.º 1993D012
Golpe N.º 593
Por: Dr. ANDREW ANDERSON
— Século XIX
1. 9-13, 24-20; 2. 13-17, 20-16; 3. 11-15, 22-18; 4. 15-20, 18-13; 5. 20-24, 13-9; 6. 10-13, 23-19; 7. 5-10, 28-23; 8. 6-11, 27-22; 9. 11-15, 21-18; 10. 1-5, 18-14; 11. 15-20, 30-27 DIAG.



SOLUÇÕES DO N.º CCCXCVII
N.º 1993D011 [E.R.]: 1. 25-21!, (22-11); 2. 48-42!, (37-48*-D); 3. 46-41!, (16X27); 4. 39-33, (48X23); 5. 33X2-D, (23X46); 6. 2X5+
N.º 1993D012 [A.A.]: 12. 24-28, 31-15; 13. 13-18, 22-6; 14. 2-18, 9-2; 15. 18-21, 25-18; 16. 3-6, 2-11; 17. 7-30, 16-7; 18. 4-20, 23-16; 19. 30-14+

A. de M. M.

a talhe de FOICE

CAPgate

A CAP, para quem não se lembre ou saiba, nasceu do medo e da raiva de latifundiários e correlativos que se arrelamparam muito bem arrelampados com o avanço da Revolução de Abril pelas imensidões do latifúndio. Auto-intitulando-se "agricultores", esses desapossados absentistas de então meteram pela primeira vez ombros ao "trabalho" para fundar uma confederação dita (naturalmente) "dos agricultores portugueses", cuja criação mais substantiva em prol do progresso nos campos foi a moca de Rio Maior.

Tendo do trabalho na terra esta particularíssima visão da mocada, foi com tal alfaia que a CAP fez caminho pelo Portugal de Abril, actuando como uma espécie de UNITA agrária a quem a generalidade dos poderes fingia não ver o banditismo da acção, para lhe creditar democracias de intenção. Foi o tempo dos cortes de estrada e dos espancamentos cobardes, dos tiros na noite e dos bandos de malfeitores organizados, dos assaltos, incêndios e bombas contra as forças de esquerda e as organizações de trabalhadores.

Os anos passaram e a Revolução também, produzindo a reinstauração do absentismo e da miséria nos campos que a Reforma Agrária fizera florescer. Paralelamente, a CAP ajeitou a gravata debaixo dos casacos de pele genuína e os cachuchos nos gordinhos dedos de agricultor, subiu as escadarias do poder e das instituições, deu, já sem reboço, o bracinho nada braçal aos seus confrades e paus mandados que se instalaram no Governo do País e viu-se institucionalmente promovida a "representante" da agricultura e dos agricultores portugueses. Instalada neste privilégio com todo o poder por cima e nenhuma representatividade por baixo, a denodada "Confederação de Agrários Portugueses" (como foi apelidada na altura do seu nascimento) recebeu, naturalmente, dos poderes instituídos todas as prebendas que é normal conceder a organizações de bem. O mau é que a verdade tem a teimosa obsessão do azeite em vir mais tarde ou mais cedo ao de cima, às vezes emergindo de águas tão domesticadas como as que afogaram a Assembleia da República, quando nela se despejou a maioria PSD.

E aí temos, de repente, a honestíssima CAP acusada de manipulação directa e em proveito próprio de um milhão e 200 000 contos, a par de suspeições mais amplas, que envolvem esta organização e o Poder Central em escuras utilizações das dezenas de milhões de contos que vieram da Comunidade Europeia para apoiar a agricultura portuguesa. E o que é certo é que as carradas de milhões de contos desapareceram mais lestos que fios de água em sequeiro, enquanto a agricultura e os agricultores portugueses definhavam e definhavam a olhos vistos.

Curiosa foi, entretanto, a reacção da maioria PSD na Assembleia da República, quando se viu confrontada com os factos e o pedido de inquérito parlamentar.

Para os também denodados parlamentares pèpèdês, as acusações careciam de provas - apesar destas serem brandidas em pleno hemicycle - e sem apresentação de provas não podia haver lugar a inquérito.

O que expõe uma curiosa contradição. É que no já famoso "caso da vírgula", a maioria PSD desencadeou, a propósito de uma muito mais nebulosa denúncia jornalística de corrupção ministerial, um apressado inquérito para apurar provas.

Agora, que tem as provas à vista e muito, muito mais dinheiro por trás, argumenta que inquérito... só depois da prova feita.

Almeida Garrett questionava-se sobre quantos pobres são necessários para fazer um rico. Presentemente, o País interroga-se sobre quantas vigarices devem ser produzidas no Poder Central para configurar a corrupção do Estado.

■ HC

CNA faz 15 anos sem ser parceiro social Agricultores lutam em todo o País

A situação da agricultura e as lutas dos agricultores foram temas para uma conferência de imprensa da CNA - Confederação Nacional da Agricultura - numa altura em que a organização comemora o seu 15º aniversário sem que o Governo a tenha ainda reconhecido como parceiro social, pese a representatividade da confederação, com a prevista inauguração, dia 26, da sua delegação em Lisboa e a promoção, no dia seguinte, de um colóquio no Instituto Superior de Agronomia sobre o tema «A lavoura e associativismo agrícola - realidades e perspectivas».

A CNA renovou a sua proposta de adopção pelo Governo de um plano nacional de emergência para o sector agrícola, na sequência de uma proposta já avançada a 10 de Novembro passado, tendo solicitado um audiência ao ministro da tutela para a discussão desse plano.

João Vieira, Amândio Feitas e Joaquim Casimiro, membros da Direcção da CNA, fizeram aos jornalistas um levantamento da actual situação vivida pelos agricultores,

acusando o Governo de estar a «fazer de conta» de que não é responsável pela actual situação de crise, «resultante da aplicação cega e desumana» das «imposições da PAC, do

Leiria prepara uma concentração distrital.

Continua a luta dos produtores de batata do Alto Tâmega, Chaves, pelo escoamento da batata de consumo e as Asso-

dios e a das Associações Regionais do Alentejo sobre os problemas causados pela seca e para reclamar a construção da barragem do Alqueva.

A harmonização «a galope» dos preços agrícolas num país onde os factores de produção são os mais caros da Europa, o crédito a taxas ruinosas, a abertura das fronteiras à produção estrangeira e a má aplicação dos fundos comunitários são outras razões apontadas pela CNA para esta situação, acusando a CAP de ser privilegiada pelo Governo e de só agora ter acordado para uma situação que há muito se defini-

Entres os sectores onde a crise é maior, a CNA aponta o vinho, gado bovino, fruta, batata, outros hortícolas (sem escoamento) e o leite, suínos e madeira de rolaria (baixa de preços na produção).

A queda dos valores de exportação dos derivados florestais, os atrasos nos pagamentos de dívidas do Estado aos agricultores e no subsídio de gásóleo também foram referidos pelos dirigentes da confederação.



Da esquerda para a direita: João Vieira, Amândio Feitas e Joaquim Casimiro

GATT e do Tratado de Maastricht pela mão dos senhores governantes portugueses».

A CNA manifestou-se solidária com as diversas lutas já agendadas na lavoura, naquilo que foi qualificado de «onda de protesto».

Amanhã, na feira do Trancoso, a Associação dos Agricultores da Guarda promove uma concentração, enquanto a Federação dos Agricultores de

Coimbra, Aveiro e Porto, junto com os comerciantes de carne, vão promover encontros para contestar o processo de criação PEC - Produtos Pecuários e Alimentação.

Em relação a outras lutas, a CNA destacou ainda a dos Conselhos Directivos e Compartes dos Baldios contra a 17ª tentativa do PS e PSD de retirada de posse e gestão dos bal-

Presidência Aberta em Setúbal A incapacidade de Mata Cáceres

«A incapacidade de Mata Cáceres mostrar ao Presidente da República grandes obras e projectos estruturantes que deveriam decorrer da sua gestão e tão necessários ao desenvolvimento da cidade» impediu o Presidente da República de elogiar, no concelho de Setúbal, «todo e qualquer esforço digno de nota nesta matéria - coisa que não se coibiu de fazer nos res-

tantes, de maioria CDU, que visitou na Presidência Aberta». Este uma conclusão da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, numa reunião, domingo passado, que repudiou «o mais afrontoso e bacoco eleitoralismo» do actual presidente da Câmara da cidade no jantar no Pavilhão Antoine Velge, «felizmente com muitas manifestações de desgosto, explícitas ou

implícitas, inclusive a partir de militantes socialistas».

A concelhia de Setúbal observou ainda «a notória impreparação e o vazio que presidiram à apresentação do Plano Director Municipal (PDM)» para o qual exige um amplo debate público.

Uma saudação e a manifestação de solidariedade com todos os que denunciaram, através de várias concentrações em locais onde decorria a Presidência Aberta, «a gravosa situação em que os lançou o Governo de Cavaco Silva e a sua política», citando particularmente os trabalhadores da Torralta, o caso da Metalimex e ainda cooperativas de habitação e associações de pais que dirigiram o seu protesto a Mário Soares e «não deixaram por mãos alheias» a «defesa dos seus interesses».

Quinta do Conde

Também a Comissão de Freguesia da Quinta do Conde do PCP emitiu um comunicado onde assinala a passagem da Presidência Aberta no passado domingo, saudando as palavras de Mário Soares sobre o trabalho desenvolvido em torno de uma urbanização que começou ilegalmente. Os comunistas condenaram o PS local por, num comunicado, afrontarem a Câmara e o eleitoralismo de um convite feito à população, onde o motivo gráfico principal é a foto presidente da Junta (do PS) e onde se escondem às populações o contributo decisivo do executivo camarário, de maioria CDU, para a construção da sede da Junta de Freguesia.

Loures desmente

«Notícias»

O executivo da Comissão Concelhia de Loures do PCP enviou à revista do «Diário Notícias» e «Jornal de Notícias» o texto que a seguir transcrevemos:

«A revista do «Diário de Notícias» e «Jornal de Notícias» editada no Domingo, 7 de Fevereiro, possuía no seu interior, uma fotografia de Demétrio Alves, Presidente da Câmara Municipal de Loures, acompanhada de um texto onde se afirma que, Demétrio Alves, tendo-se afastado do PCP, acabou com os financiamentos da Câmara Municipal de Loures ao Partido.

A Comissão Concelhia de Loures do PCP, repudia firmemente tais afirmações e esclarece publicamente o seguinte:

1 — Demétrio Alves é membro do PCP, da Comissão Concelhia de Loures e da Direcção Regional de Lisboa, tendo naturalmente intensa actividade partidária.

2 — As Câmaras Municipais não financiam partidos políticos

e muito menos o fez, faz ou fará a Câmara Municipal de Loures ou qualquer outra Câmara dirigida por comunistas que se orgulham de transparência e isenção da sua gestão, aliás, como é reconhecido pelas populações.

3 — Quanto ao candidato à Presidência da Câmara às eleições de 1993, não estando ainda divulgada qualquer decisão, poderemos adiantar que Demétrio Alves tem assegurado com elevada responsabilidade e competência o cargo de Presidente da Câmara de Loures, constituindo estes aspectos parte integrante do valioso património de trabalho que só a CDU pode apresentar à população do nosso Concelho.

4 — O PCP não pode deixar de lamentar que um jornal com as tradições e prestígio do «Diário de Notícias» veicule, de forma tão desonesta, notícias sem qualquer fundamento e tão ofensivas das pessoas e instituições visadas.»

Jornada da CGTP Manifestações em Lisboa e Porto

Concentrações e desfiles nas capitais de distrito do país estão convocadas pela CGTP-IN para o próximo dia 18, no âmbito da jornada de luta que decorrerá a partir do próximo dia 15. Em Lisboa, está convocada, naquele dia, uma manifestação na Praça da Figueira, às 18 horas e 30; enquanto no dia 20, no Porto, às 20 horas, outra concentração vai realizar-se na Praça da Liberdade.

Ainda dia 18, em Aveiro, junto do Centro Regional da Segurança Social, a central sindical convocou igualmente uma concentração.

A jornada de protesto surge em defesa de salários dignos, segurança no emprego e uma melhor política de saúde e protecção social.